

Hélia Maria Soares de Freitas

| Filosofia e Educação - UNIRIO





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Filosofia e Educação

Volume 1 - Módulo 1

Hélia Maria Soares de Freitas



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**Ministério
da Educação**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Adilson Florentino

UERJ - Vera Maria de Almeida Corrêa

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Hélia Maria Soares de Freitas

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Anna Maria Osborne

Alexandre Belmonte

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

COPIDESQUE

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Elaine Barbosa

Patrícia Paula

Daniela de Souza

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

F866f

Freitas, Hélia Maria Soares de.

Filosofia e educação. v. 1 / Hélia Maria Soares de Freitas – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

186 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-608-4

1. Filosofia. 2. Educação. 3. Ética. 4. Arte. 5. Conhecimento. I. II. Título.

CDD: 370.1

2010/1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieir Alves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 1 – O que é a Filosofia? _____	7
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 2 – Do saber mítico ao saber filosófico _____	19
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 3 – O processo de educação na Grécia Antiga _____	33
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 4 – A questão dos valores _____	47
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 5 – O que é Ética? _____	63
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 6 – A questão da liberdade _____	85
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 7 – O que é arte? _____	99
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 8 – Arte, cultura e meios de comunicação _____	123
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 9 – A construção social do conhecimento _____	139
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Aula 10 – As fontes do conhecimento _____	157
<i>Hélia Maria Soares de Freitas</i>	
Referências _____	179

O que é a Filosofia?

AULA

1

Metas da aula

Apresentar o contexto de surgimento da Filosofia na Grécia Antiga e identificar os principais temas e problemas que constituem suas áreas de estudo na atualidade.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o papel do conhecimento filosófico na vida do homem;
2. distinguir entre os usos coloquiais do termo "filosofia" e a concepção de "Filosofia" como disciplina sistemática;
3. identificar, de um modo mais geral, em que consiste a tarefa da Filosofia e quais são seus campos de investigação.

INTRODUÇÃO

A palavra **SISTEMÁTICA** deriva de *sistema*, que significa um conjunto de partes coordenadas entre si. Ao nos referirmos à Filosofia como disciplina sistemática, portanto, estamos concebendo-a como um corpo de doutrinas. Não se trata, porém, de um corpo de doutrinas fechado, mas de um sistema aberto, capaz de acolher novos problemas e de se modificar continuamente.

Freqüentemente ouvimos, em nosso dia-a-dia, o uso da palavra “*filosofia*” em contextos bastante distintos. Podemos citar como exemplo desses usos uma notícia divulgada em um jornal da televisão em que o gerente de uma grande empresa, ao ser entrevistado sobre sua nomeação, afirmou que “a nova *filosofia* da empresa estará voltada para a conscientização de seus grupos...”. Outro exemplo é a declaração bastante comum “esta é a minha *filosofia* de vida”, ou mesmo declarações como “a *filosofia* desta arte marcial consiste na persistência aliada à reflexão e à ponderação”. Costumamos ouvir e empregar essa palavra muitas vezes sem refletir acerca do seu significado. Mas será que esses usos expressam realmente o que queremos dizer com o termo “*filosofia*”, apresentado como título de nossa disciplina? Se pararmos para analisar, veremos que os usos cotidianos do termo apontam tanto para um modo geral de agir quanto para a adoção de regras ou diretrizes que sirvam de orientação para um fim determinado. Contudo, a *Filosofia*, como disciplina **SISTEMÁTICA** possui um sentido diverso de tais usos. Sua especificidade requer uma análise mais detalhada, um estudo que propomos realizar com você nesta primeira aula, com a Aula 2, quando iremos contrastar o pensamento filosófico-científico com o pensamento mítico, que o antecede na cultura grega.

O QUE É A FILOSOFIA?

Uma das formas de responder à pergunta “*o que é a Filosofia?*” é começar por sua etimologia, isto é, pelo estudo da origem da palavra. A palavra *filosofia* é composta por dois termos gregos: *philo* e *sophía*. *Philo* deriva de *phília*, que traduz a idéia de amor fraterno ou de amizade e, portanto, significa “aquele que tem um sentimento amigável”. *Sophia* possui o sentido de sabedoria, pois deriva de *sophós*, que significa sábio. A Filosofia, portanto, tem o sentido etimológico de “amor à sabedoria”.

A tradição histórica atribui ao filósofo grego Pitágoras (século V a.C.) o surgimento do termo filosofia. Ao ser indagado sobre a natureza de sua sabedoria, Pitágoras afirmou que não detinha a posse da sabedoria, mas que era apenas um filósofo, um “amante do saber”, alguém que busca a sabedoria, que busca a verdade. Com tal afirmação, Pitágoras quis dizer que a filosofia como busca da sabedoria não é movida por interesses financeiros, por vaidade ou por um anseio ambicioso de ostentar o saber como quem usa um enfeite para admiração dos outros. A Filosofia é movida pelo espanto, pelo desejo de compreensão e pela contemplação. Ela também julga, avalia, pergunta e responde, mas como um comportamento resultante de uma aspiração humana de preencher uma falta ou uma incompletude que se traduz na busca pelo conhecimento. A sabedoria filosófica, portanto, não deve ser pensada como um prêmio a ser conquistado por competição, mas como algo que pertence a todos que desejem procurá-la.

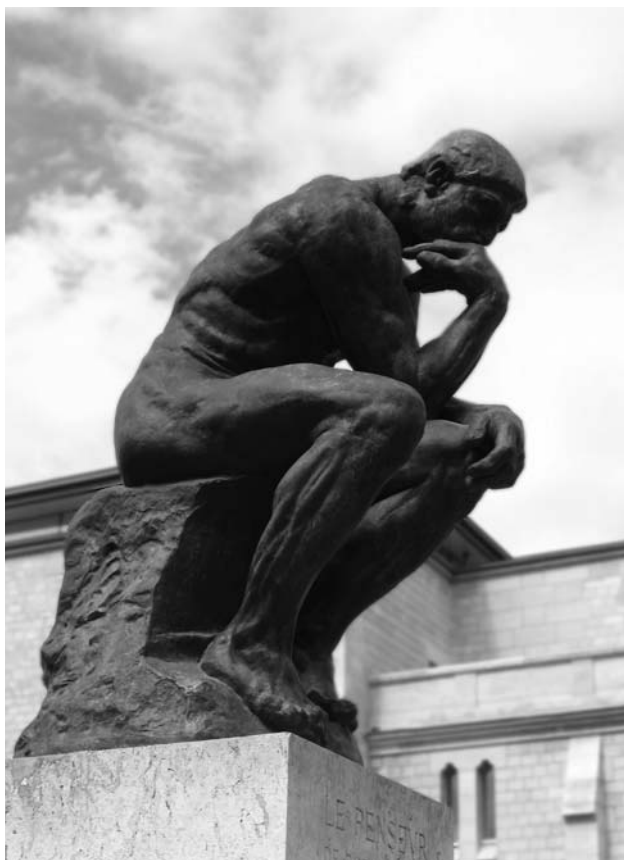


Figura 1.1: O pensador, de Rodin.
Fonte: <http://www.sxc.hu>

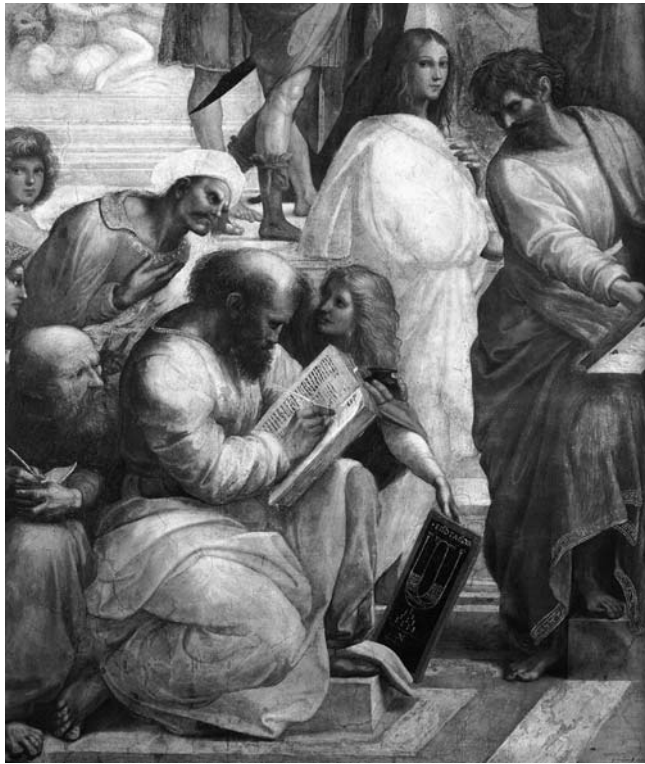


Figura 1.2: Pitágoras. Detalhe de A escola de Atenas – Raffaello Sanzio – 1509.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Kapitolinischer_Pythagoras.jpg

De acordo com o que vimos até o momento, a Filosofia, como disciplina teórica, consiste em um pensamento sistemático. Antes de ler o boxe a seguir, procure refletir sobre o que significa dizer que as indagações filosóficas são sistemáticas.



Dizer que o pensamento filosófico é sistemático significa dizer que suas indagações não se realizam ao acaso, de acordo com as preferências e as opiniões de cada um, mas que se trata de um todo cujas partes estão relacionadas entre si, formando conjuntos coerentes de idéias e de significações que possam ser demonstradas mediante argumentos válidos e corretos.

AS QUESTÕES FILOSÓFICAS

No início de seu surgimento na Grécia Antiga, o saber filosófico designava a totalidade do conhecimento racional desenvolvido pelo homem. Abrangia, deste modo, os mais diversos ramos de conhecimento que atualmente denominamos como disciplinas de Matemática, de Astronomia, de Física, de Biologia, de Psicologia, de Sociologia etc. Interessava à Filosofia conhecer toda a realidade sem dividi-la em objetos específicos de estudo. Não havia, portanto, na Grécia Antiga, disciplinas separadas por áreas como é tão comum atualmente: Matemática, Física, Biologia, Química, História etc. No entanto, o vasto campo de conhecimento que constituía a Filosofia na Antiguidade grega, passou a ser dividido por disciplinas que, gradativamente, foram conquistando autonomia e delimitando cada vez mais seus campos de estudo. A Filosofia surgiu como saber racional acerca da natureza, isto é, como um conhecimento bastante abrangente que buscava explicar a origem e as transformações do mundo. Posteriormente, a Filosofia deixa de se ocupar fundamentalmente com o conhecimento da natureza e passa a se voltar para as questões humanas, isto é, a ética, a política, a estética etc. Desde então, foram surgindo novos problemas e novas áreas filosóficas ao mesmo tempo em que outros campos foram delimitando cada vez mais seus objetivos e métodos próprios, a ponto de constituírem saberes autônomos.

Mas, você pode estar se perguntando: se a Filosofia foi aos poucos se dividindo em outros saberes específicos, o que “sobrou” para ela investigar? Ou, em outros termos, qual é, atualmente, o seu objeto próprio de estudo?

Nesse processo incessante de emancipação dos saberes, a Filosofia, continua, tal como em seu surgimento, com as mesmas perguntas: *o quê, por quê e como*. A característica principal da atitude filosófica girará sempre em torno de interrogações fundamentais como “o que é o homem?”, “o que é a verdade?”, “o que é a liberdade?”, “como nos tornamos livres, racionais e virtuosos?” “por que a liberdade e a virtude são valores para o ser humano?” “o que é a educação?” “por que precisamos nos instruir em uma educação escolar?” “o que é bem?” “o que é justiça?” Em outras palavras, a atitude filosófica permanece sempre como indagação acerca do *que* a coisa (ou a idéia ou o valor) é, *como* a coisa (ou idéia ou valor) é e *por que* a coisa (ou idéia ou valor) é como é, ou seja, mesmo que a Filosofia não se constitua mais como

conhecimento sobre a realidade física, ou mesmo que disséssemos que seu objeto de estudo não é tampouco a vida moral ou ética, ainda assim as indagações filosóficas sobre a origem, a estrutura e o significado do mundo e dos seres humanos que nele vivem e com ele se relacionam, permaneceriam as mesmas.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Segundo o texto que você acabou de ler, vários campos de estudo que antes pertenciam à Filosofia, hoje se caracterizam como disciplinas científicas específicas, tais como a Matemática, a Biologia, a Física etc. Procure responder, com suas próprias palavras, se os argumentos do texto implicam afirmar que, nesse contexto de especialização do mundo científico, a filosofia ficou esvaziada de “conteúdos” de conhecimento. Além disso, ainda a partir da leitura do texto, procure esclarecer como se caracteriza, hoje, a tarefa da filosofia frente à fragmentação cada vez maior do conhecimento.

RESPOSTA COMENTADA

O problema da especialização do mundo científico é que ela conduz a uma pulverização do saber e à perda de uma visão mais ampla do conhecimento. E a Filosofia, nesse contexto de especialização do conhecimento, passou a ter o papel, entre outros, de recuperar a unidade do saber, de refletir acerca dos conhecimentos alcançados e de suas implicações práticas, além de continuar sempre buscando respostas à finalidade, à origem, ao sentido, e ao valor da vida e do mundo.

AS QUESTÕES FILOSÓFICAS E SEUS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO CORRESPONDENTES

Em termos mais específicos, costuma-se situar dentro do campo de investigação filosófica aqueles estudos que se referem a temas e a problemas relacionados à existência humana como os que veremos a seguir:

ÉTICA (ou Filosofia Moral): Investiga problemas relacionados com o comportamento moral dos homens em sociedade. Envolve questões como:

- Como devemos agir? De que modo podemos avaliar se nossa ação é moralmente correta ou incorreta? Deve haver modelos de regras morais que sejam válidas para todo mundo em qualquer tempo ou lugar?

FILOSOFIA POLÍTICA: Estuda o modo como podemos viver em sociedade e o modo como devemos fazê-lo, o que levanta problemas como os seguintes:

- Como deveremos viver em sociedade? Será o Estado necessário? Por que precisamos viver sob a forma de Governo e de Leis?

ESTÉTICA: A estética investiga a natureza do juízo estético em geral, além de problemas relacionados com a definição, o valor e a avaliação da arte.

- O que significa dizer que algo é belo? Há boa e má arte? Como se deve avaliar uma obra de arte?

LÓGICA: Estuda os métodos e os princípios da argumentação.

- O que é um raciocínio? Quais raciocínios são válidos? Como se distingue a indução da dedução?

TEORIA DO CONHECIMENTO (ou Epistemologia, ou Filosofia do Conhecimento): Estuda problemas relacionados com o conhecimento em geral, a saber:

- O que é o conhecimento? Quais são os limites do conhecimento? O mundo é uma construção nossa ou é ele que determina as nossas crenças?

ONTOLOGIA: A ontologia estuda os problemas relacionados com os aspectos mais gerais da estrutura da realidade.

- O que é mundo? O que é ser? Os números existem do mesmo modo em que as coisas existem? Qual é o sentido da vida? O que é um objeto em geral?

O termo **EMPÍRICO** tem sua origem no grego *empeiria*, que significa experiência sensível. Do mesmo modo, a expressão *empirismo* refere-se a uma doutrina filosófica segundo a qual o conhecimento se funda na experiência.

Esses são apenas alguns dos muitos problemas que cabem à Filosofia investigar. É importante que você tenha em vista o que há em comum em todos esses exemplos de problemas e campos filosóficos de estudo: nenhum deles pode ser resolvido recorrendo aos métodos próprios das ciências **EMPÍRICAS**. Dito isso, contudo, você poderá nos perguntar: mas se não podem ser investigados com base na experiência, como podemos, então, demonstrar tais conhecimentos? Podemos justificar nossas respostas a esses problemas recorrendo a argumentos de caráter conceitual e não a argumentos de caráter empírico. Isso significa dizer que não podemos levar nosso objeto de estudo – os conceitos – para o laboratório e observar como se apresentam para em seguida descrever suas características. Formulamos perguntas e elaboramos possíveis respostas apelando exclusivamente para a justificativa teórica. Nesse sentido, as questões filosóficas, tal como você verá na próxima aula, nos interpelam e requerem de nós argumentos e justificações que apontem coerentemente para modos possíveis de equacionamento de tais problemas.

Para concluir, retomamos alguns pontos principais que foram abordados nessa primeira aula: de acordo com a etimologia do termo, *Filosofia* significa “amor à sabedoria”. Guiada pelo desejo de saber, a atitude filosófica consiste, desde seu início, no questionamento acerca do *que* as coisas, os valores ou as idéias são, *como* são e *por que* são como são. As tentativas de responder a essas questões formam um conjunto de idéias e significações demonstradas por meio de argumentos e de justificativas elaborados de modo coerente. Na época de seu surgimento, na Grécia Antiga, a Filosofia interessava-se pelas questões acerca da Natureza e incluía estudos que hoje constituem ciências específicas como a Astronomia, a Matemática e a Biologia. Com o passar do tempo, contudo, a Filosofia passou a se dedicar às questões que dizem respeito ao homem e suas relações com o mundo e com os demais seres humanos, isto é, a Ética, a Estética, a Filosofia Política, a Metafísica etc.

Apesar dessas mudanças, desde o seu surgimento a Filosofia mantém os seus traços principais na medida em que permanece perguntando pela origem ou causa de uma coisa, uma idéia ou um valor. E o faz tomando distância de nosso modo de ver habitual, ou seja, deixando de aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as idéias, os fatos e os valores de nossa existência cotidiana.

ATIVIDADES



Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

2. Por que a concepção de Filosofia estudada em nossa disciplina exclui os usos cotidianos do termo?

3. O que significa dizer que a Filosofia não é um conhecimento empírico da realidade?

4. Descreva dois campos de investigação filosófica e exemplifique com um problema levantado por cada um deles.

5. Qual é o papel da Filosofia frente à incessante especialização dos saberes?

RESPOSTAS COMENTADAS

2. Os termos-chave importantes para que você elabore esta questão estão nos primeiros parágrafos de nosso texto e são “pensamento sistemático”, “sabedoria”, “argumentação”, “conjunto de idéias coerentes” e outros.
3. Para responder a esta questão, você deve se orientar pela explicação do último parágrafo do texto, podendo articular com a definição etimológica de filosofia como “amor à sabedoria”.
4. Esta questão requer uma leitura atenta do subtítulo “A Filosofia e seus campos de investigação” seguida da escolha dos temas de seu interesse.
5. No início do subtítulo “A Filosofia e seus campos de investigação”, você encontrará uma reflexão acerca da tarefa da filosofia em meio à especialização do mundo científico.

ATIVIDADE FINAL

Elabore um pequeno texto a partir dos argumentos usados nesta aula e explique as principais características da Filosofia na época de seu surgimento mostrando o que mudou desde então: se a atitude filosófica ou o conteúdo investigado pelos primeiros filósofos.

RESPOSTA COMENTADA

Para responder a esta questão, é importante que você releia toda a aula, detendo-se, sobretudo, nos argumentos do texto “A Filosofia e seus campos de investigação”. Também podem servir de recurso as respostas comentadas da segunda atividade.

RESUMO

A “Filosofia” como disciplina sistemática se distingue dos usos coloquiais do termo “filosofia” por se tratar de um conjunto de idéias relacionadas entre si e que são justificadas por meio de argumentos válidos e corretos.

Segundo sua etimologia, “Filosofia” (*philo* e *sophia*) quer dizer “amor à sabedoria”.

A Filosofia é motivada por um desejo de saber, que resulta na elaboração de teorias sustentadas por argumentos consistentes e coerentes.

Desde a Antiguidade grega, até nossos dias, cada vez mais os saberes se especializam. A Filosofia, no entanto, continua sempre buscando respostas para questões fundamentais como “o que é o bem?” (Ética), “o que é a justiça?” (Filosofia Política), “o que é o belo (Estética)?” etc.

Diferentemente do método das ciências empíricas, isto é, que se baseiam na experiência sensível, o modo de tratar os problemas filosóficos, consiste, exclusivamente, na reflexão e na argumentação, próprias da atividade teórica.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, daremos continuidade a essa temática analisando a passagem do pensamento mítico-religioso ao pensamento filosófico-científico, como resultante de transformações na sociedade grega da época que levaram a uma relativização do mito e das práticas religiosas e à procura de explicações da realidade a partir dela própria.

Do saber mítico ao saber filosófico

AULA 2

Metas da aula

Analisar o saber mítico em contraste com o pensamento racional como forma de explicação da realidade e apresentar algumas noções que constituem o ponto de partida dessa nova visão de mundo.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais características do pensamento mítico e do pensamento filosófico, inaugurado por Tales no denominado período Filosófico Pré-socrático ou Cosmológico;
2. reconhecer algumas das principais noções que surgem como tentativas de compreensão da realidade e que caracterizam o surgimento da filosofia na Grécia Antiga.

Pré-requisito

Para um melhor entendimento acerca dos temas abordados nesta aula, é importante que você tenha realizado um estudo detido dos textos da Aula 1 sobre o surgimento da Filosofia e os problemas que dão origem aos seus vários campos temáticos.

INTRODUÇÃO

O termo “**METÁFORA**” (do grego *meta*, mais além; e *phorein*, passar, levar) indica transporte, traslado, deslocamento. Trata-se de uma figura de estilo lingüístico que consiste em uma substituição de uma coisa por outra que lhe é semelhante em algum aspecto. A metáfora ocorre como uma comunicação indireta por meio de uma história ou expressão usada para simbolizar o tema tratado. Utilizamos metáforas ao proferirmos cotidianamente frases como “Fulano é um poço de dor e sofrimento” ou “O meu namorado é um gato”. Tais expressões apresentam termos que são elementos de comparação e de substituição de significados por apresentarem alguma relação de semelhança com o que se quer dizer.

Em nossa aula anterior, vimos que as indagações filosóficas não se realizam ao acaso. Filosofar não é simplesmente dar uma opinião, mas fundamentar suas próprias teses, argumentando e estruturando-as com coerência. *Perguntar*, *argumentar* e *fundamentar* são, portanto, traços próprios do pensamento filosófico como uma forma de conceber o mundo, o homem e as relações do homem com o mundo. No entanto, esse modo de explicação não é a única forma de o homem tentar entender o mundo que o cerca. Entre outras formas de explicação, dispomos também da *linguagem mítica*, uma linguagem que não exprime, de um modo direto, as realidades de que trata, mas refere-se a elas em termos simbólicos e **METAFÓRICOS**. Assim, para que você entenda as características centrais do pensamento filosófico procuraremos destacar os traços básicos desse modo de explicação em contraste com o *pensamento mítico*, que o antecede na Grécia Antiga e que foi progressivamente se enfraquecendo para dar lugar a idéias que fossem justificadas, explicadas e fundamentadas, podendo, por essa razão, ser submetidas à crítica.

DO SABER MÍTICO AO SABER FILOSÓFICO

A explicação que você acabou de ler no texto de introdução desta nossa segunda aula poderá lhe suscitar a seguinte pergunta: *Por que preciso estudar a diferença entre Mito e Filosofia em um curso de Pedagogia?* Mais ainda: *Por que é necessário estudar Filosofia em um curso de Pedagogia?* A resposta à primeira pergunta diz respeito ao fato de que, ao esclarecermos o modo de explicação próprio da Filosofia, contrapondo-o à forma de explicação que caracteriza o pensamento mítico, estaremos ressaltando a principal característica da Filosofia: a sua natureza discursiva e argumentativa. A compreensão do caráter argumentativo da linguagem filosófica, certamente nos levará a uma maior compreensão da importância da apresentação de idéias coerentes e bem fundamentadas em nossas reflexões. Qual é a importância da Filosofia para a Pedagogia? Compreender e saber se apropriar tanto da atitude questionadora quanto do aspecto crítico e argumentativo da atitude filosófica é condição indispensável na busca de respostas às questões fundamentais que perpassam tanto o curso de Pedagogia quanto qualquer outro que exija de seus estudantes leitura, pesquisa, atitude crítica e formulação de teorias.

Sendo assim, iniciamos nossa análise sobre as características centrais do pensamento filosófico em oposição ao mito, propondo duas questões que servirão de fio condutor de nossa aula: O que é um *mito*? Quais são as diferenças entre o pensamento mítico e o pensamento filosófico? A palavra mito vem do grego *mythos*, e deriva de *mytheyo*, que significa conversar, contar, narrar. O pensamento mítico, portanto, é uma narrativa mediante a qual um povo fornece explicações para a realidade em que vive: a origem do mundo, das plantas, dos animais, do bem, do mal, das guerras, do poder etc. Até aqui, você poderia contestar afirmando que a filosofia também surgiu, conforme vimos na primeira aula, da necessidade de explicação para as questões fundamentais que dizem respeito ao mundo, ao homem e à relação deste com o mundo.

Sendo assim, em que, exatamente, se distinguem tais pensamentos? Por que alguns comentaristas sobre o tema sempre colocam um *em oposição* ao outro? A filosofia é o resultado de uma “superação” do mito?

De acordo com o que estudamos na Aula 1, a atitude filosófica é desencadeada pela admiração e pelo desejo de compreensão e de contemplação. Os questionamentos resultantes desse desejo de saber podem partir tanto de reflexões acerca dos conhecimentos estabelecidos, quanto de ponderações subjetivas sobre as nossas crenças e os nossos costumes cotidianos. Contudo, tais questionamentos não devem permanecer no âmbito das preferências e das opiniões subjetivas, mas, ao contrário, devem ultrapassar essa esfera dando lugar à construção de um conjunto de idéias e de significações que possam ser evidenciadas por meio de argumentos coerentes e consistentes. A linguagem filosófica é argumentativa, e é nesse sentido que ela difere fundamentalmente da linguagem mítica, que, embora também se constitua como uma forma de explicação da realidade ou da vida humana,



Figura 2.1: As Moiras (ou Parcas, para os romanos) tecendo o destino de Maria de Médici. Pintura de Rubens, 1622-25. Nos relatos míticos gregos, as Moiras tecem e cortam o fio do destino humano. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Destiny_of_marie_de_medici.jpg

apresenta-se como um *mythos*, isto é, como uma *narrativa*. O mito é um relato sobre a origem do mundo e das coisas nele existentes que recorre aos deuses e ao mistério para explicar a realidade. Suas explicações são baseadas não na argumentação e no debate teórico, mas na autoridade oriunda da crença em uma revelação divina.



Em suma, enquanto a linguagem mítica se caracteriza como inquestionável, isto é, como uma *narrativa* incontestável, a linguagem filosófica se constitui como *discursiva* e *argumentativa*. Contudo, poderíamos ainda perguntar: O que faz do mito uma explicação incontestável é o fato de que se trata de uma narrativa que recorre ao sobrenatural? E, no caso da linguagem filosófica, o que exatamente queremos dizer com a palavra *discurso*?

Quanto à primeira questão, o que torna o mito uma narrativa incontestável não é apenas o apelo à autoridade divina, mas é, do mesmo modo, o fato de que se trata de uma visão de mundo própria dos indivíduos de uma determinada época ou sociedade. Tanto no período dos mitos da Grécia Antiga quanto em outras civilizações, como, por exemplo, nas mitologias hindu, nórdica, ou mesmo nos conhecidos mitos indígenas brasileiros, os indivíduos faziam parte daquelas culturas e adotavam a narrativa mítica como um modo de experienciar aquela realidade. Nesse sentido, o mito pressupõe a aceitação de todos. A possibilidade de discussão e de distanciamento do mito supõe já uma transformação da sociedade e, portanto, do próprio mito como visão de mundo. Já no que se refere à expressão *discurso*, trata-se de um termo que deriva de *logos* e que se distingue essencialmente de *mythos*. O *logos*, como discurso, consiste em uma explicação baseada não mais em justificativas oriundas de uma inspiração ou revelação divina, mas em razões derivadas do próprio pensamento humano. Nesse contexto, o *logos* se distingue da *narrativa* por ser um discurso que se vale de explicações justificadas e sujeitas à crítica e à discussão.



Figura 2.2: A Ágora consistia no espaço público onde os atenienses debatiam problemas de interesse comum. Com o surgimento do discurso político, a palavra deixa de ter caráter divino e torna-se objeto de debate e argumentação, possibilitando ao homem tecer seu destino na praça pública.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Temple_of_Hephaestus

Desse modo, podemos falar de uma “oposição” entre saber mítico e saber filosófico, mas apenas como um recurso metodológico para distinguir as características de um e de outro. É preciso reconhecer que se trata apenas de duas formas distintas de explicação assim como ocorre, por exemplo, com a linguagem científica, a teológica ou mesmo a artística. Todas possuem seus modos próprios de demonstração – e de abordagem, como no caso da linguagem poética – para se referirem muitas vezes ao mesmo tema. Além disso, é importante que você tenha em vista que contrapor e distinguir as duas formas de explicação, não significa aqui afirmar que houve uma ruptura radical entre ambas. Tanto do *ponto de vista histórico e sociológico* quanto

do *econômico* e *geográfico*, podemos dizer que a explicação mítica foi perdendo o predomínio para o discurso racional. No entanto, desde a Grécia Antiga até hoje, muitos filósofos recorrem ao poder simbólico, às imagens e às metáforas próprias da narrativa mítica como um recurso que pode servir para simbolizar o tema discutido ou mesmo expor de modo indireto certas questões complexas e difíceis de serem tratadas e que, muitas vezes, não se deixam apreender por meio do discurso argumentativo.



De acordo com alguns comentaristas sobre o tema, podemos analisar a questão do surgimento da filosofia sob as *perspectivas histórica, sociológica, econômica e geográfica*, apontando como condições para sua origem as viagens marítimas, a invenção do calendário, o surgimento da vida urbana, a invenção da escrita alfabética etc., que contribuíram para o aparecimento de um pensamento crítico e um discurso não mais fundado em verdades reveladas, de caráter divino ou sobrenatural (cf. CHAUÍ, 2004, p. 32).

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção o comentário seguinte sobre o texto desta aula. Após a leitura, passe para o exercício.

De acordo com o que você estudou até aqui, a Filosofia, concebida como discurso argumentativo, está sempre aberta à discussão e à reformulação de suas idéias. O pensamento mítico, entretanto, apesar de não se oferecer ao questionamento crítico ou à correção por configurar uma visão de mundo característica de uma época, nem por isso deixa de cumprir com sua função “explicativa” sobre a Natureza, os indivíduos e os valores mais básicos afirmados por eles em sua época histórica. O texto finaliza observando que o discurso racional não rompe totalmente com o mito, podendo muitas vezes se valer de sua linguagem na apresentação de suas idéias. Contudo, se nos voltarmos agora para a nossa visão de mundo contemporânea, perceberemos que atualmente convivemos com diferentes modos de explicação da realidade, apesar de ser a argumentação lógico-racional, desde o seu surgimento, a explicação dominante.

A partir da análise anterior, reúna-se com pessoas de seu convívio: amigos, ou mesmo alguém de sua família ou de seu trabalho e promova um diálogo sobre o modo como a origem do mundo é explicada por duas formas atuais de explicação da realidade: a *religião* e a *ciência*. Após o debate, anote e analise o modo como ambas explicações tentam justificar o surgimento do mundo, procurando comparar seus discursos e argumentos com as características da explicação *mítica* e da *filosófica*, apresentadas nesta aula.

COMENTÁRIO

É comum nos depararmos com reportagens informando a comprovação científica de que os nutrientes de determinado alimento, que até então acreditávamos fazer bem à saúde, podem causar mais danos do que benefícios. As explicações científicas se baseiam em uma hipótese inicial que, após uma procura rigorosa dos nexos e relações entre os fatos observados, dá lugar a uma teoria a respeito. Muitas vezes tais teorias atingem uma tal complexidade que foge ao entendimento comum. Mesmo assim, confiamos nas razões e nos argumentos da demonstração científica porque ela nos “prova” empiricamente suas hipóteses. Mas, e no caso, por exemplo, de uma explicação sobre a origem do mundo, o que a ciência nos diz? E a religião? Sabemos que a ciência parte de algumas suposições, a mais trivial é a hipótese da agregação de partículas de “poeira cósmica”. Já a religião diz que o mundo é obra de um ser criador, onipotente, que criou tudo o que nele vive. A religião recorre à crença em um ser superior que é causa de tudo o que existe. Sua explicação provém dos relatos bíblicos. Já a explicação científica provém do relato da observação e dos experimentos. Nesse sentido, podemos identificar a religião com o mito, na medida em que se trata de uma narrativa que apela para a crença, para a autoridade da fé. No caso da Filosofia, porém, trata-se de um comportamento teórico que não recorre à experiência (como na ciência) tampouco à autoridade do divino (como no mito e na religião), mas que possui a peculiaridade de tentar oferecer explicações apelando para razões construídas pela própria compreensão humana.

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DO PENSAMENTO FILOSÓFICO-CIENTÍFICO

O pensamento filosófico-científico nasce no contexto de surgimento das cidades-Estados gregas como um discurso público, racional e dialógico. Inicialmente esse pensamento se mostra voltado para a explicação da Natureza (cosmologia) e aos poucos vai se concentrando, cada vez mais, na problemática do homem. Passemos agora a examinar quatro dos conceitos básicos que se desenvolveram desde o surgimento da Filosofia e que tentam explicar a realidade, não mais recorrendo ao sagrado e ao sobrenatural: a *physis*, a causalidade, a *arché* e o *logos*.

A *PHYSIS*: *Physis* é um termo que, em latim, significa *natura*, e expressa a fonte originária de todas as coisas, a força que as faz nascer, crescer e renovar-se incessantemente. Por isso, os primeiros filósofos, cujo objeto de investigação eram as questões acerca da Natureza, são chamados *physiólogos*, ou seja, teóricos da Natureza. Em vez de explicarem os fenômenos naturais como governados por forças divinas e superiores ao homem, as teorias desses primeiros filósofos buscam uma explicação causal para esses processos e fenômenos naturais. Mas o que significa uma “explicação causal”? Esse é, justamente, o próximo conceito que veremos a seguir.

A CAUSALIDADE: Segundo essa noção, explicar é relacionar um efeito a uma causa que o antecede e o determina. Explicamos um fenômeno quando reconstruímos o nexo causal existente entre ele e outros fenômenos da Natureza. Contudo, você pode estar se perguntando: E o mito, também não estabelecia relações causais? Sim. No entanto, as causas apresentadas eram *sobrenaturais*, diferentemente do pensamento filosófico que se refere apenas às causas *naturais*. A explicação causal se dá de modo regressivo, isto é, buscando sempre uma causa anterior que explique o fenômeno e que se torne o efeito de uma outra ainda mais básica e assim sucessivamente. Assim esclarecido, você ainda pode se perguntar: Mas, então, esse processo causal não tem fim? Ou ainda: a explicação causal

não nos conduziria até um infinito desconhecido, detendo-nos no inexplicável, no mistério, tal como na narrativa mítica? É precisamente para evitar que isso aconteça, que os filósofos formulam uma noção que sirva de ponto de partida para todo o processo racional, a *arqué*, noção que nos deteremos em seguida.

A *ARCHÉ*: Na tentativa de evitar que a explicação leve ao inexplicável pela regressão ao infinito, os primeiros filósofos buscam a *arché*, que significa o que está no começo, na origem. A *arché* é a tentativa de estabelecer um princípio básico que permeie e unifique toda a realidade, e que, ao mesmo tempo seja um elemento natural (ou seja, que não recorra ao sobre-natural). Para o filósofo *Tales de Mileto*, por exemplo, o primeiro princípio, o mais básico, é a água. Para *Anaxímenes* é o ar; já *Heráclito* afirmou ser o fogo e *Demócrito*, o átomo. Mas o que importa destacar em nossa aula é que, na busca por um princípio fundamental de tudo o que existe, tais filósofos formularam suas propostas suscitando divergências e discordâncias que permitiram a formulação de propostas alternativas, substituindo, assim, a antiga transmissão dogmática da explicação mítica por um conjunto de teses argumentativas e críticas – no sentido do *logos* – tal como veremos na continuidade.

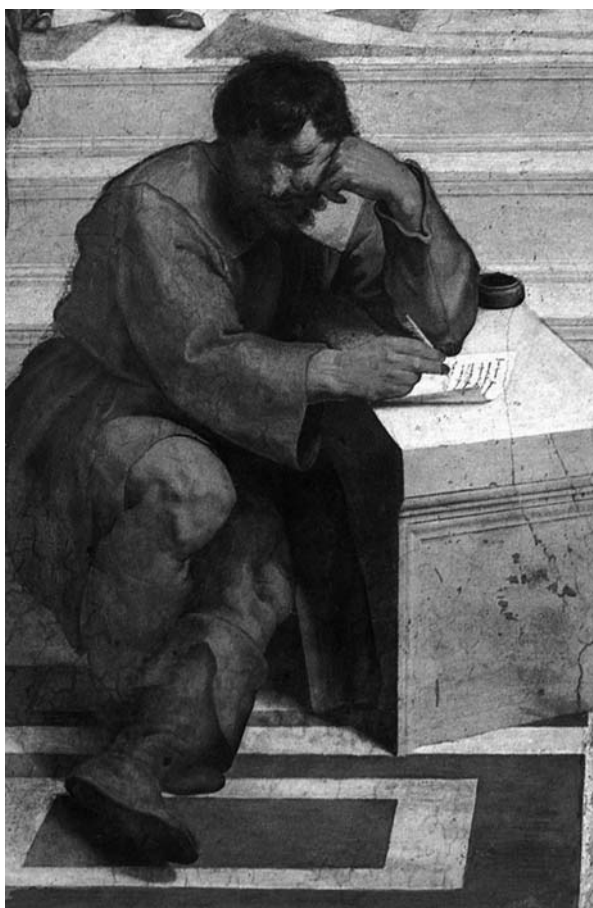


Figura 2.3: Heráclito. Detalhe do afresco pintado por Rafael *A Escola de Atenas*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Sanzio_01_Heraclitus.jpg

O *LOGOS*: O *logos*, conforme mencionamos ao início desta aula, significa discurso ou razão. A palavra *logos* vem do verbo *legein*, que quer dizer contar, reunir, juntar. De acordo com o filósofo *Heráclito de Éfeso*, o mundo material ou natural é o devir permanente, isto é, um puro fluir onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. O mundo como um devir permanente, porém, possui uma racionalidade e uma harmonia que somente o *logos* consegue apreender, reunir e formular. Pensar e dizer, para Heráclito, só são possíveis se aquilo que pensamos e dizemos guardarem a identidade, forem permanentes. O *logos* significa, assim, a palavra que exprime o pensamento de modo que seja possível compartilhá-lo; é a palavra dialogada, tornada compreensível para todos. Daí também surge o termo “lógica” como um instrumento para testar a consistência e a validade de nossos argumentos, tendo em vista certos princípios que a própria razão estabelece (por exemplo, o princípio da não-contradição, que diz que uma coisa nunca pode se negar a si mesma) e que, por estarem em concordância com a própria realidade, tornam possível um discurso racional sobre o real.

De acordo com o que estudamos até aqui, podemos concluir que o pensamento filosófico surgiu quando, diante da multiplicidade do real, os gregos começam a procurar uma unidade, um princípio (*arché*) tirado da natureza que explicasse as inúmeras manifestações do real. Antes disso, porém, havia uma outra forma de explicação para tudo o que ocorre no mundo: o mito, isto é, uma narrativa fabulosa sobre a origem das plantas, dos astros, dos homens, do bem, da morte etc. A narrativa mítica se configurava como um testemunho divino, ou seja, a palavra do mito era sagrada porque derivava de uma revelação divina. Entretanto, aos poucos, o pensamento mítico foi dando lugar a uma linguagem explicativa completamente diferente. Os filósofos passaram a explicar a realidade não mais recorrendo a verdades reveladas, mas a explicações justificadas e passíveis de discussão. O *logos* passou a predominar em relação ao *mito* exigindo que a explicação fosse argumentativa, lógica e fundada apenas na razão humana.

ATIVIDADES**Atende ao Objetivo 1**

2. Aponte as principais características do pensamento mítico.

Atende aos Objetivos 1 e 2

3. Como os primeiros filósofos procuram explicar a realidade natural?

Atende ao Objetivo 2

4. O novo pensamento filosófico possui características centrais que rompem com a narrativa mítica. Cite e analise uma delas.

COMENTÁRIO

Você pode responder essas três questões destacando os argumentos centrais do texto que procuram mostrar quais são as principais características da explicação mitológica e da filosófica. Além disso, você pode recorrer em suas respostas, sobretudo na segunda questão, às análises dos quatro conceitos que procuram explicar a realidade não mais apelando ao sobrenatural: a physis, a causalidade, a arché e o logos.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1 e 2

Explique a relação mostrada no texto entre a noção de *causalidade* e de *arché*. Após, responda: Na sua opinião, a religião e a ciência oferecem explicações acerca dos fenômenos naturais e da existência humana recorrendo à noção de causa e efeito? Se a resposta for afirmativa, explique como ambas resolvem a questão da regressão ao infinito.

COMENTÁRIO

No que se refere a essa questão, você pode resolvê-la mostrando que, tal como a religião, a ciência argumenta causalmente, porém, com argumentos que recorrem a demonstrações empíricas (veja noção de empírico na 1ª aula); e que a linguagem religiosa, assim como o mito, se vale de uma narrativa que apela ao mistério, ao sagrado. Quanto à regressão ao infinito, sintetizamos dois pontos que poderão lhe orientar:

- *As causas dos fenômenos naturais são apresentadas como sendo regidas por uma primeira causa (um ponto de partida para todo o processo) interpretada como uma realidade exterior ao mundo humano e natural, superior, misteriosa, a qual só alguns indivíduos são capazes de conhecer ainda que parcialmente.*
- *As causas são justificadas com base na demonstração empírica e, no que se refere à regressão ao infinito, se estabelece uma hipótese a partir da qual se constrói deduções e leis gerais fundamentadas na experiência sensível. Ao considerar essa questão, você pode acrescentar que, muitas vezes, tomamos uma hipótese científica como verdadeira para, algum tempo depois, nos inteirarmos pela própria ciência que confiamos, nos apoiamos e nos orientamos por longo tempo em falsas hipóteses.*

RESUMO

O *mito* é um relato sobre a origem do mundo e das coisas nele existentes que recorre aos deuses e ao mistério para explicar a realidade. Suas explicações são fundadas não na argumentação e no debate teórico, mas na autoridade oriunda da crença em uma revelação divina.

A filosofia surge com o *logos* enquanto discurso argumentativo que apela não mais ao sobrenatural como o *mito*, mas a explicações justificadas e sujeitas à crítica e à discussão.

Traços próprios do pensamento filosófico: perguntar, argumentar e fundamentar;

Traços próprios do pensamento mítico: explicar a realidade referindo-se a ela em termos simbólicos e metafóricos.

Mudanças de caráter histórico, social, econômico e geográfico contribuíram para o desenvolvimento e predomínio da linguagem argumentativa e dialógica em detrimento da hegemonia da narrativa incontestável do mito.

Noções filosóficas que passaram a explicar a realidade não mais recorrendo ao sobrenatural: a *physis*, como fonte originária de todas as coisas; a *causalidade*, como um modo de explicação que relaciona uma causa a um efeito antecedente que o justifica; a *arché*, que significa o princípio básico que está na origem de todas as relações causais, e o *logos* como a palavra que exprime o pensamento de um modo que seja possível compartilhá-lo tornando-o compreensível para todos.

Filosofia: um comportamento teórico que não recorre à experiência (como na ciência) tampouco à autoridade do divino (como no mito e na religião), mas que possui a particularidade de tentar oferecer explicações apelando para razões construídas pela própria compreensão humana.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, analisaremos a importância do processo de educação na Grécia Antiga a partir dos conceitos de *paideia* e de *areté*, que dizem respeito ao processo pelo qual o homem grego, assentado por princípios de virtude, desenvolvia sua verdadeira natureza através de um saber pleno e unitário, capaz de desenvolver no indivíduo um conceito de si, do mundo, e da consciência de vida em comunidade.

O processo de educação na Grécia Antiga

AULA 3

Meta da aula

Esclarecer as diversas interpretações do conceito grego de *paidéia* desde a sua designação como formação do homem individual nos tempos homéricos, até a sua compreensão como formação geral do cidadão.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. distinguir entre a noção de *areté*, presente no período homérico, e o conceito de *paidéia* na Grécia clássica;
2. explicar as diferenças existentes entre o objetivo da prática educativa dos sofistas e a concepção de *paidéia* que marca a atuação de Sócrates como educador;
3. reconhecer a proposta educativa apresentada por Platão e o objetivo de um tal projeto.

Pré-requisito

É importante que você releia as duas aulas anteriores, especialmente a Aula 2, para que você possa compreender mais facilmente a problemática acerca da educação na Grécia Antiga, desenvolvida nesta aula.

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico, *educação* e *formação* são palavras que possuem sentidos distintos. O termo *formação*, na Grécia do século V a.C., diz respeito à ação integral do homem, envolvendo tanto a sua relação com as coisas existentes no mundo quanto a sua relação com os outros homens e consigo mesmo. Para os gregos, essa atuação integral é resultante da instrução e da aplicação consciente de determinadas regras e valores a serem adotados em diferentes situações. A consciência e a aplicação desses valores seriam, portanto, decorrentes da aspiração à verdadeira forma humana, ao seu autêntico ser. Tal é o conceito de *paidéia* entendido como ideal de formação do homem da Grécia Antiga.

Já o conceito de *educação* é mais recente. *Educação* é um termo que se tornou popular a partir do século XVIII como o processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral humano que visa a uma total adaptação do homem à sociedade em que vive. Nos tempos atuais, a idéia de processo educativo aparece freqüentemente associada à manutenção da vida nos seus aspectos econômico, social e político. Nesse processo de manutenção, as instituições escolares aparecem como mediadoras entre o homem e a sociedade. Tendo em vista essa temática, estudaremos nesta terceira aula as transformações históricas do significado de *paidéia* e a sua relação com a educação pensada em um sentido bastante amplo, prévio às suas configurações formais (educação escolar) ou informais (educação não-escolar, transmitida pela família, pela mídia, pelas leituras de jornais etc.). Esperamos que esse estudo lhe possibilite ir além de uma mera análise conceitual e refletir acerca do sentido que conferimos à própria vida humana, orientados por configurações históricas que são determinantes na compreensão que temos de nossa existência (social ou singular) e de nosso “papel” no mundo.

O IDEAL DE HOMEM GREGO: A ARETÉ

Como ponto de partida de nossa análise, convém esclarecer que o termo *paidéia* só foi encontrado em documentos posteriores ao século V a.C.. Antes desse período, porém, podemos encontrar a idéia de formação no termo *areté*. O conceito de *areté* exprime a forma originária do ideal educativo grego. É em Homero e nos chamados poemas homéricos, a *Iliada* e a *Odisséia*, que tal ideal educativo surge originalmente formulado e explicitado. Nos dois poemas, o ideal homérico de homem é o herói. Na *Iliada*, o personagem Aquiles destaca-se como o herói nobre, cortês,

valente e corajoso, isto é, aquele que possui a qualidade de ser o melhor (*aristós*) entre todos. Ele representa, assim, a *areté* que, em seu sentido básico, quer dizer “excelência”. Para os gregos antigos, o termo podia ser aplicado a qualquer coisa: tanto à excelência de um animal, como por exemplo, a qualidade de excelente de um touro ou de um cavalo, quanto à excelência de um homem. E é por meio da figura do herói Aquiles que Homero simboliza a excelência humana. Aquiles, no entanto, não atingiu de modo livre e espontâneo uma tão alta realização. O ideal que se realiza em sua figura é resultado de uma formação orientada para esse fim.

A *areté* não é algo que se faz presente gratuitamente, mas é algo conquistado em uma tentativa de aproximar-se, o quanto for possível, de um ideal determinado de homem. Esse ideal, expresso pelo termo *areté* e traduzido como excelência, superioridade (ou mesmo virtude, como veremos mais adiante) corresponde, nesse contexto histórico, a um conjunto de atributos próprios da nobreza.

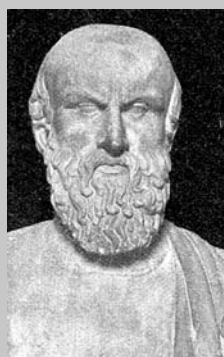
Além da *areté* presente na *Ilíada*, temos também o ideal de homem grego expresso no poema *Odisséia*. A *Odisséia* relata o retorno do herói Ulisses a sua casa, vindo da guerra de Tróia. A figura de Ulisses conjuga força, bravura, valentia, eloquência, astúcia e inteligência, que o possibilitam superar situações extremamente difíceis em seu regresso. Assim como em Aquiles, essas qualidades são desenvolvidas apenas por meio de uma formação com vistas a esse fim. Tanto na *Ilíada* quanto na *Odisséia* o herói institui-se como um modelo a ser seguido. Nesse sentido, Homero é considerado um grande educador da Grécia antiga. Esse ideal educativo proposto na tradição homérica era transmitido oralmente, de geração em geração. Isso permite afirmar que os primeiros educadores do mundo grego são os poetas, cuja influência perdurou muito além de seu tempo, por toda a Grécia.



Figura 3.1: Aquiles cura Pátroclo. Detalhe de vaso em técnica de cerâmica (500 a.C.).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Akhilleus_Patroklos_Antikensammlung_Berlin_F2278.jpg

Contudo, ao final da chamada Grécia arcaica esse ideal de educação dos tempos homéricos já havia se estendido exigindo mais do que o desenvolvimento de qualidades que levassem à honra e à glória. Buscava-se agora atingir a excelência tanto no plano físico quanto no moral. A *areté* passa a expressar a idéia de articulação harmoniosa entre físico e moral, na medida em que uma das características centrais do homem grego passou a ser também o sentido de dever. Um tal sentido de dever surge a partir do momento em que o homem grego se convence de que os privilégios transmitidos por seus ilustres antepassados devem ser preservados, tanto pela transmissão de normas de conduta, quanto por meio da prática das excelências. A expressão *kalokagathia*, que designa beleza e bondade, traduz a excelência que o homem grego deveria, então, alcançar. Em sua plenitude, o homem deveria ser belo (*kalós*) e valoroso (*agathós*). Para alcançar a *kalokagathia*, ele deveria conhecer os requintes da classe dos nobres, ser polido, experimentado nos jogos e se destacar em todas as situações, no combate ou na assembléia como orador. A obediência a tais regras de conduta lhe garantiria desfrutar de uma posição quase divina que combinava a perfeição física, a intelectual e a moral. Todavia, o valor que o homem grego conferia a si mesmo na prática das excelências não era deliberado por ele próprio, mas medido pelo reconhecimento que os outros lhe certificavam. A honra e a glória, asseguradas nessa posição, só podiam ser desfrutadas porque os códigos de conduta da época eram aceitos como bons pela consideração pública.



Busto de Ésquilo.
Museu Capitolino,
Roma.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Aischylos_B%C3%BCste.jpg

ÉSQUILO

Poeta trágico e dramaturgo grego, foi considerado o criador da tragédia grega. Entre outras tragédias, Ésquilo escreveu *Sete contra Tebas* (467 a.C.), uma tragédia que expõe a luta fratricida pelo poder entre Polínece e Etéocles que, segundo a profecia, deverão combater até a morte.

A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NA GRÉCIA ANTIGA: A PAIDÉIA

Da leitura do texto anterior, podemos perceber que o problema da formação do grego dos tempos homéricos esteve voltado para o homem como ser individual, buscando alcançar o ideal, isto é, a *areté* individual, entendida já no fim na Grécia arcaica como *kalokagathia*. A partir do século V a.C., porém, isso já não é mais suficiente. O processo de formação do homem grego deverá prepará-lo também para a cidadania. É no interior desse contexto que o ideal educativo surge como *paidéia*, ou seja, como uma formação geral que tem por objetivo o desenvolvimento do homem grego concebido também como cidadão. A primeira referência ao termo *paidéia* é encontrada na tragédia *Sete contra Tebas*, de Ésquilo, para designar a “criação dos meninos” (*paidos*

= criança). Aos poucos, porém, o conceito de *paidéia* vai se ampliando e deixa de vincular-se à instrução da criança para designar o processo de formação do homem para a vida racional na **Pólis**.

A *pólis* (cidade-Estado grega) deu origem ao termo *política*, que designa o campo de realização do bem comum, ou seja, da atividade humana em sua relação com a cidade-Estado e com as coisas de interesse público. Isso não significa dizer, porém, que antes do surgimento da noção de política não existissem povos reunidos sob a forma de organizações sociais. Tantas nas sociedades tribais quanto em outras comunidades organizadas de modo mais complexo como, por exemplo, as cidades do Egito Antigo, já havia determinadas formas de política. No entanto, nessas sociedades geralmente aceitava-se a ordem divina dos faraós ou, no caso dos povos tribais, as normas da ordem hierárquica hereditária já estabelecida. Os padrões de comportamento eram regulados pelos sacerdotes egípcios ou chefes das tribos. Nem todas essas sociedades davam lugar a um modo de reflexão crítica sobre as estruturas sociais presentes e os modos de agir coletivo. Por essa razão, costuma-se dizer que a *política*, entendida como reflexão e elaboração de teorias sobre o modo de agir coletivo, surgiu na Grécia no século V a.C. com os chamados filósofos sofistas, cujo pensamento filosófico será analisado no próximo tópico.

Pólis

Termo com o qual os gregos designavam as antigas cidades-Estado gregas, desde o período arcaico até o período clássico. A cidade-Estado grega era uma comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*, em grego).

ATIVIDADES



Atendem ao Objetivo 1

1. Explique qual é a relação existente entre a descrição dos heróis nos poemas de Homero e a noção de *areté* da Grécia homérica.

2. De acordo com o que você leu até esse momento, procure responder em que se distingue a noção de *areté*, presente no período homérico, do conceito de *paidéia* na Grécia clássica.

RESPOSTAS COMENTADAS

1. Para responder à primeira pergunta leia com atenção o texto “O ideal de homem grego: a areté” e analise as passagens em que essa noção é descrita como uma “excelência” do homem. Observe que o texto procura mostrar que o nobre grego só poderá atingir a excelência humana – representada nos poemas homéricos pela figura do herói com suas qualidades específicas – mediante um processo de formação que se realiza na forma de transmissão de regras de conduta e na prática das excelências. Mas como eram transmitidas tais regras? Através de alguma instituição escolar? Não. Veja que, ao final do segundo parágrafo, o texto diz que as normas e as regras eram transmitidas pelos poetas, considerados os grandes educadores do mundo grego. Depois de seguir essas indicações, você pode dar início à redação de um pequeno texto escrito com suas próprias palavras.

2. No que diz respeito à segunda questão, após responder à questão 1 você já poderá comparar a formação do homem como indivíduo, característica do período homérico, com a idéia de formação do homem como cidadão (a paidéia), recorrendo à leitura do texto “A formação do cidadão na Grécia antiga: a paidéia”.

A PAIDÉIA E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Analisaremos a seguir três importantes contextos filosóficos nos quais o conceito de *paidéia* surge como educação do homem para a vida política.

Os sofistas

O período clássico (séculos V e IV a.C.) da história grega foi o período em que viveram os chamados filósofos “sofistas”. Os sofistas exerciam a função daquilo que melhor se assemelha com o que atualmente chamamos “professor”. Eles viajavam por toda a Grécia vendendo seus ensinamentos. Por essa razão, são considerados como os formadores da nova *areté* política. Suas lições tinham por objetivo desenvolver nos jovens o espírito crítico e a capacidade de argumentação. Contudo, tais ensinamentos não eram dirigidos à toda população, mas somente aos cidadãos. E, ainda, considerando o fato de que as formas democráticas

gregas não consideravam as mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros como cidadãos, sobrava apenas uma pequena parcela de pessoas que poderia participar do processo político. A essa pequena parcela que poderia tomar parte das assembleias e pronunciar discursos, os sofistas ofereciam suas lições sobre retórica, isto é, sobre a arte de bem falar, com o fim de ensinar tais cidadãos a persuadir o público e fazer prevalecer seus interesses individuais e coletivos.

Os sofistas passam, assim, a ensinar o que eles chamam *techné* política, a fim de que os seus discípulos venham a dominar a *areté* política. A *techné* diz respeito à arte, no sentido de “saber fazer” alguma coisa. Em outras palavras, ao dominar a arte (*techné*) da oratória, sendo capaz de argumentar e persuadir, o cidadão grego desenvolve um conhecimento que é de ordem teórica, mas que também está voltado para a prática, para o exercício da vida política. Os contemporâneos dos sofistas, todavia, vão acusá-los de enganadores, de produzir o falso, de iludir os ouvintes, sem se comprometerem com a verdade. Segundo essas objeções, o discurso retórico ensinado pelos sofistas é isento de sentido ético na medida em que permite a formulação de argumentos que dão validade a qualquer ponto de vista de acordo com os interesses do momento e independente das contradições que possam existir. Para tais opositores, os valores da tradição: verdade, justiça, virtude, retidão etc. são relativizados quando o que importa é convencer e persuadir em virtude do que é bom para este ou aquele e em um determinado momento. Contudo, para além dessas objeções, o que importa destacar acerca dos sofistas em nosso estudo, é o fato de que há na atuação desses filósofos uma *paidéia*, um ensinamento, uma formação pela qual esses mestres da argumentação foram responsáveis e que consistiu na preparação do cidadão para a participação na vida política.

Sócrates (469-399 a.C.)

Nascido em Atenas, Sócrates desenvolveu seu pensamento filosófico em oposição aos sofistas e em sintonia com uma crítica incisiva à situação política de sua época. Para Sócrates, os sofistas limitavam-se a ensinar uma mera técnica de argumentação. O resultado disso, segundo ele, é que as decisões políticas seriam tomadas não com base em um saber ou na posição dos mais sábios ou virtuosos, mas fundadas na concepção dos mais hábeis em retórica. O pensamento filosófico de Sócrates buscava



Figura 3.2: Sócrates, apontando para o alto, no leito de morte (Jacques-Louis David, 1787). Por defender idéias filosóficas que contrariavam os valores da sociedade ateniense em sua busca da verdade e da prática da virtude, Sócrates foi levado a julgamento e condenado à morte pelo tribunal de Atenas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:David_-_The_Death_of_Socrates.jpg

compreender o que é a essência do homem. Para ele, a essência do homem reside na alma entendida como a sede da razão. É ela que distingue o homem de todos os outros seres da Natureza. Assim como os sofistas, Sócrates também atuava como educador. Porém, de modo distinto das paidéias anteriores (a *areté* homérica e a *paidéia* sofística) de cunho aristocrático, ele ensinava em praça pública para qualquer um que se interessasse em ouvir e sem cobrar por suas aulas, pois concebia a tarefa de ensinar como uma missão divina. Mediante diálogos críticos, Sócrates interrogava seus discípulos

sobre aquilo que eles “acreditavam” saber: “o que é a virtude?”, “o que é a justiça?”, “o que é o bem?”, procurando, através do método maiêutico, ajudá-los a conceberem suas próprias idéias. Para ele, a razão humana deve buscar por si mesma a resposta às questões que formula, e só assim pode chegar ao verdadeiro conhecimento.

Uma das recomendações fundamentais que Sócrates fazia a seus alunos era “conhece-te a ti mesmo”, frase inscrita no templo de Delfos. Ele proferia essa frase, no entanto, não no sentido de uma recomendação a um conhecimento individual e introspectivo, mas como uma busca, por si mesmo, do conhecimento daquilo que é universal e essencial e que, por isso, é comum a todos os homens. Com essa recomendação, Sócrates sugeria a procura daquilo que nos faz ser homens; para além do que diferencia os homens, ou seja, a questão primeira e fundamental, para ele, era a questão “o que é ser homem?”. Isso significa que o conhecimento a ser buscado não é o conhecimento deste ou daquele homem, mas do significado de ser homem. E o “ser” do homem, isto é, a sua “humanidade”, se encontra essencialmente ligado às características do homem como ser político, como habitante da *pólis*. Além disso, para entendermos a importância da questão da *paidéia* que marca a história e o pensamento deste filósofo, é preciso ter em vista que no emprego de seu método de ensino, Sócrates nunca dava respostas às questões que formulava. Cabia ao interlocutor descobrir por si mesmo aquilo que estava sendo buscado. O método socrático apenas indicava o caminho

que devia ser percorrido, procurando evidenciar as contradições e os novos problemas que poderiam surgir a cada resposta. Nesse sentido, podemos caracterizar a *paidéia* socrática como uma ação educativa voltada para a reflexão racional, reflexão que adquire no pensamento deste filósofo um papel de destaque em relação a qualquer subordinação coercitiva do Estado. Sócrates propõe o despertar de uma *paidéia* interior, uma *paidéia* que busca o autoconhecimento e, como consequência, a possibilidade, talvez, de projetar um Estado constituído por homens livres e virtuosos.



Figura 3.3: Detalhe de Platão, em *A Escola de Atenas*, Rafael.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Platoraphael.jpg>

Platão (427-347 a.C.)

Platão foi discípulo de Sócrates por dez anos. Escreveu grande parte das suas obras sob a influência dos ensinamentos de seu mestre. Contudo, aos poucos Platão afasta-se do pensamento de Sócrates e começa a desenvolver sua própria doutrina filosófica. Alguns aspectos da filosofia socrática, porém, irão permanecer em muitas de suas formulações teóricas. É o caso da idéia de que a educação não consiste na transmissão de conhecimentos, mas na formação do homem como homem. E para Platão, ensinar, assim como governar, é função que cabe ao sábio. Por essa razão, em seu livro *A república*, ele imagina uma sociedade, governada por reis-filósofos, que deveria servir como modelo da cidade ideal. Nesta obra, Platão propõe que as crianças sejam educadas pelo Estado e não pela família. O Estado criaria estabelecimentos próprios para a educação coletiva das crianças. A formação seria igual para todas até os vinte anos, quando ocorreria o primeiro momento de separação das mesmas. Partindo de um pressuposto de que todas as pessoas são diferentes, Platão afirma que, por essa razão, elas devem ocupar lugares e funções distintas na sociedade.

O primeiro momento de retirada de parte dos jovens do estabelecimento seria realizado depois que alguns fossem identificados como dotados de aptidão para o desempenho das funções referentes à sustentação econômica do Estado. Tais jovens, por terem revelado inclinações para uma tal tarefa e, por isso, considerados como possuidores de “alma de bronze” deveriam se dedicar à agricultura, ao artesanato e ao comér-



Figura 3.4: *Escola de Atenas*. Rafael. Afresco do Vaticano.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Raffael_058.jpg

cio. Os demais continuariam seus estudos até que houvesse uma nova separação. Esse segundo momento revelaria aqueles que possuem a “alma de prata”, isto é, a virtude da coragem que necessitam ter os guerreiros que cuidariam da defesa do Estado. Por fim, os mais notáveis, por possuírem a “alma de ouro”, seriam instruídos na arte de dialogar, dedicando-se a estudar filosofia com a finalidade de governar o Estado. Para Platão, portanto, já na formação das

crianças deveria ser decidido a que camada social cada um pertenceria. O processo educativo seria inicialmente igual para todos com o fim de revelar a “alma” que cada um possuiria. Aquele que possuísse a alma de ouro receberia educação filosófica. Isso porque a cidade justa, para o filósofo, seria aquela em que os reis são filósofos. Governar seria tarefa apenas de quem possui o saber, uma vez que somente os mais dotados de conhecimento teriam condições objetivas de organizar com justiça as atividades políticas.



De tudo o que foi dito até aqui, você já poderia responder como se apresenta, exatamente, a *paidéia* no interior da filosofia platônica?

Considerando o modelo platônico de um Estado perfeito, podemos entender a *paidéia* no pensamento de Platão como toda a verdadeira educação na *areté* (isto é, na virtude mais elevada) que, sobre o fundamento da justiça, desperta desde cedo no homem o desejo de se tornar um cidadão perfeito. De acordo com o modelo proposto de um Estado ideal, para que este se constituísse de forma justa a educação se encarregaria de formar os cidadãos de acordo com a sua “alma”, ou seja, em conformidade com a sua “natureza”, para que assim pudessem exercer as funções que lhes corresponderiam: os guerreiros para a defesa, o povo

para prover a subsistência e os filósofos para governarem. Segundo Platão, *é somente pela filosofia que se podem discernir todas as formas de justiça política e individual*. Por isso, a forma de governo ideal é aquela em que o poder é encarregado aos mais sábios, aos filósofos. Afinal, se na concepção de Platão a justiça é o fundamento de todas as virtudes e o sábio é uma pessoa virtuosa, segue-se que o sábio deve por excelência ser justo. Cabe destacar, por fim, que, tal como no pensamento socrático, a filosofia platônica defende a formação de um elevado tipo de homem e, por isso, a idéia de educação deveria ser um processo de construção consciente. Platão retomará também a idéia socrática de que o processo educativo nunca acaba, prolongando-se enquanto o homem existir. É próprio do homem, para Platão, encontrar-se permanentemente em processo de formação. Essa idéia, amplamente valorizada nos tempos atuais, está presente, portanto, desde há muito tempo na concepção de *paideia* grega e se conservou apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo no significado dessa noção.

ATIVIDADES



Atendem aos Objetivos 2 e 3

3. Com base nos textos, explique a distinção entre a finalidade da prática educativa dos sofistas e a concepção de *paideia* presente no pensamento de Sócrates.

4. A partir do texto, analise o modelo de educação proposto por Platão e explique a finalidade de sua proposta educativa.

COMENTÁRIOS

3. Você obtém uma resposta satisfatória a essa questão depois de uma leitura detida do texto *Os sofistas*, que lhe permitirá identificar e analisar os principais argumentos que descrevem a finalidade da atuação docente dos sofistas. Após, compare o que você já escreveu com os argumentos do texto sobre Sócrates que descrevem o pensamento e a prática educativa de Sócrates.

4. A resposta a essa questão você encontra no texto sobre Platão, através de uma análise dos principais argumentos que descrevem a necessidade, defendida por Platão, da criação de um estabelecimento de ensino, da especificidade de tal instituição e da justificativa para a necessidade de educar as crianças de forma coletiva.

CONCLUSÃO

Como conclusão de nossa terceira aula, podemos afirmar, de forma bastante resumida, que o processo de formação do homem no período homérico, voltado para a sua realização individual, gradativamente evoluiu para a idéia de uma formação geral que busca preparar o homem para o exercício da cidadania. Em nosso estudo de hoje, essa mudança surge inicialmente com os sofistas, passando por Sócrates e culminando em Platão com a concepção de uma educação posta em prática na instituição escolar e que tem por finalidade formar um cidadão fiel ao Estado, justamente porque adquiriu total harmonia e domínio de si mesmo no desenvolvimento de suas capacidades. Por fim, convém ressaltar que, refletir sobre a educação, a partir de uma análise histórico-conceitual desse conceito, pode nos levar a assumir uma atitude questionadora acerca da função e da importância da educação em nossos dias, uma prática que deve ser constante em nossa atuação como educadores.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Crie um pequeno texto descrevendo os principais aspectos do processo educativo do período homérico e do modelo de educação proposto por Platão. Após, compare as duas teses com a sua própria interpretação acerca de como deveria ser a educação ideal para os tempos atuais.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

COMENTÁRIO

Para responder a essa questão, é importante que você analise bem os argumentos centrais que envolvem cada problemática. Tal análise é necessária para que você possa estabelecer alguma comparação, seja concordando ou mesmo divergindo de tais argumentos, com o seu próprio comentário acerca de uma educação considerada por você como sendo a mais apropriada para a época atual.

RESUMO

O conceito de *areté* consiste na expressão da forma mais originária de ideal educativo grego da época homérica. A *areté* do período helênico é um ideal conquistado na busca de realização a partir de um modelo de homem: a excelência simbolizada na figura dos heróis Aquiles e Ulisses. O poeta Homero representa em seus poemas, *Iliada* e *Odisséia*, o modelo de excelência do homem grego e é considerado o grande educador da Grécia Antiga.

O termo *paidéia*, como formação do cidadão, surge na Grécia a partir do século V a.C. Após, surgem os sofistas que, por suas práticas pedagógicas e suas concepções filosóficas, são considerados mestres da argumentação retórica. Sócrates desenvolve o método maiêutico propondo uma educação voltada para a reflexão racional, isto é, para o aperfeiçoamento, através da reflexão, de nosso entendimento comum ou crenças habituais. Já Platão propõe, mais tarde, uma educação que possa garantir o funcionamento de um Estado justo, governado por filósofos-reis.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na aula seguinte, estudaremos os conceitos de ética e de moral em sintonia com uma análise das principais concepções sobre o bem e o mal, desenvolvidas desde a Antiguidade grega até a contemporaneidade.

A questão dos valores

AULA 4

Meta da aula

Analisar os conceitos de moral e de valor como formas do comportamento humano que surgem da necessidade de ajustar os interesses do indivíduo aos interesses coletivos.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. analisar os conceitos de moral e de valor como experiências fundamentalmente humanas que se encontram na base de qualquer projeto existencial;
2. reconhecer a distinção entre juízos de fato e juízos de valor;
3. identificar o conceito de norma moral em oposição ao conceito de norma jurídica;
4. estabelecer as distinções entre as noções de moral, imoral e amoral.

Pré-requisitos

O tema desta aula será compreendido mais facilmente se você tiver estudado as três aulas anteriores, sobretudo a Aula 1, na qual apresentamos um panorama geral da Filosofia e assinalamos entre seus campos de estudo a Ética ou Filosofia Moral, e a Aula 3, em que abordamos a questão da educação por meio da análise do conceito de *paideia* entendido como formação do homem grego.

INTRODUÇÃO

Você já parou para refletir sobre o fato de que, freqüentemente, nos deparamos com situações em que nossa escolha depende daquilo que consideramos certo ou errado, bom ou mau, justo ou injusto? Você já se surpreendeu sentindo revolta e indignação após ler uma notícia de jornal que revela uma situação em que alguém é injustamente punido? Antes de explicitarmos em que sentido tais perguntas dizem respeito à nossa temática, vamos imaginar mais uma situação: ao entrar em uma pequena e modesta drogaria, uma senhora observou que um homem furtou um medicamento, aproveitando-se do momento em que o proprietário a cumprimentava. Por se tratar de um medicamento de custo elevado e de um único exemplar, o proprietário logo percebeu a sua falta. Aflito pelo prejuízo que teria justamente em um momento de crise financeira, ele pede à senhora que lhe conte tudo o que viu, esclarecendo que necessita saber a verdade, pois não gostaria de acusar alguém injustamente. Por não desejar mentir e por considerar desonesto qualquer tipo de roubo, a senhora decide, então, contar-lhe toda a verdade. Contudo, pouco antes de fazer isso, ela descobre, casualmente, que a pessoa que cometeu o furto é um trabalhador desempregado que se encontra com um filho doente em estado grave e não dispõe de recursos financeiros para comprar o medicamento. O que você faria se estivesse no lugar dessa senhora?

Do mesmo modo que no exemplo dado, muitas vezes nos defrontamos com situações em que a decisão sobre o que fazer não pode ser tomada pela aplicação de regras gerais que prescrevem o que é bom ou justo a todos os que fazem parte de uma mesma comunidade ou sociedade. Deparamo-nos muitas vezes com situações em que precisamos avaliar, julgar e responder por nossas ações, necessitando levar em conta tanto o aspecto subjetivo do ato moral, que se refere aos sentimentos, às intenções e aos comportamentos que são condenáveis do ponto de vista moral, quanto o aspecto objetivo que diz respeito aos motivos, meios e conseqüências que tal ato traz consigo. Assim, partindo de uma análise da moral como uma forma de comportamento humano que se concretiza em sociedade, abordaremos, nesta quarta aula, questões como: o que é um julgamento moral, o que são valores morais, qual a distinção entre normas morais e jurídicas e como ocorre o processo de educação moral.

A MORAL E OS VALORES

Cada comunidade social institui entre seus membros uma moral, isto é, estabelece valores que dizem respeito ao correto e ao incorreto, ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto. O estabelecimento de tais valores morais tem como objetivo regular as relações dos homens em sociedade. Nesse sentido, devem ser válidos para todos os membros da comunidade social. As normas e os valores que regulamentam a vida coletiva se manifestam na forma de hábitos e costumes e chegam até cada indivíduo por intermédio dos pais, da escola, dos meios de comunicação de massa, dos amigos etc. No

entanto, apesar do conhecimento e da adesão consciente do indivíduo às normas morais que vigoram na sociedade, nem sempre é possível julgar uma ação como certa ou errada, boa ou ruim, justa ou injusta recorrendo simplesmente a uma mera aplicação das normas e dos valores instituídos socialmente. Tal como vimos no exemplo apresentado na introdução, algumas situações nos mostram que uma avaliação de conduta requer de nosso senso moral que manifestemos nossos próprios sentimentos quanto ao que é bom ou mal, justo ou injusto e que justifiquemos e assumamos as conseqüências decorrentes de nosso ato de julgar. Agimos de acordo com valores que reconhecemos como legítimos e que são relativos a um tempo e a um lugar determinados. Isso significa dizer que as regras morais são construções histórico-sociais e não devem conservar-se imutáveis e sedimentadas, pois isso esgotaria o seu conteúdo vital, tornando-as vazias e sem sentido.

A moral varia historicamente porque é um comportamento humano e, como tal, se caracteriza como histórico e social. Desde as sociedades mais antigas, os valores morais se alteram e se desenvolvem juntamente com as transformações e o desenvolvimento das diversas sociedades concretas. Como nasce a vida moral? A vida moral nasce da necessidade de ajustar o comportamento de cada indivíduo aos interesses coletivos. Essa conformação se estabelece juntamente com a instituição



Figura 4.1: A moral é um conjunto de normas e valores que regula as relações entre o indivíduo e a sociedade. Contudo, ainda que a moral se defina pelo seu caráter social, o indivíduo de-sempenha nela um papel essencial, na medida em que é exigido de cada um o reconhecimento interior das normas estabelecidas e aceitas pela comunidade.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=view&id=935588>

de regras e princípios que apontam como bom ou justo tudo aquilo que contribui para manter e reforçar a união do corpo social, e como mau ou injusto tudo o que contribui para debilitar ou desarmonizar a união entre os membros da coletividade. A vida coletiva se mostra, assim, como um limite para as ações humanas. Isso porque a ação moral não diz respeito a um indivíduo isolado e livre de qualquer laço ou compromisso social, mas às relações que os indivíduos mantêm entre si; ou, em outros termos, diz respeito a toda a comunidade, impelindo todos os membros de uma coletividade a um movimento constante que busca conformar o que é bom e justo para cada um como existência singular com o compromisso assumido com os outros.

O QUE É UM JUÍZO MORAL DE VALOR?

Quando proferimos enunciados como “esta caneta é preta”, “o condicionador de ar está ligado”, “preguei o quadro na parede”, “vou à padaria comprar pão”, ou “João comprou um carro importado”, estamos formulando *juízos de fato* (ou juízos de realidade). Os *juízos de fato* ocorrem sempre que pronunciamos algo sobre o que as coisas são e como elas são sem emitir nenhum valor acerca de tais coisas. Tanto em nosso dia-a-dia como na ciência, os juízos de fato estão presentes na forma de uma descrição pura e simples daquilo que se apresenta diante de nós. Ao proferir um juízo de fato, porém, podemos fazer também interpretações ou avaliações acerca das coisas ou dos acontecimentos. Seguindo os mesmos exemplos, formulamos *juízos de valor* quando afirmamos coisas como “esta caneta preta não é tão boa quanto a outra”, “o ar condicionado faz mal à saúde”, “o quadro que preguei na parede é belo”, “o pão está caríssimo”, ou “João comprou um carro importado para ostentá-lo aos outros”. Mas em qual desses exemplos estamos formulando um juízo de valor moral? No primeiro caso, quando afirmamos que a caneta preta não é tão boa quanto a outra, estamos atribuindo um valor de utilidade à caneta; no segundo, ao dizermos que o ar condicionado faz mal à saúde, estamos aludindo a um valor vital; no terceiro, ao afirmarmos que o quadro é belo, estamos atribuindo um valor estético ao quadro preso na parede; no quarto, ao dizermos que o pão está caro, estamos nos referindo a um valor econômico; e no quinto, ao afirmarmos que João comprou um carro importado para ostentar aos outros, estamos valorando moralmente a sua ação.

Os juízos morais (ou juízos de valor) são aqueles que expressam os interesses de uma determinada comunidade. Tais interesses se estabelecem por meio de regras e normas que nos dizem quais atos, intenções e sentimentos devemos ter ou fazer para vivermos bem e felizes em sociedade. As regras e os valores morais pertencentes a uma certa cultura ou sociedade podem variar historicamente e ser substituídos por novas normas de conduta. Do mesmo modo, as mais diferentes culturas e sociedades existentes não definem da mesma maneira

seus valores morais. Em algumas culturas do sudeste da Índia, por exemplo, o matrimônio pode ocorrer sob a forma da poliandria, isto é, da união conjugal entre uma mulher e vários homens. Em nosso país, tanto a poliandria quanto a poligamia (a união entre um homem e várias mulheres), além de serem consideradas como uniões ilegítimas do ponto de vista jurídico, não são reconhecidas pela maioria das pessoas como um comportamento moralmente correto. De modo semelhante, se para um brasileiro, comer um bife é algo que faz parte de seus hábitos cotidianos, para um hindu a possibilidade de se alimentar da mesma iguaria pode ser considerada um escândalo, uma vez que para a cultura indiana a vaca é considerada um animal sagrado.

Embora o conteúdo das normas se apresente sob diversos aspectos, todas as sociedades ou comunidades têm a necessidade formal de regras e normas reguladoras. Por exemplo: a amizade é um valor estimado por todos em qualquer cultura ou grupo social. Contudo, tal como a coragem ou a justiça, a amizade possui somente um valor formal cuja expressão ou conteúdo pode variar de acordo com os costumes de cada sociedade. Além disso, não podemos afirmar que os valores expressos pelas normas e princípios morais *são* do mesmo modo como dizemos que as coisas *são*. Não há *valor em si*, mas apenas *valor para alguém*. O valor é sempre uma relação entre a pessoa que valora e aquilo que está sendo valorado. Nesse sentido, os valores são determinados pelas relações que os homens estabelecem entre si e se apresentam como princípios fundados na base da sociedade à qual pertencem. É por isso que o ato de valorar pode variar conforme a cultura e a época. No entanto, ainda que os valores morais



Figura 4.2: As regras morais devem cumprir a função social de regular as ações ou condutas que acarretam consequências para outros.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=view&id=915870>

se transformem historicamente ou possam se apresentar de modo diverso dependendo do contexto cultural, a função social da moral será sempre a mesma: regular as ações dos membros de uma comunidade ou sociedade visando à preservação da mesma no seu conjunto.

ATIVIDADES



Atendem aos Objetivos 1 e 2

1. De acordo com o que você leu até o momento, o que podemos entender por moral?

2. Com base nos textos, explique o que significa dizer que as normas morais são construções histórico-sociais.

3. Ao passar em frente a uma loja de roupas, Luísa exclamou a seguinte frase para uma amiga: “Veja que vestido lindo!” Mais tarde, ao chegar em casa depois de acompanhar Luísa em suas compras, sua amiga comentou com uma outra pessoa: “É incrível como Luísa é fútil e egoísta. Ela comprou vários vestidos em uma loja hoje e não me presenteou com nada!” As frases proferidas por Luísa e por sua amiga podem ser consideradas como juízos de fato ou como juízos de valor? Justifique a sua resposta e indique qual das duas frases se caracteriza como um juízo moral.

RESPOSTAS COMENTADAS

1. Para responder a essa questão, releia os textos apresentados até o momento, sobretudo o tópico “A moral e os valores”, procurando destacar os principais argumentos que descrevem e justificam o conceito de moral como um conjunto de regras e princípios que visam ajustar o comportamento do indivíduo aos interesses da coletividade.
2. Para o levantamento dos argumentos que justificam essa afirmação, releia o texto “A moral e os valores”, buscando focalizar a questão do desenvolvimento do comportamento humano em ressonância com as transformações das mais diversas sociedades e culturas.
3. Essa questão visa verificar se você entendeu o significado de um juízo moral, por meio da análise de exemplos cotidianos. Para respondê-la corretamente, atente para o texto “O que é um juízo moral de valor”. Nele são apresentadas as principais distinções entre os juízos de fato e os juízos de valor.



Figura 4.3: A moral surge quando o homem supera a sua natureza puramente instintiva e natural e passa a fazer parte de um grupo social.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=1028813>

AS NORMAS MORAIS E AS NORMAS JURÍDICAS

Assim como as normas morais, também as normas jurídicas são prescritivas, isto é, determinam o que devemos fazer para garantir uma melhor convivência entre os indivíduos e, assim, assegurar a integridade e a harmonia do grupo social. No entanto, enquanto as normas morais são cumpridas tendo em vista a consciência moral de cada indivíduo que, livre e conscientemente, adere ao sistema de regras e preceitos vigentes, as normas jurídicas independem da adesão por uma convicção íntima de parte do indivíduo, devendo ser acatadas sob pena de punição pelo Estado. Além disso, o domínio das normas morais é mais amplo, penetrando muitos aspectos da vida subjetiva, ao passo que o âmbito das normas jurídicas é mais limitado, restringindo-se a questões específicas relativas às condutas sociais. No que se refere às mudanças históricas, porém, tanto as normas morais quanto as normas jurídicas podem

mudar seus conteúdos conforme se desenvolvem e se configuram as mais diversas culturas e sociedades ao longo do tempo.

Como vemos, as normas morais e as normas jurídicas se diferenciam e se assemelham em vários aspectos. Contudo, há um aspecto que as distingue entre si e que deve ser ressaltado em nossa aula para que possamos compreender o significado do comportamento moral: as condutas morais, para que sejam tomadas como tais, devem ser cumpridas independentemente de qualquer recompensa ou punição. Um exemplo: “Quando passava com seu carro frente à janela de um hospital, João reconheceu um amigo que caminhava pela calçada. Ele pensou em buzinar e gritar seu nome, mas se conteve quando percebeu que estava em frente ao hospital e poderia perturbar os enfermos ali internados.” A atitude de João só pode ser considerada como um ato moral na medida em que for guiada, de fato, por uma convicção interna de que não deve buzinar, e não por medo de ser multado ou repreendido por um vigilante ou policial que tenha presenciado o fato. Isso significa dizer que ninguém pode obrigar João a aderir intimamente às normas morais.

Quais são as condições requeridas para que João venha a obedecer, por uma convicção íntima e pessoal, as regras e os princípios morais vigentes?

Para que João, em seu convívio social, obedeça a determinadas normas e valores, guiado por uma convicção interna e não por uma coerção externa (medo de ser castigado, desejo de recompensa, anseio por reconhecimento, devoção religiosa etc.), é necessário que ele seja livre para se autodeterminar e escolher entre os vários atos possíveis, aderindo às normas de forma consciente. Mas não só isso: ele deve também ser capaz de controlar seus desejos, seus impulsos (como no momento em que conteve o ímpeto imediato de buzinar para seu amigo) e suas tendências como condição para a realização de suas ações em conformidade com os valores morais vigentes. Além disso, para ser considerado como sujeito moral, é necessário que João seja responsável, isto é, que não apenas seja capaz de reconhecer-se e assumir-se como autor da ação, mas que também se mostre em condições de avaliar as conseqüências e os resultados de suas atitudes sobre si e sobre os outros.

Voltemos agora a examinar o conceito de norma moral em oposição ao conceito de norma jurídica. Enquanto o cumprimento das normas morais é garantido fundamentalmente pela convicção íntima de que devem ser praticadas, as normas jurídicas são garantidas por uma coerção exterior, isto é, por uma força que emana da soberania do Estado e que procura impor o respeito às regras por meio da aplicação de punição ou pena prevista para os casos de violação. Seguindo o mesmo exemplo, vamos supor que João tenha decidido não buzinar em frente ao hospital apenas por medo de ser multado, pois percebeu que havia um policial próximo do local. Nesse caso, o comportamento de João não está obedecendo a um dever moral, íntimo, mas a um dever jurídico. Seu gesto de resistência ao desejo imediato de acionar a buzina para evitar o pagamento de uma multa ou uma repreensão se configura como um ato juridicamente correto. No entanto, uma vez que se realizou apenas por motivos formais ou externos, não pode ser considerado também como um ato moral. É necessário destacar, por fim, que, mesmo que o indivíduo não esteja convencido de que ele não deve praticar ações como, por exemplo, roubar, desrespeitar as

O termo “**DIREITO**” se refere ao conjunto de normas e princípios jurídicos vigentes que regulam e orientam a organização política e social do Estado.

leis do trânsito, depredar o patrimônio público, fumar no interior de um ônibus etc., o **DIREITO** prescindirá de uma convicção interior sua e exigirá o cumprimento das normas previamente estabelecidas e aceitas pela maioria dos membros do Estado.

Observemos, porém, que destacar a obediência independentemente da vontade individual como a principal característica das normas jurídicas não significa dizer que elas devem ser, por essa razão, consideradas boas ou justas em si mesmas. As regras jurídicas supõem não apenas uma discussão prévia à sua instituição, mas também a criação e a manutenção de espaços que possibilitem um debate e uma reflexão permanente acerca das normas sedimentadas que se mostram inflexíveis e ultrapassadas. Assim como as regras jurídicas, também os valores morais podem e devem ser questionados quanto à sua origem e validade em proveito de um convívio social harmonioso, orientado por uma moral dinâmica e comprometida com a vida.

Nós podemos e devemos examinar, questionar e modificar as normas jurídicas. Porém, após serem discutidas e aceitas como justas e legítimas pela maioria dos membros do grupo social, devemos acatá-las mesmo que, em determinados contextos, isso não corresponda à nossa vontade. As normas jurídicas podem ser assumidas também como normas morais se o nosso comportamento estiver em consonância com elas de forma consciente e livre. Desde que nascemos, nós herdamos e reproduzimos em nossos hábitos e costumes um conjunto de normas e princípios sem muitas vezes refletir sobre o seu sentido e a sua validade. Podemos assumir esses princípios conscientemente ou, caso não os consideremos adequados e legítimos, questioná-los a fim de transformá-los de algum modo. O próprio Estado deve criar e garantir espaços para o debate e a reflexão acerca da procedência e da legitimidade das normas e dos princípios morais e jurídicos vigentes. Em outros âmbitos como a cultura, a política ou mesmo a família, a instituição escolar é um espaço importante que deve ser tomado em consideração em nosso curso, uma vez que a Pedagogia, como teoria e ciência da educação e do ensino, busca formar profissionais que terão como missão debater, ensinar, refletir e teorizar acerca das doutrinas e dos métodos da educação. Uma tal incumbência, conferida ao pedagogo, será exercida tendo em vista ideais educativos permeados pelos valores morais vigentes que se manifestam tanto na prática do educador como nas ações do aluno. Nesse sentido,

é requerido do educador um movimento reflexivo constante sobre os pressupostos das diversas morais, costumes e valores que se manifestam, influenciam e orientam o desenvolvimento das capacidades do homem e a realização de suas potencialidades de vida.



Figura 4.4: Os profissionais da educação devem promover a reflexão e o debate acerca dos valores e da moral constituída, contribuindo para que seus educandos desenvolvam autonomia na constituição e apropriação de tais valores.

Fonte: www.sxc.hu/browse.phtml?f=view&id=1027447

MORAL, AMORAL OU IMORAL?

Após as leituras anteriores, você já poderia responder, com suas próprias palavras, o que é uma ação moral? Conforme vimos, assim como o conceito de justiça, o conceito de moral nasce da necessidade de garantir a concordância do comportamento de cada indivíduo com os interesses coletivos. Ambas surgem como regulamentação do comportamento entre indivíduo e comunidade, por meio de uma série de normas e prescrições que estabelecem o que é bom ou mau, justo ou injusto, de acordo com os interesses do grupo social. Contudo, embora surja da exigência de superar certas necessidades e instintos individuais em proveito da harmonia da comunidade como um todo, a moral se caracteriza como um conjunto de normas de conduta que orientam as ações humanas e que contam com a convicção íntima de cada indivíduo de que tais princípios e regras devem ser cumpridos. Um exemplo de

O termo “AUTÔNOMO” deriva do grego *autos*, que significa “próprio”, “si mesmo”, e *nomos*, que quer dizer “lei”, “norma”, “regra”. Autônomo é aquele indivíduo que é capaz de dar a si mesmo a regra de conduta. Aquele que não possui condições de autodeterminar-se é denominado *heterônomo* (*hetero*: outro), isto é, depende de outros para receber e cumprir a norma. Um exemplo de uma moral heterônoma é o comportamento infantil. Até certa idade a criança age de acordo com regras oferecidas pela autoridade paterna ou pela escola, tendo em vista uma recompensa ou buscando evitar um castigo. À medida que cresce e se torna adulta, ela passa a exercer a sua autonomia, decidindo por si mesma o que fazer e como deve fazer, com base em um conjunto de deveres que reconhece como legítimos.

um ato *moral* pode ser o de um homem que vê um outro deixar cair uma carteira no chão e, mesmo sabendo que ninguém perceberia se a guardasse consigo, por considerar justo ou moralmente correto, ele a devolve ao dono. Já um ato *amoral* designa qualquer comportamento que se apresente como privado de uma qualificação moral seja porque o indivíduo desconhece os princípios morais vigentes em um determinado tempo e lugar, seja porque não dispõe da capacidade de se autodeterminar ou decidir de forma **AUTÔNOMA** sobre suas ações.

De acordo com sua opinião, um exemplo de ato *amoral* poderia ser o caso de uma mulher que é surpreendida andando pela rua totalmente sem roupa? Sabemos que não faz parte de nossos costumes passear pela rua despidos e que isso pode ser considerado por muitos como um “atentado ao pudor”, isto é, pode ser tomado como um gesto moralmente incorreto. Mas e se constatarmos que se tratava de uma índia que, por alguma razão, se perdeu em uma cidade grande cujas regras e normas sociais ela desconhece? Ou ainda: se percebermos que se trata de uma mulher que, por motivos emocionais, está impossibilitada de reconhecer e orientar seus impulsos e sentimentos? Nesses dois casos, não se trata de um comportamento moralmente incorreto e sim de um ato amoral, isto é, de um gesto que, por suas motivações, não é suscetível de um julgamento normativo do ponto de vista moral. Seu gesto seria qualificado como *imoral* se fosse deliberado por alguém que, mesmo sendo capaz de conhecer as regras morais vigentes e de avaliar as consequências de sua transgressão, decidisse violá-las.

ATIVIDADES**Atendem aos Objetivos 3 e 4**

4. Defina normas morais e normas jurídicas, indicando algumas de suas semelhanças e diferenças.

5. De acordo com as concepções que distinguem o comportamento moral de uma ação considerada amoral, procure analisar a passagem a seguir, justificando em que medida ela se apresenta como um comportamento moral ou amoral.

“Quando João visitava um país distante, o avião que o transportava teve problemas e precisou pousar próximo a uma floresta em meio a uma tribo de índios, totalmente desconhecida. Depois de algum tempo, João decidiu atender aos pedidos de um jovem índio que gostaria de conhecer o Brasil e levou-o para passar alguns dias no Rio de Janeiro. No segundo dia, o indiozinho, esquecendo-se totalmente das recomendações de João, saiu do banho e, como era costume de sua tribo, desceu do prédio totalmente despido. Seguiu-se a maior agitação na rua. Algumas pessoas riam, outras se escandalizavam e houve até quem chamasse a polícia, com medo de que se tratasse de algum ‘maníaco sexual’. Felizmente, João chegou a tempo de esclarecer a situação do indiozinho que, apesar de ter aprendido o nosso idioma, não fazia idéia de como eram nossas regras e normas sociais.”

RESPOSTAS COMENTADAS

4. Essa questão pode ser respondida recorrendo-se ao texto “As normas morais e as normas jurídicas”. Preste atenção à distinção que procura delimitar uma e outra ressaltando como principal característica de uma delas o seu cumprimento independente de qualquer recompensa ou punição, além da necessidade de que sua adesão se dê por uma convicção íntima.

5. Para responder a essa questão, consulte o texto “Moral, amoral ou imoral?”, que procura esclarecer em que medida um comportamento não pode ser qualificado como moral. O texto apresenta um exemplo semelhante de desconhecimento dos princípios e normas morais vigentes em uma determinada cultura.

CONCLUSÃO

Tivemos oportunidade de estudar em nossa quarta aula o conceito de moral entendido como um conjunto de normas e princípios que orientam o comportamento do homem, tendo como base os valores herdados e assumidos por uma determinada cultura ou grupo social. A reflexão filosófica sobre a moral é importante porque ela nos possibilita meditar, ponderar e examinar os valores herdados em um mundo que, cada vez mais, se mostra demasiadamente consumista e utilitarista, e no qual a violência, praticada contra outras pessoas e contra a natureza, apresenta-se em um processo de crescente banalização. Dando continuidade a essa temática, na Aula 5 refletiremos como a *Ética* ou *Filosofia Moral* se constitui em um campo de estudo da Filosofia que se ocupa com a reflexão e a teorização acerca das noções e dos valores que servem de fundamento para a vida moral.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Após a leitura desta aula, explique com suas próprias palavras:

- O que significa ser um sujeito moral.
- Como alguém se torna moral.
- Qual o papel da instituição escolar na formação de um sujeito moral e na possibilidade de transformação e recriação da moral vigente considerada ultrapassada e assumida de modo irrefletido.

RESPOSTA COMENTADA

Esta é uma questão bastante ampla, que exigirá o estudo e a análise de todos os textos apresentados nesta aula. As perguntas referentes aos pontos a e b aparecem claramente explicitadas em várias passagens textuais. Você pode enriquecer suas respostas com um enfoque pessoal ou com argumentos secundários presentes em cada um dos textos. A questão c, também muito importante, é abordada mais claramente no final do texto "As normas morais e as normas jurídicas". Porém, especialmente nessa questão c, você deve expor suas perspectivas e seus argumentos pessoais (podendo também recorrer aos módulos de outras disciplinas que abordem o papel da educação formal na atualidade) juntamente com outros comentários ou citações que possam contribuir com o tema acerca da educação e de sua função social.

RESUMO

As normas e os valores morais são construções histórico-sociais que dizem respeito ao correto e ao incorreto, ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto. Tais normas e valores nascem da necessidade de ajustar o comportamento de cada indivíduo aos interesses coletivos. A moral varia historicamente porque se trata de um comportamento humano que se desenvolve juntamente com as transformações das diversas sociedades concretas. A ação moral diz respeito não ao indivíduo livre de qualquer laço social, mas à relação que os indivíduos mantêm entre si na convivência em sociedade. Os juízos de fato são descrições puras e simples daquilo que se apresenta diante de nós; já os juízos de valor ocorrem quando, além de constatar e explicar, nós fazemos interpretações, avaliando as coisas ou os acontecimentos segundo normas e valores herdados culturalmente. Os juízos morais ou de valor são aqueles que expressam os interesses de uma determinada comunidade e se estabelecem por meio de regras e normas que dizem que comportamento devemos ter para sermos felizes em sociedade.

As normas morais devem ser cumpridas independentemente de qualquer recompensa ou punição e tendo em vista a consciência moral de cada indivíduo. As normas jurídicas, porém, devem ser cumpridas independentemente da adesão, por uma convicção íntima de parte do indivíduo, e devem ser acatadas sob pena de punição pelo Estado.

Um comportamento se caracteriza como amoral quando o agente não pode deliberar de forma autônoma sobre suas ações ou quando desconhece os princípios morais que regulam o grupo social em que está inserido.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, analisaremos a Ética ou Filosofia Moral como o campo de investigação da Filosofia que busca teorizar e refletir sobre o comportamento dos homens em sociedade. Para isso, daremos continuidade ao estudo dos conceitos de valor e de moral em sintonia com uma análise das principais concepções sobre o bem e o mal, desenvolvidas desde a Antigüidade grega até a contemporaneidade.

O que é Ética?

AULA 5

Meta da aula

Esclarecer o conceito de Ética como o campo de estudo filosófico que tem por objetivo explicitar os pressupostos das diversas morais elaboradas pelos homens.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o conceito de Ética em sua relação com o conceito de moral;
2. conhecer algumas das importantes concepções que se ocuparam da reflexão acerca da moral e dos princípios que fundamentam o comportamento moral: Sócrates, Platão, Aristóteles, a reflexão do cristianismo e a filosofia moral de Kant;
3. estabelecer a distinção entre as reflexões éticas racionalista e cristã;
4. reconhecer a crítica nietzschiana acerca das éticas cristã e racionalista.

Pré-requisitos

Para um melhor aproveitamento desta aula, é importante que você tenha estudado as aulas anteriores, especialmente a Aula 4, na qual analisamos o conceito de moral como um conjunto de regras que orientam o comportamento do indivíduo segundo os valores do bem e do mal, próprios a cada sociedade.

INTRODUÇÃO

Na Aula 4, apresentamos o conceito de moral como um conjunto de normas e princípios que devem ser adotados livre e conscientemente pelos indivíduos e que possuem a finalidade de servir de guia para o comportamento humano em sociedade. Dando continuidade a essa temática, nesta aula analisaremos o conceito de Ética (ou Filosofia Moral) como um ramo da Filosofia que se ocupa com a reflexão acerca da experiência moral e dos princípios que fundamentam a conduta moral. Conforme vimos na Aula 4, a moral diz respeito àquelas regras que nos orientam acerca do que é bom ou mau, justo ou injusto. Ou seja, diz respeito a valores adotados e compartilhados em uma determinada cultura ou sociedade. Mas o que é o bem, o mal ou o justo? De acordo com o que já foi estudado, o que é bem, mal ou justo varia ao longo do tempo e, por essa razão, a moral é concebida como uma construção histórica. Isso significa também dizer que o conteúdo das normas morais pode se apresentar sob diversos aspectos, dependendo da sociedade ou comunidade em que se apresenta. Lembre-se do exemplo, oferecido na Aula 4, que descrevia o quanto o nosso hábito cotidiano de comer carne poderia escandalizar um hindu, para quem a vaca é um animal sagrado. Mas, de acordo com essa análise, se os sistemas morais não são imutáveis ou fixos, uma vez que estão relacionados com as transformações histórico-sociais, não podemos conceber as idéias de bem, de mal ou de justiça senão como relativas a um tempo e a um lugar determinado? E mais: o que é o bem? Como eu posso avaliar a validade das regras e das normas pertencentes à minha comunidade? De onde surgem as normas morais? Elas podem ser modificadas? Quando fazemos essas perguntas, estamos entrando em um campo de estudo, pertencente à Filosofia, que se ocupa da reflexão acerca da moral e dos princípios que fundamentam o comportamento moral. Assim sendo, ingressaremos nesse campo de estudo filosófico partindo de uma análise do conceito de Ética para, logo após, refletirmos acerca de algumas das concepções filosóficas sobre a moral que marcaram os grandes períodos históricos.

O QUE É ÉTICA?

O termo *ética* se origina do grego *ethikos*, que quer dizer costume, conduta, comportamento. A Ética ou filosofia moral surge quando passamos a questionar o que são os valores morais, o que é o bem e o mal, de onde surgem os valores etc. Ou seja, trata-se de um campo de estudo filosófico que se ocupa da reflexão sobre os sistemas morais, procurando compreender a fundamentação das regras e valores que sustentam cada sistema. Ao destacarmos que a Ética consiste em uma reflexão acerca da

conduta moral, é importante salientar que uma tal reflexão não cria ou estabelece os valores e normas próprios à moral. A Ética se defronta com uma experiência moral característica de uma sociedade ou cultura determinada e, a partir de sua análise e reflexão, procura determinar as suas origens, a fundamentação das suas normas e valores, os critérios de justificação dos seus juízos morais, o princípio que governa a mudança das suas normas etc. Podemos dizer, assim, que a Ética se define como a ciência da moral, ou seja, é um conhecimento que, ao avaliar a experiência histórico-social da moral, almeja o rigor, a coerência e a fundamentação de uma proposição científica. Já os juízos morais, ao contrário, não apresentam esse caráter próprio de uma investigação metódica e conceitual. Os juízos morais, juntamente com seus princípios e regras, são o objeto de investigação da ética ou filosofia moral. Contudo, se a missão da Ética é explicar e investigar o comportamento moral, ela pode influir na própria moral, embora não possa ser reduzida a um conjunto de regras e prescrições.

Em suma, a moral não é científica, mas sua procedência, seus fundamentos e sua evolução podem ser estudados por meio de uma abordagem objetiva e sistemática, própria de uma investigação científica. E compete à Ética, como parte da filosofia especulativa, questionar e investigar a moral como um fenômeno que se manifesta na vida humana em seu aspecto social. Nesse sentido, se faz necessário conhecer as importantes contribuições do pensamento filosófico para a compreensão da moral e para o esclarecimento de conceitos como os de bem, mal, liberdade, valor, consciência etc. Além dessas noções, a Ética também refletirá a respeito de outros temas e questões relacionadas com a moral, como o problema da significação e da validade dos juízos morais, valendo-se, para isso, de disciplinas filosóficas específicas como, por exemplo, a filosofia da linguagem, a teoria do conhecimento e a lógica, a qual estudaremos mais detidamente no transcurso de nossa disciplina.

A ÉTICA GREGA: OS SOFISTAS E SÓCRATES

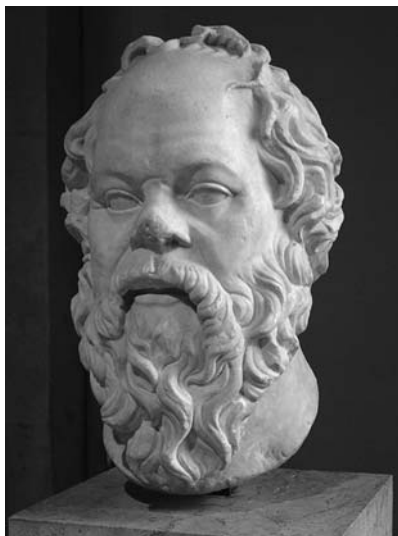


Figura 5.1: Segundo o filósofo Sócrates (470-339 a.C.), conhecendo a essência humana é possível chegar a uma moral universal.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Socrates_Louvre.jpg

O questionamento acerca dos problemas éticos surge de uma forma mais sistematizada na filosofia grega a partir de Sócrates e dos sofistas (século V a.C.). O termo “sofistas”, conforme vimos na Aula 3, foi atribuído, desde Sócrates e Platão, a um movimento intelectual representado por mestres itinerantes que se dedicavam a ensinar a arte da argumentação e da retórica, visando desenvolver nos cidadãos a habilidade retórica e, dessa maneira, a capacidade para influir nas decisões da vida pública. Embora os sofistas tenham contribuído muito para o desenvolvimento dos estudos da linguagem e da oratória, esse termo passa a adquirir uma conotação pejorativa a partir da crítica de Sócrates a estes educadores. Conforme Sócrates, o ensino praticado pelos sofistas se limitava à transmissão de uma mera habilidade retórica cujo objetivo consistia apenas em persuadir ou convencer o ouvinte daquilo que se está afirmando e, por essa razão, não conduzia ao verdadeiro conhecimento. Para esse filósofo, a técnica de desenvolvimento de argumentos, que tem como objetivo somente preparar o cidadão para convencer o oponente em uma discussão, conduz apenas a uma verdade consensual, resultado da persuasão. Assim, em oposição aos sofistas, que concebiam os princípios morais como resultantes de convenções sociais e afirmavam não existir normas e verdades universalmente válidas, Sócrates sustentava ser a própria natureza humana a base da moral. Para ele, existe

um saber universalmente válido, um saber que pode ser atingido a partir do conhecimento da essência humana. Em outros termos, conhecendo a essência humana é possível chegar a uma moral universal.

Um fragmento deixado por um conhecido sofista, Protágoras, afirma que “o homem é a medida de todas as coisas”, isto é, tudo o que pode ser considerado justo ou injusto, bom ou ruim, depende do julgamento pessoal de cada um. Segundo esse fragmento, nosso conhecimento acerca das coisas e dos fatos depende das circunstâncias em que nos encontramos e, por essa razão, pode variar de acordo com o momento ou situação. De acordo com Sócrates, porém, essa afirmação conduz a um total desregramento social, uma vez que indica que deve ser incumbência de cada um decidir o que é melhor em cada situação. Para ele, no entanto, é possível construir uma moral universal, ou seja, uma moral que seja válida para todos, com base no conhecimento daquilo que é essencial a todos os homens, independente de suas diferenças. Mas o que é, para Sócrates, essencial no ser humano, independente de suas particularidades? Segundo seu pensamento, ao prescindirmos das diferenças entre os seres humanos e buscarmos conhecer aquilo que é compartilhado por todos, é possível afirmar que o homem é essencialmente razão. A partir de tais pressuposições, Sócrates afirma que é a razão que deve fundamentar as normas e costumes morais. A Ética, na medida em que estiver fundada na razão humana, entendida como um conhecimento que está acima dos interesses e desejos individuais, pode estabelecer regras e princípios universais, válidos para todas as pessoas. Por isso, a ética socrática é considerada racionalista, ou seja, fundamentada na razão humana.



Mas, de acordo com a definição que foi apresentada inicialmente do conceito de Ética como a reflexão filosófica acerca dos costumes e regras morais, como tal reflexão se apresenta no pensamento filosófico de Sócrates?

Para respondermos a essa questão, é importante lembrar que nos comportamos e construímos nossos projetos existenciais de acordo com as orientações que o mundo nos oferece e de acordo com as condições em que vivemos no mundo. Nossas ações são guiadas pelos costumes e valores próprios à sociedade em que vivemos. Somos educados para respeitar e reproduzir tais valores aceitos como bons por nossa sociedade. Muitas vezes reproduzimos tais valores durante toda nossa existência sem nunca refletir sobre seus fundamentos ou sua validade. Nesse sentido, Sócrates, ao questionar seus discípulos acerca dos valores nos quais eles acreditavam como, por exemplo, “o que é a justiça?”, “o que é o bem?”, “o que a amizade?” por meio da indagação sobre a essência ou o significado de tais virtudes (ou valores), estava inaugurando uma reflexão ética (ou uma filosofia moral). Sócrates conduzia os atenienses a um questionamento sobre o sentido dos costumes estabelecidos e as condutas que levavam os homens a respeitar ou transgredir os valores da sociedade. Do mesmo modo, interrogava seus alunos para saber se possuíam consciência da finalidade e do significado de seus comportamentos e assim pudessem avaliar se o caráter de suas ações é realmente virtuoso. Para Sócrates, o homem age virtuosamente só quando se interroga e conhece o que é o bem. Em outras palavras, para ele, somente quem conhece o bem é capaz de praticá-lo e aspirá-lo.

Em resumo, o pensamento filosófico socrático inaugura a Ética ou filosofia moral ao delimitar o ponto de partida que determina o campo no qual valores e normas morais podem ser estabelecidos: a consciência do agente moral. Para Sócrates, um sujeito só é ético ou moral quando sabe o que faz, conhece as causas, o significado e as finalidades de sua ação. A virtude é o conhecimento do bem e o maior vício é a ignorância. Para ele, age mal quem ignora o bem; por conseguinte, o ignorante é vicioso (ou incapaz de virtude), mas pode agir de modo virtuoso quando passa a compreender o significado de suas ações e a essência dos valores morais. Isso significa dizer também que, para Sócrates, a virtude pode ser ensinada ou transmitida. Na ética socrática encontram-se entrelaçados a bondade, o conhecimento e a felicidade. Ao conhecer o bem o homem não pode deixar de aspirá-lo e, ao buscar o bem, sente-se realizado e, portanto, feliz.

ATIVIDADES**Atendem aos Objetivos 1, 2 e 3**

1. Na Aula 4 deste módulo, definimos a moral como um conjunto de regras que orientam as ações do indivíduo segundo os valores do bem e do mal, próprios a cada sociedade. Já nesta aula, introduzimos uma outra noção (o conceito de Ética) que possui estreita conexão com o conceito de moral. Esclareça essa relação procurando definir com suas palavras o que é a Ética.

2. De acordo com o texto lido até o momento, explique por que as concepções socrática e sofista são interpretadas como racionalistas.

RESPOSTAS COMENTADAS

1. A resposta a essa questão requer uma leitura atenta do texto "O que é Ética". Nesse texto analisamos tanto o significado da moral entendido como um conjunto de regras e valores que orientam as ações humanas quanto a noção de Ética como uma reflexão acerca da moral. Depois de reler o texto, destaque os principais argumentos que sustentam essas interpretações e construa sua resposta com base em tais argumentos.

2. Para o levantamento dos argumentos que justificam essa afirmação, releia o texto "A moral e os valores", buscando focalizar a questão do desenvolvimento do comportamento humano em ressonância com as transformações das mais diversas sociedades e culturas.

A ÉTICA EM PLATÃO

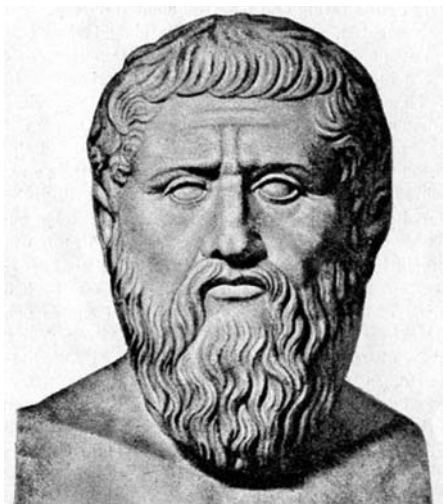


Figura 5.2: O filósofo Platão (427 a.C.) destacou o aspecto racional da vida moral e defendeu a idéia de que o homem se torna virtuoso quando se subordina ao Estado e purifica-se da matéria para contemplar os princípios mais elevados.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Platon-2.jpg>

O filósofo Platão nasceu no contexto da Grécia Antiga, no ano de 427. a.C. Vamos procurar traçar em linhas gerais alguns dos aspectos centrais de sua filosofia no que se refere à problemática da Ética e da moral. Platão foi aluno de Sócrates e, do mesmo modo que seu mestre, criticou a democracia da cidade de Atenas e desenvolveu o racionalismo ético, iniciado por Sócrates, destacando o aspecto racional da vida virtuosa. De acordo com Platão (19--), viver virtuosamente é viver de um modo em que a vontade se deixa guiar pela razão. A reflexão ética, presente no pensamento platônico, apresenta-se intimamente ligada a sua filosofia política. Isso ocorre porque, para Platão, a *polis* é o campo próprio da vida moral.

Contudo, para entendermos o sentido dessa concepção, é importante destacarmos alguns aspectos da filosofia platônica que se encontram articulados com essa questão. Em seu sistema filosófico, Platão afirma que podemos conhecer a realidade em si, a qual já foi desvendada por nossa alma e esquecida após a união desta com o corpo. Segundo essa teoria, existe um mundo das idéias, um reino metafísico do inteligível, no qual residem as idéias em si mesmas e do qual a realidade sensível é apenas uma cópia, memória ou lembrança. O mundo das idéias consiste, assim, em um âmbito supra-sensível e inatingível onde habitam as idéias permanentes, eternas e imutáveis, que constituem a verdadeira realidade.

Contudo, de acordo com Platão, nós tendemos para esse mundo a fim de nos libertarmos das amarras da ignorância e da obscuridade da corporeidade sensível. A alma se eleva ao mundo supra-sensível das idéias não por meio das paixões ou apetites (ligados às necessidades corporais), mas sim por intermédio da razão, entendida como a faculdade superior e característica do homem. Porém, para libertar-se da matéria e contemplar as idéias em si mesmas, sobretudo a idéia do Bem, é preciso praticar as virtudes, que correspondem a cada uma das três partes da alma (a *razão*, a *vontade* e o *apetite*) e asseveram o seu funcionamento perfeito: a virtude da razão é a *prudência*, a virtude da *vontade* é a *fortaleza*; e a virtude do *apetite*, a *temperança*. A harmonia entre todas as partes da alma constitui a quarta virtude: a *justiça*.



Mas qual é a relação, na reflexão ética platônica, entre a prática das virtudes e a vida política?

Para Platão (19--), "o indivíduo não pode aproximar-se sozinho da perfeição". Além disso, o indivíduo é bom na medida em que é bom cidadão. Torna-se necessário, portanto, que o Estado garanta a harmonia entre todos e, assim, promova a justiça social. No entanto, a noção de justiça social, característica da realidade política daquela época, promovia uma divisão de classes sociais em que cada uma ficava incumbida de uma tarefa especial. Na obra *A República*, Platão propõe um Estado organizado à semelhança da alma. A cada classe social corresponde uma parte da alma que deve ser conduzida pela respectiva virtude: a classe dos reis-filósofos corresponde à *razão* e deve ser conduzida pela prudência; a classe dos guerreiros corresponde à *vontade* e deve ser conduzida pela fortaleza; a classe dos artesãos e comerciantes corresponde ao *apetite* e deve ser conduzida pela temperança. Do mesmo modo como ocorre com a alma humana, cabe à justiça social estabelecer a harmonia necessária entre as várias classes para que o Estado funcione perfeitamente. Sendo assim, o homem se torna virtuoso quando se subordina ao Estado e purifica-se da matéria para contemplar os princípios mais elevados.

A ÉTICA EM ARISTÓTELES

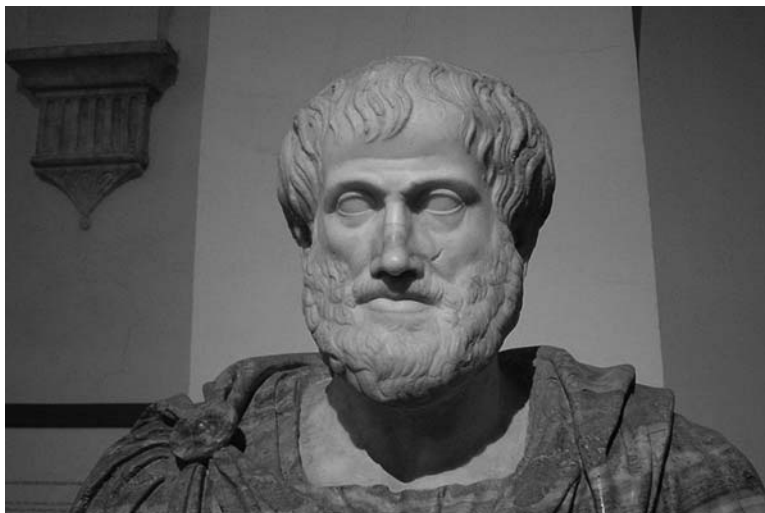


Figura: 5.3: Aristóteles escreveu duas obras sobre Ética: *Ética à Nicômacos* e *Ética a Eudemos*. De acordo com o filósofo, toda atividade humana tende para algum fim (ou bem). O bem supremo, para a teoria aristotélica, é a felicidade, e a felicidade é a sabedoria, ou seja, o desenvolvimento das virtudes, em particular a razão.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Busto_di_Aristotele_conservato_a_Palazzo_Altaemps,_Roma._Foto_di_Giovanni_Dall%27Orto.jpg

Aristóteles nasceu em 384 a.C. em Estagira, na Macedônia, mas aos 18 anos foi para Atenas e tornou-se membro da Academia de Platão. Foi discípulo de Platão durante 19 anos e, assim como ele, desenvolveu uma ética racionalista. Contudo, a filosofia aristotélica afastou-se em muitas questões do pensamento de seu mestre. Para Aristóteles, as idéias não possuem uma realidade separada dos seres reais. Do mesmo modo, para ele, não há uma separação entre alma e corpo. Aristóteles introduz uma distinção entre o que ele denominará *potência* (matéria) e *ato* (forma). É preciso saber distinguir o que é em ato do que é em potência. Assim como o grão é a planta em potência e sua transformação é a passagem incessante da potência ao ato, de modo semelhante, também o homem se constitui como uma atividade ou passagem de potência ao ato em sua realização como ser humano.

Mas para onde tende o homem? Qual é o fim desta atividade? Essas perguntas já configuram o aspecto moral do pensamento aristotélico. De acordo com Aristóteles, o fim último para o qual tendem todos os homens é a *felicidade* (*eudaimonia*). E é somente por meio da aquisição de

determinados hábitos ou modos de agir, isto é, das *virtudes*, que o homem poderá alcançar o grau mais elevado do bem humano. As virtudes se situam sempre no termo médio, isto é, em um ponto de equilíbrio entre dois extremos: o excesso e a deficiência. Por exemplo: a justiça é uma virtude que está situada entre o egoísmo (a deficiência) e o esquecimento de si (o excesso); a coragem, uma virtude que está situada entre a covardia (a deficiência) e a temeridade (o excesso). O homem virtuoso deve saber distinguir a justa medida das coisas e agir de forma equilibrada de acordo com a prudência ou a moderação. Do mesmo modo que em Platão, a ética aristotélica está estreitamente associada à sua filosofia política, uma vez que, para Aristóteles, é somente no contexto do Estado (*da polis ou cidades-Estado gregas*) que o homem virtuoso deve exercer sua virtude e, assim, tornar-se feliz na vida social. Aristóteles define o homem como um ser social e, por essa razão, a verdadeira vida moral supõe a vida em comum.

Convém destacar que a ética aristotélica, ao refletir acerca do fim último para o qual o homem tende, aponta para a *felicidade* (*eudaimonia*) como devendo ser conquistada não pelo prazer e tampouco pela riqueza, mas pela vida teórica ou atividade racional. Contudo, essa vida teórica, que pressupõe a vida em comum, implica uma organização social na qual a maior parte da população, constituída pelos escravos, ficava excluída tanto da vida teórica quanto da vida política. Por isso, no âmbito de uma sociedade baseada na escravidão, a verdadeira vida moral é própria de uma minoria privilegiada e dominante no grupo social, constituída de indivíduos considerados os mais aptos ou os mais poderosos. Esta minoria poderia se desenvolver ao procurar compreender, por meio do exercício teórico ou contemplativo, a essência da felicidade e realizá-la de forma consciente. Já aqueles que não podiam se dedicar à vida teórica aprenderiam a agir corretamente somente por meio do hábito. Em suma, atuar corretamente seria, para Aristóteles, praticar a virtude moral, isto é, agir de acordo com a prudência e a moderação.

A ÉTICA CRISTÃ



Figura 5.4: Os Dez Mandamentos (ou Decálogo) é o nome dado ao conjunto de leis que, de acordo com a Bíblia, teriam sido originalmente escritos por Deus em tábuas de pedra e entregues ao profeta Moisés (as Tábuas da Lei).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Rembrandt_Harmensz._van_Rijn_079.jpg

A doutrina moral cristã ou ética cristã propõe a solução de problemas como a desigualdade e as injustiças a partir do conhecimento e da prática de um conjunto de verdades reveladas acerca de Deus concebido como criador do mundo e dos homens. Desse modo, a moral é pensada não mais como uma capacidade do indivíduo que faz parte da vida política, mas, ao contrário, passa a ser pensada de maneira estritamente particular, como uma relação entre cada indivíduo e Deus. De acordo com a ética cristã, todos os homens, sejam escravos, livres, cultos ou ignorantes são iguais perante Deus e podem igualmente alcançar a perfeição e a justiça em um mundo sobrenatural. Ao expressar as virtudes que regulam as relações entre os homens entre si e entre os homens e Deus, a doutrina cristã apregoa a ascensão do homem de uma ordem terrestre para uma ordem sobrenatural, na qual possa viver uma vida feliz, sem desigualdades e injustiças terrenas. A ética cristã não condena a desigualdade social chegando mesmo a justificá-la na medida em que a transfere para um mundo celeste. As virtudes consideradas supremas derivam e apontam para Deus como fim último. Por possuírem caráter divino, tais princípios supremos são considerados como leis absolutas e incondicionadas.

Em resumo, o que diferencia a ética cristã da ética grega é, por um lado, o afastamento da idéia de que é pela razão que se atinge a perfeição, e, por outro, a exposição da moral desde a perspectiva da subjetividade, isto é, pensada como uma relação entre o indivíduo e Deus. De acordo

com essas duas questões, a ética cristã centrou a sua busca pela perfeição moral não mais por meio da razão, mas, diferentemente, nas idéias de amor e de boa vontade. Além disso, a subjetividade adquire uma importância até então desconhecida ao isolar o indivíduo de seu caráter social. Assim, também a liberdade passa a ser pensada não mais do ponto de vista do âmbito social como a possibilidade de realização plena dos indivíduos no meio social, mas como livre-arbítrio, isto é, como a possibilidade de escolher livremente entre aproximar-se ou afastar-se de Deus. Segundo essa doutrina, a origem de todo o mal residiria no mau uso do livre-arbítrio.

A ÉTICA KANTIANA



Figura 5.5: Para Kant (1724-1804), o homem é fundamentalmente racional, e, no domínio da moral, não se encontra submetido às leis causais, mas sim aos princípios morais que decorrem de sua razão.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Immanuel_Kant_\(portrait\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Immanuel_Kant_(portrait).jpg)

Uma das concepções éticas mais expressivas da modernidade, entendida como um rompimento com a tradição anterior, é a concepção do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), segundo a qual os princípios éticos são derivados da racionalidade humana e se aplicam a todos os indivíduos em qualquer circunstância. Para Kant (1987), o homem é fundamentalmente racional, não estando, no domínio da moral, submetido às leis causais, mas sim aos princípios morais que decorrem de sua razão. Um ato moral, conforme Kant (1987), só pode ser considerado como tal, se for praticado de forma consciente, autônoma e *por dever*. Todavia, na ética kantiana o dever não nos é imposto e sim proposto pela razão à nossa vontade livre. Por essa razão considera-se a concepção ética de Kant como uma ética do dever, ou seja, uma ética prescritiva.

Em outras palavras, o dever, para Kant (1987), não se apresenta como um conjunto de conteúdos fixos que, após definir a essência de cada virtude, indica quais atos devem ser praticados e quais devem ser evitados em determinadas situações. O dever não enuncia o conteúdo de uma ação, mas sim a forma geral das ações morais. Essa forma, que deve valer para toda e qualquer conduta moral, não é indicativa, mas sim imperativa. Trata-se do *imperativo categórico*, expresso na fórmula geral: "Age de tal forma que tua ação possa ser considerada como uma lei universal." O que Kant (1987) quer dizer é que a nossa ação deve ser tal que possa ser realizada por todos os indivíduos sem prejuízo para a humanidade. Mas poderíamos ainda questionar: e por que nós realizamos ações contrárias ao dever? Segundo Kant (1987), porque a nossa vontade é afetada não apenas por nossa razão, mas também pelas inclinações (desejos, paixões, medos). Por esse motivo, ele afirma que devemos educar a nossa vontade para alcançar a *boa vontade*, isto é, a vontade guiada apenas pela razão. Uma vontade boa, que quer o bem, surge do acordo entre vontade e dever. A bondade da vontade ética é, assim, constituída tanto pela obediência à lei moral como pelo respeito ao dever e pelos outros.

ATIVIDADES



Atendem aos Objetivos 1 e 2

3. Exponha as principais características que diferenciam a reflexão ética aristotélica da reflexão cristã.

4. Com base no texto "A Ética kantiana", explique a máxima que expressa a reflexão kantiana sobre a moral: "Age de tal forma que tua ação possa ser considerada como uma lei universal."

COMENTÁRIO

3. Para responder a essa questão, é importante que você releia esta aula, procurando destacar os argumentos textuais que apontam para as inovações éticas que surgem com o cristianismo, comparado à ética dos antigos.

RESPOSTA COMENTADA

4. Essa questão pressupõe um esclarecimento do que significa para Kant (1987) agir por dever. Exponha, a partir do texto “A Ética kantiana”, por que, para esse filósofo, a ação moral é um ato por dever, tendo em vista que a máxima que prescreve o dever de “agir de um modo tal que a ação possa ser considerada uma lei universal”, implica a afirmação de que o dever é uma forma que deve valer para toda e qualquer ação moral. Ou seja, não se trata de uma ou mais regras sobre como agir em determinadas circunstâncias, mas de uma forma geral das ações morais. Você pode também comparar com a máxima popular que prescreve que, para saber se nossa atitude é correta, devemos “saber nos colocar no lugar do outro”, isto é, devemos avaliar como nos sentiríamos se nossa ação pudesse ser realizada de modo válido para todos, inclusive para nós mesmos. Essa máxima popular é indicada para qualquer que seja a ação ou circunstância, como, por exemplo: tanto diante da possibilidade de não mais devolver um livro que nos foi emprestado – e que a pessoa não lembra mais para quem o emprestou –, quanto diante da possibilidade de nos apropriarmos de um celular que encontramos na rua mesmo podendo localizar o proprietário.

A ÉTICA CONTEMPORÂNEA



Figura 5.6: O filósofo alemão Nietzsche (1844-1900) apresenta uma reflexão ética que se contrapõe às concepções morais racionalista e cristã, contestando o poder da razão de intervir sobre os desejos, os instintos e as paixões.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/23/Nietzsche1882.jpg>

A partir do final do século XIX, surgem outras concepções filosóficas da moral que marcaram a tradição e que ainda exercem a sua influência em nossos dias. Contudo, visando contrapor e refletir acerca das questões e dos pressupostos presentes nas doutrinas abordadas destacaremos, em linhas gerais, o pensamento de um filósofo contemporâneo que se tornou notório também por sua concepção ética contrária às doutrinas racionalista e cristã: Friedrich Nietzsche (1844-1900). Porém, antes de iniciarmos uma análise das principais objeções deste filósofo às concepções tradicionais acerca da moral, é importante destacarmos, em conformidade com o que foi apresentado nos textos já vistos, que tanto no pensamento de Sócrates, quanto em Platão e Aristóteles, a moral está fundamentada na razão, entendida como uma capacidade superior humana, capaz de estabelecer regras e princípios que possuam validade universal. A razão, segundo essas teorias, está acima dos interesses e desejos particulares, e só ela pode garantir a felicidade individual e coletiva. Já a ética cristã, conforme vimos, afasta-se da idéia de que é pela razão que se atinge a perfeição e passa a fundamentar a moral a partir da perspectiva da subjetividade, pensada como uma relação

entre o indivíduo e Deus. A reflexão ética kantiana, contudo, retoma a idéia de que o homem é fundamentalmente racional e que não está, na esfera da moral, submetido às leis causais, mas sim aos princípios morais que emanam de sua razão. Uma ação moral, para Kant, só pode ser considerada como tal, se for praticada de forma consciente e *por dever*.

Tendo em vista tais concepções, Nietzsche nos propõe uma reflexão ética que se contrapõe tanto às concepções racionalistas quanto à moral cristã ao contestar a capacidade e o poder, atribuído à razão, de intervir sobre os desejos, os instintos e as paixões. Segundo ele, a moral racionalista foi edificada com a finalidade de reprimir e não de garantir o exercício da liberdade. Para Nietzsche, do mesmo modo que a ética racionalista, também a ética cristã passa a considerar a verdadeira expressão da liberdade humana, nas suas manifestações naturais e espontâneas, como vício, falta ou culpa, e a conceber, ao contrário, como virtude ou dever, tudo o que oprime a natureza humana. Com base nessas reflexões, Nietzsche estabelece uma distinção entre a moral dos fracos e a moral dos fortes. A moral dos fracos (ou moral dos escravos) se manifesta na tentativa de controlar os fortes, isto é, de controlar aqueles que buscam afirmar a vida por meio das paixões, dos desejos e da vontade. E a ética racionalista, para ele, é justamente a concepção moral dos fracos, ou seja, daqueles que temem a força vital dos fortes ao condenar as paixões e os desejos e submeter a vontade à razão.

Nietzsche afirma que, desde há muito tempo, as sociedades têm sido conduzidas pela moral dos fracos, que impõe modelos éticos aos fortes a fim de os enfraquecerem e os tornarem prisioneiros obedientes e submissos à moral vigente. Tanto quanto a ética racionalista, também a ética cristã, segundo Nietzsche, constitui-se como uma moral dos fracos ou moral dos escravos. Isso porque, segundo este filósofo, ambas partem do pressuposto de que todos os homens são iguais seja porque são tomados todos como seres racionais (Sócrates, Aristóteles, Kant etc.) seja porque são considerados todos como irmãos (doutrina moral cristã). Embora não tenhamos abordado mais detidamente este ponto, convém acrescentar que a crítica de Nietzsche inclui também as éticas socialistas e democráticas, uma vez que elas pressupõem também a mesma idéia de igualdade humana ao defenderem a igualdade de direitos. Para Nietzsche, a supervalorização da igualdade visa criar "rebanhos" de homens dóceis, conformistas

e ignorantes, impedindo, assim, o crescimento de grandes homens que promovam o progresso da cultura e da humanidade não mais situada a partir dos valores dos fracos, mas dos valores dos homens excepcionais. Não aprofundaremos de um modo mais detido essa concepção, uma vez que o objetivo de nossa aula consiste em apenas indicar o pensamento de Nietzsche como uma perspectiva filosófica que visa ao questionamento e à superação de todos os valores vigentes que, segundo ele, têm como fundamento dogmas sedimentados e ultrapassados que impedem a possibilidade de construção de novas idéias e o desenvolvimento de subjetividades livres e autônomas.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 3 e 4

5. Explique quais as principais críticas de Nietzsche às éticas racionalistas e cristã.

COMENTÁRIO

Para uma resposta correta dessa questão, é importante que você analise, em um primeiro momento, as principais características das éticas racionalistas. Após, será necessário que você considere o significado da moral dos fracos (ou dos escravos) e dos fortes (ou dos senhores) na perspectiva nietzscheana.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Após o estudo dos textos apresentados nesta aula, elabore um quadro com as diferenças e semelhanças entre as concepções éticas de Sócrates, Platão, Aristóteles, Kant e a concepção cristã.

COMENTÁRIO

A resposta a essa questão requer uma leitura detida de todos os textos apresentados, a fim de que você possa identificar os argumentos e os contextos que apontam para as semelhanças e as diferenças entre as concepções abordadas, nesta aula, acerca da moral.

RESUMO

O termo *ética* tem origem no grego *ethikos*, e significa costume, conduta, comportamento; a Ética ou filosofia moral surge com o questionamento acerca do que são os valores morais, o que é o bem e o mal, de onde surgem os valores etc. A Ética se apresenta como um campo de estudo filosófico que se ocupa da reflexão sobre os sistemas morais. As normas e os valores morais são construções histórico-sociais que dizem respeito ao correto e ao incorreto, ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto. Os sofistas concebiam os princípios morais como resultantes de convenções sociais e afirmavam não existir normas e verdades universalmente válidas. Para Sócrates, existe um saber universalmente válido, que pode ser alcançado a partir do conhecimento da essência humana. De acordo com o

pensamento socrático, conhecendo a essência humana é possível chegar a uma moral universal. A Ética, segundo Sócrates, na medida em que estiver fundada na razão humana, pode estabelecer regras e princípios universais, válidos para todas as pessoas. Para Platão (19--), por meio da razão, a alma se eleva ao mundo supra-sensível das idéias, porém, para libertar-se da matéria e contemplar as idéias em si mesmas, principalmente a idéia do Bem, é preciso praticar as virtudes, que correspondem às três partes da alma. Do mesmo modo que Platão, Aristóteles desenvolve uma ética racionalista estreitamente associada à política. Conforme Aristóteles (1985), é somente quando adquire determinados hábitos ou modos de agir, isto é, as virtudes, que o homem é capaz de alcançar o grau mais elevado do bem humano: a felicidade. Para Aristóteles, as virtudes se situam sempre no termo médio, isto é, em um ponto de equilíbrio entre dois extremos: o excesso e a deficiência. Na ética cristã, as virtudes consideradas supremas derivam e apontam para Deus como fim último. Por possuírem caráter divino, os princípios supremos da ética cristã são considerados como leis absolutas e incondicionadas. O que diferencia a ética cristã da ética grega é tanto o afastamento da idéia de que é pela razão que se atinge a perfeição, quanto a exposição da moral desde a perspectiva da subjetividade, isto é, pensada como uma relação entre o indivíduo e Deus. Na ética kantiana o dever moral não nos é imposto e sim proposto pela razão à nossa vontade livre. A concepção ética de Kant como uma ética do dever é expressa por meio do imperativo categórico: "Age de tal forma que tua ação possa ser considerada como uma lei universal." Para Kant (1987), uma vez que a nossa vontade é afetada não apenas por nossa razão, mas também pelos desejos e afetos, devemos educar a nossa vontade para alcançar a boa vontade, isto é, a vontade guiada apenas pela razão. Nietzsche propõe uma reflexão ética que se contrapõe tanto às concepções racionalistas quanto à moral cristã. Para Nietzsche, a moral racionalista foi construída com a finalidade de reprimir e não de garantir o exercício da liberdade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, analisaremos a noção de liberdade, procurando mostrar por que a liberdade é um problema filosófico e quais os elementos conceituais que perfazem o seu campo de estudo.

A questão da liberdade

AULA 6

Meta da aula

Analisar o conceito de liberdade a partir de três noções básicas que, no percurso da história da Filosofia, constituíram formas distintas de caracterização desse conceito: a liberdade incondicionada da vontade, o determinismo e a liberdade situada (ou liberdade relativa).

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. explicar o significado da noção de liberdade incondicionada da vontade;
2. analisar a noção de determinismo segundo a qual o indivíduo é sempre determinado, seja por fatores externos, seja por fatores naturais ou biológicos;
3. identificar a noção de liberdade situada como um modo de pensar o conceito de liberdade, a partir da articulação entre determinismo e liberdade de autodeterminação.

Pré-requisitos

Para que você possa compreender mais facilmente, é importante que você tenha realizado um estudo cuidadoso dos conceitos abordados na Aula 4, que trata da questão dos valores, e na Aula 5, que aborda o sentido da Ética.

INTRODUÇÃO

Como ponto de partida desta aula, cuja análise se centrará no conceito de liberdade, propomos algumas questões que poderão servir como um guia de orientação de nosso estudo: Qual o sentido que a palavra “liberdade” possui para você? Você se considera “livre”? Como poderíamos explicar o significado ou o “verdadeiro” sentido do termo “liberdade”? Procurando responder a estas questões, veremos nesta aula que as reflexões e estudos realizados acerca da questão da liberdade, considerados desde a antiguidade até nossos dias, resultaram em mais de um modo de definição ou, em outras palavras, nas mais variadas formas de interpretação desse conceito. Vários pensadores se dedicaram à reflexão acerca do sentido do conceito de liberdade, legando-nos teorias e questionamentos que nos ajudam a entender melhor o significado de nossa existência singular em sua relação com a Ética, com a vida política e com a Educação. Para a finalidade desta aula, estudaremos três noções básicas que envolvem destacadas interpretações acerca do conceito de liberdade: a *liberdade incondicionada da vontade*, o *determinismo* e a *liberdade situada* (ou liberdade relativa). Além disso, buscaremos, em meio à nossa análise, apresentar alguns dos importantes pensadores da tradição filosófica cujas doutrinas são formuladas em ressonância com tais noções.

O QUE É LIBERDADE?



Figura 6.1: Uma das definições comuns de liberdade é a que concebe essa expressão como a ausência de quaisquer impedimentos ou obstáculos ao movimento, sejam eles físicos ou morais.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Conforme você viu nas Aulas 4 e 5, cujos temas centrais se referem, respectivamente, à Moral e à Ética, uma pessoa só pode ter sua ação qualificada como uma atitude moral quando for realizada por uma convicção íntima, ou seja, apenas quando ela agir de forma consciente e responsável. Isso significa também dizer que as normas ou regras morais não devem ser cumpridas por medo de punição ou temor de uma atitude repressiva ou, ainda, por aspirar alguma recompensa, mas sim por uma deliberação pessoal, isto é, por uma escolha ou decisão individual. Contudo, isso nos coloca diante de uma nova questão: em meio às regras morais, será que podemos escolher e decidir acerca de qualquer coisa que tivermos vontade de fazer e que socialmente é considerado justo e correto? Será que, aderindo ou não a um conjunto de normas e valores morais estabelecidos, sempre podemos deliberar e agir de acordo com nossa vontade?

Tais interrogações apontam para a questão da liberdade, um tema filosófico fundamental que perpassa várias áreas ou campos de estudos como a Política, a Ética, a Sociologia, a Psicologia etc. Podemos encontrar com frequência nos debates entre amigos ou em comentários de jornais sobre o tema da liberdade, a definição dessa noção associada ao poder de escolher os rumos que queremos dar à nossa própria vida. Ser livre, segundo essa concepção mais habitual, significa poder pensar e agir de acordo com nossa vontade, sem que ninguém ou algo nos impeça de realizá-la. Mas, de acordo com o que já estudamos acerca da Moral e da Ética, a vida humana em comum sempre pressupõe um conjunto de normas e valores que irão orientar o convívio social. Nesse sentido, um sujeito moral é aquele que age em conformidade com tais normas e o faz por uma escolha individual, consciente. Sendo assim, para que o sujeito possa escolher, é preciso que ele seja livre, é preciso que suas atitudes sejam tomadas em liberdade. Mas será que podemos dizer que somos realmente livres para realizar nossas escolhas?

Como podemos definir, afinal, a liberdade? Do ponto de vista filosófico, podemos responder a essa questão apresentando algumas das mais destacadas teorias que a tradição filosófica nos legou e que até hoje exercem influência em nosso modo de pensar a liberdade e a vida em sociedade. Podemos analisar a noção de liberdade a partir de três noções básicas que, ao longo da história da Filosofia, constituíram formas distintas de caracterização desse conceito: a liberdade incondicionada da vontade, o determinismo e a liberdade situada (ou liberdade relativa).

A LIBERDADE INCONDICIONADA DA VONTADE



Figura 6.2: A imagem de um pássaro voando alto e livre pelo céu nos remete à idéia de ausência de limites e de realização de ações em conformidade apenas com nossa própria determinação.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Essa concepção identifica a liberdade com a autodeterminação, ou seja, com a tese de que todas as nossas realizações sejam boas ou más, virtudes ou vícios, dependem exclusivamente de nós. Ou seja, mesmo que existam fatores externos (normas, leis, costumes) ou subjetivos (impulsos, desejos) atuando sobre cada um de nós, em todos os casos possuímos possibilidades de escolha e podemos agir livremente a partir de nossa autodeterminação. A primeira expressão desse pensamento encontra-se em Aristóteles (século IV a.C.) na afirmação de que o homem é o princípio e o pai de seus atos, isto é, depende dele mesmo agir ou não agir. Em outras palavras, para Aristóteles, a liberdade é *o poder total e incondicionado da vontade para determinar a si mesma*. Para compreender melhor a teoria aristotélica, tomemos um exemplo: suponhamos que alguém, em algum momento, tenha se surpreendido com o desejo de praticar o ato de matar um sujeito qualquer (ou praticar um outro ato considerado injustificado e moralmente incorreto), porém, imediatamente contém a sua vontade em obediência a valores morais por ela incorporados. Após tal constatação, pode essa pessoa considerar a sua vontade livre, uma vez que, por um constrangimento moral, ela não foi realizada? Sim. Para Aristóteles, a vontade é livre para seguir ou não as recomendações ou ditames da consciência moral. No entanto, a liberdade só pode ser considerada uma liberdade ética à medida que a vontade for realizada em sintonia com as indicações oferecidas pela razão.

Outra forma de expressão dessa concepção de liberdade como autodeterminação, isto é, como uma decisão que não depende de fatores externos ou subjetivos e sim do poder da vontade para determinar a si própria, é a noção de *livre-arbítrio*. Essa noção surgiu com os primeiros filósofos cristãos como Santo Agostinho (século III) e São Tomás de Aquino (século XIII), sendo apresentada como o meio pelo qual os homens podem realizar a sua liberdade. É possível identificar alguns elementos da filosofia grega na concepção cristã de liberdade entendida como livre-arbítrio. Tais elementos, todavia, aparecem reconfigurados no interior de tal concepção. Assim, de acordo com a doutrina cristã, não é mais pela razão, como na filosofia aristotélica, que se alcança a perfeição moral, mas, sim, pelo amor e pela boa vontade. Além disso, enquanto para Aristóteles a liberdade ética dizia respeito à realização na vida política, para os filósofos cristãos a liberdade era concebida a partir de uma outra perspectiva: a da relação interior de cada indivíduo com Deus. É importante destacar também que na concepção aristotélica a liberdade só pode ser considerada ética se for realizada em conformidade com as orientações da razão, já a noção de liberdade apresentada pela doutrina filosófica cristã só pode ser concebida como próxima do bem e da moral cristã quando o indivíduo fizer bom uso do livre-arbítrio, isto é, quando for capaz de usar adequadamente a capacidade que possui de escolher livremente entre afastar-se de Deus ou aproximar-se Dele.

DETERMINISMO



Figura 6.3: De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o termo determinismo refere-se ao “princípio segundo o qual tudo no universo, até mesmo a vontade humana, está submetido a leis necessárias e imutáveis, de tal forma que o comportamento humano está totalmente predeterminado pela natureza, e o sentimento de liberdade não passa de uma ilusão subjetiva”.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

ELITE

Diz respeito àqueles indivíduos mais aptos ou mais poderosos que formam uma minoria prestigiada e dominante de um grupo. A expressão elitista deriva desse termo e alude a um ideal ou concepção de vida fundada em um sistema que favorece as elites, com prejuízo da maioria (FERREIRA, 2004).

Contrária à idéia de liberdade concebida como poder total da vontade de se autodeterminar, o *determinismo* se apresenta como a concepção segundo a qual o indivíduo é sempre determinado, seja por fatores externos como leis, normas e costumes, seja por fatores naturais ou biológicos. De acordo com essa noção, não existem indivíduos livres. Do mesmo modo como ocorre com os fenômenos da natureza, todas as nossas ações, segundo essa concepção, são motivadas por leis e causas que as condicionam. Podemos analisar essa noção adotando o exemplo fictício de um homem que nasceu em uma pequena e precária cidade do continente africano. Imaginemos um indivíduo que nasceu com baixa estatura, negro, homossexual e sem nenhum recurso financeiro. Sua mãe decide viver no Brasil e passa a residir com ele em uma cidade **ELITISTA** e que discrimina negros e homossexuais. Podemos dizer que esse homem, que cresceu em tais condições e tornou-se um alcoólatra, é livre para eleger seu modo de vida de acordo com sua vontade?

Para alguns pensadores que defendem a concepção de que todas as ações humanas são causadas e determinadas por forças irrefreáveis que agem sobre nós e nos moldam sem que percebamos, o exemplo do homem africano poderia ilustrar a idéia de que nada se pode fazer diante das condições apresentadas e dos constrangimentos sociais decorrentes de tais condições. Porém, uma vez que vivemos em uma sociedade cujos valores éticos apontam o preconceito racial e a discriminação de classe como atitudes imorais e ilegais, será que nada podemos fazer para mudar nossa situação? Será que, ao tomar consciência de tais valores e normas, o homem do exemplo mencionado não pode dispor de algum meio ou mesmo de atitudes que possam modificar a sua vida? Em oposição à idéia de que o homem é sempre determinado por fatores que não dependem dele, alguns pensadores propõem outras formas de pensar a liberdade que contemplem tanto as questões referentes às condições objetivas da vida quanto as possibilidades de ação a partir da autodeterminação da vontade individual. Uma terceira noção fundamental que serve de base para essas outras maneiras de interpretar o problema da liberdade é a idéia, que analisaremos a seguir, de liberdade situada (ou liberdade relativa).

LIBERDADE SITUADA (OU LIBERDADE RELATIVA)



Figura 6.4: No debate acerca da liberdade, as interpretações dos filósofos divergem no decorrer da história da Filosofia. Você acredita em “destino”, “acaso” ou “sorte”? Ou acredita que, ao agirmos, podemos construir nossa própria história?

Fonte: <http://www.sxc.hu>

De acordo com essa noção, podemos afirmar que o homem é livre e determinado ao mesmo tempo. Ou seja, o determinismo, segundo essa concepção, não é incompatível com a autodeterminação da vontade individual. Nesse sentido, essa interpretação reconhece que todos nós nos vemos, desde o momento em que nascemos, jogados no interior de um conjunto de condições objetivas que fazem parte do nosso mundo. A nossa liberdade se apresenta limitada ou restringida por muitos fatores objetivos e subjetivos que atuam sobre nós e regulam nossas ações. No entanto, essa perspectiva de análise reconhece também que, apesar de nossa liberdade se apresentar circunscrita por fatores objetivos que tomam parte de nossa existência concreta, ainda assim podemos agir no sentido de alterar as possibilidades dessa liberdade. E nossa atuação será ainda mais eficaz quanto mais consciente estivermos das causas, das circunstâncias e dos fatores que podem condicionar nossos pensamentos, nossos sentimentos e nossas ações.

Em outras palavras, ao conhecermos as circunstâncias naturais, psíquicas, históricas, políticas etc. em que vivemos, somos capazes de agir sobre elas. Um exemplo bastante apropriado para nos ajudar a compreender a relação entre a liberdade como autodeterminação da vontade e o determinismo é o caso de um homem que, quando criança,

acreditava que os barcos a vela somente podiam navegar seguindo a direção dos ventos. Imaginava que se os ventos sopravam na direção oeste, os barcos só poderiam viajar nessa mesma direção. O tempo passou, ele cresceu e tornou-se velejador. Durante sua aprendizagem, dedicou-se a conhecer melhor o funcionamento das velas, dos barcos e do mar. E desvendou melhor aquilo que lhe exercia fascínio na infância: o velejador usa a própria força do vento para ir a qualquer direção que desejar.



Figura 6.5: Os primeiros velejadores só puderam navegar para onde tivessem vontade depois que aprenderam a conhecer o funcionamento dos barcos, das velas, dos ventos e do mar. Foi somente conhecendo as forças que operam sobre esses elementos que puderam agir sobre eles.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

O exemplo do velejador pode servir de auxílio na compreensão acerca de como podemos nos movimentar e exercer nossa liberdade a partir do conhecimento de determinadas condições e circunstâncias que não foram produzidas por nós e que formam parte de um campo existencial no interior do qual nos vemos lançados. Somente após nos tornarmos cientes da conjuntura que nos cerca é que podemos modificá-la. Mas como podemos modificar uma situação conjuntural objetiva e consolidada no mundo? Podemos modificá-la criando novas circunstâncias que nos possibilitem percorrer caminhos que nos conduzam na direção que desejarmos.

Podemos encontrar essa tentativa de pensar o conceito de liberdade a partir da articulação entre determinismo e liberdade de autodeterminação nas teorias filosóficas de vários pensadores da tradição filosófica. Contudo,

para os objetivos desta análise nos limitaremos a um breve comentário acerca das concepções dos filósofos alemães Friedrich Hegel e Karl Marx. Tanto para Hegel quanto para Marx a liberdade não reside no ato de escolha alcançado por meio de uma vontade individual, mas por uma atividade do todo (ou totalidade). No entanto, ambos concebem a vontade individual como fazendo parte dessa totalidade (seja a totalidade entendida como cultura, tal como em Hegel; seja como formação histórico-social, tal como é pensada por Marx). E, uma vez que forma parte do todo, o individual é considerado livre na medida em que age em conformidade com as leis da totalidade, constituindo-se como parte ativa na dinâmica do todo. Nessas duas perspectivas filosóficas podemos encontrar a necessidade de compreensão das determinações do todo, isto é, de conhecimento das condições estabelecidas pelo todo a fim de que se torne possível agir no sentido de mudar o rumo de uma situação ou circunstância.

Um outro filósofo que oferece em seus escritos importantes indicações a respeito da questão da liberdade é Friedrich Nietzsche. Para esse pensador, a vontade individual atua não como um sujeito autônomo, mas como um corpo impulsionado por uma multiplicidade de forças que constituem a totalidade. Assim como em Hegel e em Marx, também para Nietzsche o homem livre atua em conformidade com a totalidade que, para ele, é concebida como “vontade de potência”. No entanto, seu pensamento se distingue dos dois filósofos no que se refere à idéia de modificação do rumo das coisas. Nietzsche defende a tese do “eterno retorno”, isto é, a afirmação de que todos os eventos que estão acontecendo já ocorreram e voltarão a se repetir exatamente do mesmo modo. De acordo com essa doutrina, todos nós estamos condenados a repetir as mesmas ações, infinitamente. Mas, sendo assim, como podemos afirmar a liberdade do homem para escolher os rumos de sua própria vida e modificar as condições que dificultam a realização de sua vontade própria? Este é um dos principais pontos que diferenciam a concepção de Nietzsche da perspectiva de Hegel e de Marx acerca da liberdade. Isso porque, enquanto para Hegel e Marx o homem pode modificar a realidade ao tomar conhecimento das condições e circunstâncias que determinam as suas ações, para Nietzsche, o homem não pode mudar o que já aconteceu, mas pode, sim, afirmá-lo, celebrando a existência na sua totalidade e, desse modo, transformando-a, na medida em que passa a atribuir novo sentido à vida e a cada instante vivido.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

1. Leia com atenção os depoimentos *a*, *b*, *c* e *d* e em seguida analise cada um desses depoimentos, procurando identificar a quais deles correspondem as noções de *liberdade incondicionada da vontade*, de *determinismo*, de *liberdade situada* (a articulação da liberdade como autodeterminação da vontade com a idéia de determinismo) ou de *liberdade segundo a perspectiva nietzschiana*.

a. "Nasci em uma pequena cidade do interior, filha de um pedreiro pobre e rude e de uma dona-de-casa humilde e sem nenhuma erudição. A desigualdade social que existe em minha cidade é visível: de um lado, grandes avenidas com casas bastante precárias e, de outro, elegantes bairros com suntuosas mansões. Hoje, aos 18 anos trabalho como diarista para pagar minhas aulas de ensino supletivo. Às vezes quase durmo durante a aula em virtude de meu cansaço. Se pelo menos eu tivesse nascido em um outro país, numa família rica, com um corpo mais bonito... Nunca poderei sair dessa condição precária, obter aprovação em uma faculdade pública, casar-me com um homem bonito, culto e bem-sucedido na vida como eu sempre desejei, pois agora, além de tudo terei que cuidar de minhas três irmãzinhas uma vez que minha mãe faleceu."

b. "Conheci o Fernando no curso de Direito. Ele sempre foi muito inteligente e alegre. Conquistava a todos na faculdade com seu bom humor e carisma. Quando soube do acidente e da paralisia, fiquei chocado. Estava no Chile e só pude retornar anos depois. Surpreendi-me ao encontrar não um homem melancólico e sofrido, mas um rapaz tranqüilo, feliz e bem-sucedido nos negócios. Formara-se em Desenho Industrial. Anos antes ele já demonstrara interesse por essa área, mas sua família, por não confiar nos ganhos dessa profissão, o dissuadiu. Contudo, ao saber da existência do curso a distância, ele se inscreveu e atualmente trabalha em uma prestigiada empresa. Fernando é um exemplo para mim de alguém que é capaz de afirmar a vida em todas as suas situações, mesmo na doença, sem abandonar o seu caminho mas, ao contrário, apropriando-se dele ao afirmar o presente e conferir novos sentidos, novos valores à totalidade da vida."

c. *“Com nossas músicas buscávamos, entre outros temas, pensar sobre aquele momento político no qual não podíamos reclamar por benefícios mínimos que eram direitos de todos e que faziam parte das obrigações do Estado. Um dia fomos surpreendidos por policiais que nos agrediram e nos prenderam em uma casa dizendo que voltariam para nos matar. Conseguimos fugir para outro país, sem saber como iríamos viver. Arranjamos emprego com um brasileiro que nos pagava pouco e oferecia apenas colchões para dormir na fábrica. Nosso salário mal dava para comer. Naquela situação, ou nos resignávamos aceitando tais condições até que pudéssemos voltar, ou nos dedicávamos a conhecer o mundo à nossa volta para, assim, criarmos novas possibilidades. Decidimos ir à luta. No início foi difícil. O idioma era desconhecido e a cultura também. No entanto, à medida que conhecíamos o lugar, as pessoas e os costumes, desvelávamos novas possibilidades de vida naquele lugar. No momento de retornar, cada integrante do grupo já estava trabalhando em outros lugares e a banda já contava com uma poupança comum para a compra de nossos instrumentos musicais.”*

d. *“Hoje estive lendo um livro de auto-ajuda que definia esse termo como ‘método de aprimoramento pessoal’. Segundo o autor, tudo o que a minha vontade desejar pode ser alcançado. Basta que eu acredite muito, com muita intensidade, e também que eu tente visualizar, isto é, imaginar o objeto de meu desejo sendo concretizado, para que, finalmente, ele se torne realidade. Se eu não fui aprovada no concurso o motivo está em mim apenas: eu não o desejei o suficiente. De acordo com o texto, nossa vontade é livre e nada nem ninguém pode nos impedir de realizá-la se tivermos realmente vontade de satisfazê-la. Bem, agora que sei disso, irei para o meu quarto mentalizar o pagamento de um dinheiro que meu ex-namorado ficou de me pagar há dois meses.”*

RESPOSTAS COMENTADAS

a. Para realizar essa análise, considere a conjuntura descrita no depoimento que, nesse caso, é apresentado em primeira pessoa. Contudo, considere sobretudo aquelas passagens como “nunca poderei sair dessa condição precária”. Uma frase como esta aponta para uma forma de pensar a liberdade como determinada por fatores externos que não podem ser alterados e que condicionam totalmente nossas ações futuras.

b. Essa análise requer atenção na descrição do narrador quando ele enfatiza a capacidade de Fernando de “afirmar a vida em todas as suas situações, mesmo na doença” e “afirmar o presente e conferir novos sentidos, novos valores à totalidade da vida”. Você pode analisar tanto a atitude de Fernando perante as vicissitudes da vida, como também analisar a própria interpretação que o narrador faz do modo de ser de seu amigo. Segundo a interpretação do narrador, a atitude de Fernando pode exemplificar a concepção nietzschiana de liberdade como afirmação da vida em todas as suas variações que se sucedem, ou, descrito de um outro modo, como um agir em conformidade com a totalidade.

c. Essa descrição é bastante semelhante ao exemplo do velejador apresentado no texto “Liberdade situada (ou liberdade relativa)”. Observe que, segundo a narrativa, os componentes da banda só mudaram as suas situações e criaram para si próprios novas possibilidades depois que conheceram as circunstâncias e o contexto em que estavam inseridos. Essa interpretação pode ser analisada em sintonia com as teses de Marx e de Hegel segundo a qual ao conhecermos as circunstâncias naturais, psíquicas, históricas, políticas etc. em que vivemos, podemos atuar sobre elas, modificando-as. Ou seja, de acordo com a noção de “liberdade situada” existem fatores objetivos que obstaculizam nossas ações, mas ao tomarmos consciência de tais fatores é possível transformá-los.

d. Lembre-se de que é importante observar o modo como a autora do depoimento interpreta a situação. A narradora analisa um texto de auto-ajuda que concebe a vontade como sendo livre e independente de fatores externos ou subjetivos para se realizar. Ao final do depoimento ela procura praticar essa interpretação da liberdade. Qual é a tese implicada aqui? Há uma semelhança com a tese de que a liberdade é o poder total e incondicionado da vontade para determinar a si mesma. Mesmo que existam fatores externos ou subjetivos atuando sobre nós, em toda e qualquer situação possuímos possibilidades de escolha e podemos agir livremente unicamente a partir de nossa autodeterminação.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Após o estudo dos textos, responda: você acha que o ser humano é livre? Em que termos?

COMENTÁRIO

Você pode responder a essa questão iniciando com uma pequena síntese do conceito de liberdade tendo em vista as três noções básicas que servem de fundamento para os diferentes modos de caracterização dessa noção: a liberdade incondicionada da vontade, o determinismo e a liberdade situada ou liberdade relativa. Depois de realizar a síntese, você pode ou assumir uma dessas posições ou negar as três e apresentar a sua própria perspectiva.

RESUMO

A noção de liberdade é analisada a partir de três noções que fundamentam diferentes modos de caracterização desse conceito: a *liberdade incondicionada da vontade*, o *determinismo* e a *liberdade situada* (ou liberdade relativa); a noção de *liberdade incondicionada* é identificada com a tese de que todas as nossas ações dependem exclusivamente de nós; para Aristóteles a liberdade é o poder total e incondicionado da vontade para determinar a si mesma; segundo Aristóteles a liberdade só pode ser considerada ética se for realizada em conformidade com as orientações da razão, já a noção de liberdade apresentada pela doutrina cristã só pode ser concebida como próxima do bem e da moral quando o indivíduo fizer bom uso do livre-arbítrio, isto é, quando souber escolher livremente entre afastar-se ou aproximar-se de Deus; o *determinismo* é a concepção segundo a qual o indivíduo é sempre determinado, seja por fatores externos como leis, normas e costumes, seja por fatores naturais ou biológicos; de acordo com a concepção de *liberdade situada*, apesar de nossa liberdade se apresentar circunscrita por fatores objetivos, ainda assim podemos agir no sentido de alterar as possibilidades dessa liberdade; para os filósofos Hegel e Marx, a liberdade não reside no ato de escolha alcançado por meio de uma vontade individual, mas por uma atividade do todo (ou totalidade); tanto Hegel quanto Marx concebem a vontade individual como fazendo parte de uma totalidade (seja a cultura, tal como em Hegel; seja a formação histórico-social, tal como é pensada por Marx); conforme Hegel e Marx, o individual é considerado livre na medida em que age em conformidade com as leis da totalidade; segundo Nietzsche, o homem livre atua em conformidade com a totalidade que, para ele, é a “vontade de potência”. Para os filósofos Hegel e Marx, o homem pode modificar a realidade ao tomar conhecimento das circunstâncias que determinam as suas ações, já para Nietzsche, o homem não pode mudar o que já aconteceu, mas pode afirmá-lo, celebrando a existência na sua totalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na aula seguinte, analisaremos a estética, a sensibilidade, a arte e a beleza, buscando compreender como se articulam esses conceitos não apenas entre si, mas também com a Ética, com a educação e com a cultura.

O que é arte?

AULA 7

Meta da aula

Analisar as noções de *arte*, de *estética* e de *belo*, segundo algumas concepções filosóficas que ainda exercem grande influência no atual modo de compreensão desses conceitos.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o conceito de arte e as mudanças em seu significado desde a antiguidade grega;
2. reconhecer a diferença entre uma obra de arte e um objeto utensiliário;
3. explicar a origem e o significado da noção de “estética”, mostrando ser capaz de elucidar os conceitos de juízo estético e de realidade;
4. analisar o conceito de “belo”, segundo as teorias filosóficas de Kant e de Platão;
5. reconhecer a função pedagógica da arte, presente no pensamento filosófico de Aristóteles e de Platão.

Pré-requisitos

A fim de que os conteúdos desta aula sejam mais facilmente compreendidos, seria conveniente que você relese as Aulas 3 e 4, intituladas, respectivamente, “O processo de educação na Grécia antiga” e “A questão dos valores”.

INTRODUÇÃO

Sabemos que, desde os tempos mais remotos, o homem é capaz de engendrar e construir objetos para o seu uso, isto é, objetos que servem aos propósitos humanos de algum modo. Porém, as capacidades do ser humano não se restringem apenas ao uso e à produção de objetos utensiliários ou instrumentais: o ser humano também é capaz de produzir obras cuja finalidade não reside na sua funcionalidade, isto é, que não desempenham nenhuma função útil. Tais obras podem se configurar tanto de um modo estático como, por exemplo, uma pintura, uma escultura ou uma obra arquitetônica; quanto de uma forma dinâmica, como uma dança, uma música etc. A essas realizações, que se distinguem de todos os demais objetos dotados de funções cotidianas, costumamos designar *arte*. Mas como podemos entender a real diferença entre os demais objetos e as obras de arte? O homem constrói automóveis para se locomover, escrivaninhas para servir de apoio ao escrever, panelas para cozinhar alimentos, cadeiras e poltronas para se sentar etc. Tais objetos de uso podem ser reproduzidos com inovações ou com diferentes feições. Contudo, por mais distintos, aprimorados ou mesmo excêntricos que se apresentem esses objetos, eles estarão sempre subordinados às funções específicas que cada um deve cumprir. De um objeto de arte, porém, não se exige nem se espera que seja funcional. Em outras palavras, não se requer de uma obra de arte que ela cumpra uma função ou utilidade prática. No entanto, se examinarmos as reflexões de alguns filósofos sobre a arte, veremos que ela pode ser concebida como dotada de funções de natureza distinta da utilidade prática. Dependendo da interpretação filosófica acerca do significado da obra de arte, ela pode ser pensada como expressão da verdade, como suporte de mensagens políticas ou religiosas, como purificação espiritual, como meio para a educação moral, como crítica social etc. Assim sendo, sem pretender esgotar um tema tão vasto e de grande relevância como a questão do significado da arte, esta aula apresenta como principal objetivo analisar alguns conceitos que nos possibilitem uma maior compreensão acerca do significado da obra de arte como expressão criativa humana e entender um pouco mais acerca da disciplina filosófica que se ocupa com tais reflexões, a saber, a *estética*.



Figura 7.1: Mural de Pompéia (acredita-se que seja uma cópia de uma pintura do grego Apeles – século IV a. C.). Os gregos são conhecidos como sendo os primeiros a introduzir na pintura a representação com ilusão de tridimensionalidade por meio do sombreado e de elementos de perspectiva. Tais inovações surgiram por volta do século V a.C. Contudo, até a fase helenística não existia o sentido de arte tal como atualmente entendemos. Não existia uma palavra específica para arte, chamada simplesmente de *téchne*, técnica ou artesanaria; tratava-se de um dos diversos ofícios manuais, mas isso não impedia que os artistas se orgulhassem de seus trabalhos assinando suas obras e eternizando sua memória.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Abt.jpg>

O QUE É ARTE?

A maioria dos dicionários explica o significado do termo "arte" aludindo à derivação do latim *ars* e apontando para o sentido de aptidão, habilidade ou destreza. Mas se procurarmos acompanhar as transformações do significado dessa palavra veremos que na antiguidade grega, mais precisamente para o filósofo Platão (427-347 a.C.), "arte" diz respeito a toda atividade que é orientada por um conjunto de regras. Para Platão, não há nenhuma diferença entre *arte* e *ciência*, uma vez que ambas são concebidas como formas de conhecimento. Para ele, são artes a poesia, a medicina ou a política. Contudo, de acordo com esse filósofo, as atividades dos poetas, dos pintores e dos escultores se situam no nível mais inferior do conhecimento por se tratar de imitações das coisas sensíveis, as quais, por sua vez, são imitações imperfeitas das essências inteligíveis ou idéias. Já Aristóteles (385-322 a.C.) estabeleceu uma distinção entre o domínio da *atividade artística* (também chamada por ele de *atividade de fabricação*), e a esfera daquelas atividades consideradas científicas, tais como a Física, a Matemática ou a Lógica. Entre outras formas de conceber a arte, podemos citar o pensamento do filósofo Kant (1724-1804) que, no século XVIII,

De acordo com o *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano, o conceito de **GÊNIO**, desde as suas primeiras alusões, referia-se à capacidade criativa nas suas manifestações superiores. Com o filósofo Kant, essa noção foi reduzida ao âmbito da arte e passa a significar o talento natural de descobrir que prescreve regras à arte. Segundo Kant, a noção de gênio deriva de *genius*, que significa o próprio espírito do homem, espírito que lhe foi dado ao nascer e de cujas sugestões provêm as idéias originais (cf. ABBAGNANO, 1999, p. 481).

DESIGN

Em inglês, pode ser traduzido como projeto, esboço ou desenho. Esse termo é muito usado no Brasil para se referir à atividade relativa ao planejamento de um produto a partir de critérios de funcionalidade e estéticos. O termo também está relacionado com a ocupação do desenhista industrial, que se dedica ao desenvolvimento de projetos de objetos manufaturados, geralmente com vistas à produção industrial ou em série, levando em conta a técnica apropriada, os materiais, a estética e a funcionalidade de cada produto (cf. HOUAISS, 2001, p. 995).

definiu a arte estética como o ofício que tem por finalidade última o sentimento do prazer. Kant designou como "belas-artes" aquelas representações cujo fim reside em si mesmas e, por isso, proporcionam prazer desinteressado. Essa tematização da arte associada à idéia de beleza levou à compreensão da atividade artística como uma ação espontânea, derivada da sensibilidade e da imaginação do artista. Sob essa perspectiva, o artista, por sua vez, era concebido como **GÊNIO criador**, isto é, como alguém que traz em si talento, dom natural ou capacidade de produzir sua obra com originalidade.

Aos poucos, porém, esse modo de compreender a obra de arte como derivada de um talento genial misterioso deixa de prevalecer e passa a predominar a interpretação da atividade artística como expressão criativa. Mas o que queremos dizer, exatamente, com "expressão criativa"? Essa expressão se refere a uma compreensão acerca da produção artística como uma atividade criativa que não visa apresentar a realidade como ela é, ou seja, que não tem como propósito dizer o que as coisas são, tal como faz, por exemplo, a ciência ao descrever seus objetos de estudo. Ao produzir uma obra de arte, o artista pode recriar, recompor ou recontextualizar objetos atribuindo outros significados para aquilo que existe no mundo. Nesse sentido, o valor e a função de uma obra de arte não estão em copiar a realidade, mas sim em representá-la simbolicamente. Para criar a obra de arte, o artista não parte primariamente do intelecto, mas especialmente da intuição, da imaginação e do sentimento. A arte se dirige à imaginação e ao sentimento e não primariamente ao intelecto do público expectador, ouvinte ou leitor. Isso não significa dizer, no entanto, que, ao exprimir por meios artísticos a realidade, o artista não possa recorrer à ciência e à técnica. Muitas vezes para pintar uma tela ou modelar uma escultura, o artista recorre a conhecimentos e instrumentos técnicos, conjugando a arte e a técnica na produção de sua obra. Um bom exemplo de relação entre a técnica e a arte é a preocupação com o **DESIGN** na produção de utensílios e de objetos técnicos.

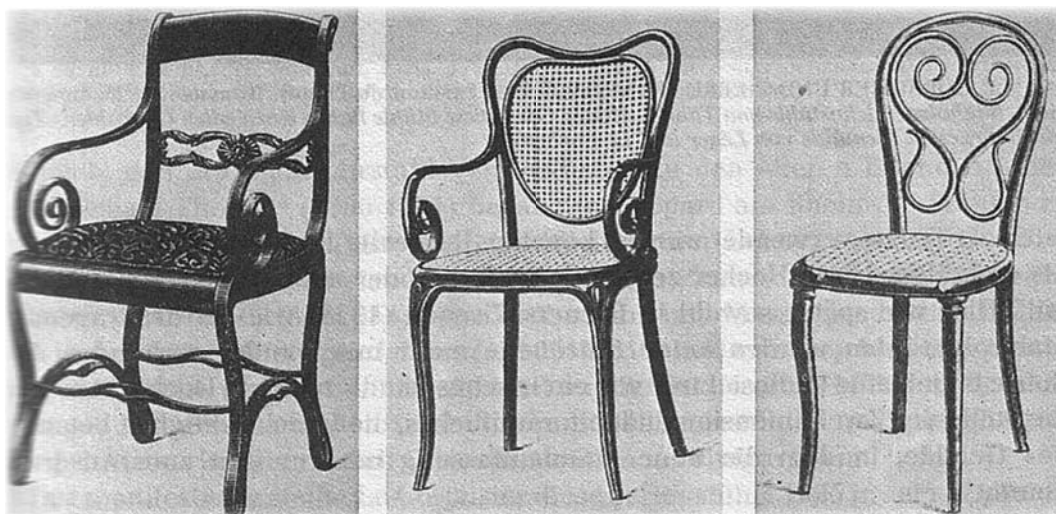


Figura 7.2: Cadeiras de Michael Thonet. O *design* de mobiliário é um ramo do *design* de produto e uma das áreas de maior importância no *design* de produto brasileiro. Há ênfase em detalhes e materiais, unindo funcionalidade e estética.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Thonet_Bugholzstuhl.jpg

Podemos perceber em nossa vida cotidiana uma preocupação cada vez maior com o arranjo de elementos ou com detalhes na pintura e na configuração dos mais diversos objetos de uso como camas, sofás, canetas, carros, talheres etc. E mais, se examinarmos com atenção, perceberemos que a linha que separa esses dois campos – arte e técnica – se apresenta cada vez mais sutil. Dito isso, podemos nos perguntar: é possível distinguir as obras de arte dos objetos técnicos produzidos a partir do *design* com o propósito de não serem apenas funcionais mas também belos? A resposta a essa pergunta pode ser buscada na idéia, antes mencionada, de finalidade da arte. Para alguns filósofos, quando a intenção do artista não está voltada para a sua função cotidiana e sim para a criação do belo, temos uma obra de arte. Mas o que é o belo? A beleza reside nas coisas? Essas são duas importantes questões, relativas à arte, com as quais se ocupa a estética, um ramo da Filosofia que analisaremos a seguir.

ATIVIDADES



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Tendo em vista o texto “O que é arte?”, analise a concepção de arte presente no pensamento de Platão e de Kant e, após, responda, de acordo com a sua própria opinião, o que diferencia um objeto artístico de um que não o é.

2. Rosa convidou suas amigas Gê e Vera para ajudá-la a escolher um presente de aniversário para seu namorado. Quando entraram em uma loja de artigos de decoração, Rosa e as amigas estavam indecisas e já cansadas de procurar um presente útil que seu namorado não tivesse ganhado nos anos anteriores. Ao saber disso, a vendedora lhes mostrou um objeto de arte que, segundo ela, serviria de ornamento. Gê observou e disse: “É... é bonito. Parece um ciclista. Ele gosta de andar de bicicleta?” Rosa então respondeu: “Não. Mas isso não parece uma bicicleta. Se mudarmos um pouco de ângulo parece alguém tocando um violino...” Vera, que estava até aquele momento em silêncio, decidiu opinar: “Garotas, isso é arte? Para mim, é simplesmente um arame retorcido. Achei horrível!” E completou, com sarcasmo: “Rosa, se você quiser eu mesma faço algo parecido em casa e te vendo por metade do preço.” Após muitas brincadeiras e debates, Rosa decidiu comprar a peça, pois sentiu que o objeto lhe agradava, mesmo sem saber explicar o motivo. Ao chegar a casa presenteou seu namorado. Após abrir o pacote, ele exclamou: “Rosa! Que belo presente. A escultura é linda. Infelizmente não sei teorizar sobre a arte, mas posso dizer que me agrada pelo sentimento que me desperta com as formas que sugerem um movimento corporal rústico e ritmado.” Rosa ficou surpresa com o entusiasmo de seu namorado e satisfeita com sua alegria.

Após a leitura e reflexão desta passagem, selecione em sua casa uma peça, uma música ou uma pintura que você considere uma obra artística e procure interpretá-la descrevendo aquilo que a obra representa para você (se você não dispõe em sua casa de nenhum objeto, pintura, música ou mesmo filme, pode, em vez disso, realizar uma pesquisa sobre arte em alguma biblioteca ou pela internet, a fim de visualizar e escolher alguma imagem que você aprecie e que sirva de exemplo).

RESPOSTAS COMENTADAS

1. Antes da análise pessoal que você deve fazer, é importante reler o texto e fazer um levantamento dos principais argumentos que servem para definir as concepções de arte dos filósofos Platão e Kant. Como por exemplo:

A arte segundo Platão:

- é toda atividade conduzida por um conjunto de regras;
- não há diferença entre arte e ciência;
- a arte não aparece ainda associada à idéia de beleza etc.

A arte segundo Kant:

- tem por finalidade o sentimento do prazer;
- está associada ao belo;
- é uma ação espontânea, oriunda da sensibilidade e da imaginação do artista etc.

Após realizada uma lista com os principais argumentos, organize-os em um texto que possa sintetizar a definição de cada filósofo. O segundo momento dessa atividade diz respeito a um enfoque pessoal. Responda de acordo com a sua própria opinião o que distingue um objeto de arte de um outro qualquer, procurando justificar sua resposta com argumentos que estejam ou não presentes no texto.

2. A resposta a esta atividade é estritamente pessoal e uma excelente oportunidade para você refletir acerca da obra de arte como uma forma de expressão humana, que se oferece como um outro modo de pensamento e de conhecimento do mundo, para além do conhecimento concebido como razão discursiva ou lógica.

A ESTÉTICA

Também chamados juízos de realidade, os **JUÍZOS DE FATO** são aqueles juízos que descrevem *como, por que e o que* as coisas são. Embora sejam usados com frequência em nosso cotidiano, os juízos de fato são definidos como aqueles enunciados pertencentes às teorias científicas cuja finalidade é analisar, explicar e descrever os seus objetos de estudo por meio de demonstrações que garantam a necessidade e a verdade do que está sendo demonstrado. Conforme estudamos na Aula 4 (no texto "O que é um juízo moral de valor?"), formulamos um juízo de fato quando proferimos: "Este lápis é de madeira" ou "Maria saiu para comprar um quadro com o propósito de ornamentar a sua casa". No primeiro exemplo, pretendemos descrever objetivamente um lápis e, no segundo, um acontecimento e uma intenção referentes à Maria. Contudo, podemos também, ao descrever o lápis ou a atitude de Maria, formular juízos de valor. Podemos, por exemplo, afirmar: "Este lápis de madeira é caríssimo" ou "Este lápis de madeira é muito feio" ou ainda: "Maria adquiriu um quadro lindo." Com tais afirmações estamos fazendo juízos de valor. No primeiro exemplo, formulamos um juízo de valor econômico e nos dois seguintes, um juízo de valor estético.

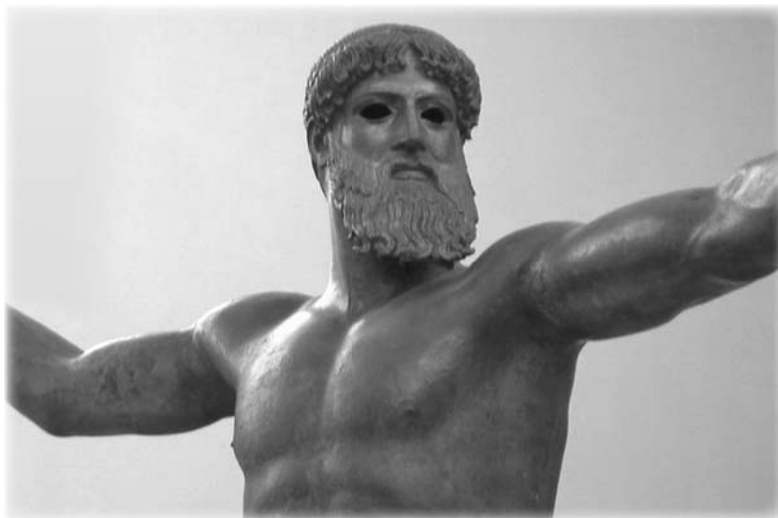


Figura 7.3: Escultura de Poseidon (Netuno, para os romanos), considerado o deus supremo do mar. Os filósofos gregos começaram a pensar sobre aquilo a que hoje chamamos mais propriamente de estética, com a produção de objetos decorativos produzidos em sua cultura. Segundo Platão, esses objetos incorporavam proporção, harmonia e união. De modo semelhante, na metafísica, Aristóteles considerava como elementos universais de beleza a ordem, a simetria e a definição.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Poseidon.jpg>

O termo "estética" nomeia a disciplina filosófica que se ocupa das questões relacionadas à arte, tais como o *gosto*, a *percepção*, o *belo*, o *feio* etc. A palavra *estética* deriva do grego *aisthetiké*, que expressa "compreensão pelos sentidos", "experiência", "prazer que acompanha a atividade sensível" e foi empregada pela primeira vez pelo alemão Alexander Baumgarten (1714-1762) para se referir às produções artísticas como sendo aquelas representações da sensibilidade que têm por finalidade a busca do *belo*. De modo semelhante, o filósofo Kant, em sua obra *Crítica da faculdade do juízo*, ao refletir acerca da natureza dos juízos estéticos, definiu-os como sendo aqueles juízos acerca da arte e do belo (cf. KANT, 1993, p. 126-139) que se distinguem dos **JUÍZOS DE FATO** por não serem orientados pela razão, mas, sim, pela faculdade da imaginação. Além disso, de acordo com Kant, por se tratar de um juízo de gosto, isto é, de um julgamento que diz respeito ao prazer ou desprazer individual, o juízo estético é um juízo subjetivo. Em outras palavras, para Kant, a beleza não reside de modo objetivo nas coisas como se fosse uma qualidade pertencente a um objeto, mas, ao contrário, ela é uma questão de gosto pessoal, subjetivo.

Mas, o que significa dizer que algo é belo? E mais: o que significa "beleza"?

Essa é uma questão fundamental com a qual vários filósofos se ocuparam desde o início da Filosofia. Para Kant, a obra de arte, em sua singularidade, oferece algo universal, que é a beleza, sem necessidade de demonstrações conceituais, deduções ou inferências lógicas. Contudo, embora a obra de arte seja essencialmente particular, única, e a capacidade humana de julgar seja subjetiva, a percepção estética do belo possui, segundo ele, um valor universal. Ao julgarmos, por exemplo, uma pintura como sendo bela, pretendemos em nosso julgamento que a pintura *seja* bela. Não afirmamos "o quadro pintado é belo *para mim*" e sim que "o quadro pintado *é* belo". Mas será que com isso Kant está querendo dizer que a beleza pertence ao próprio objeto, como se fosse uma qualidade ou atributo do mesmo? Na verdade, o que Kant quer dizer é que ao afirmarmos que a pintura *é* bela (e não que ela é bela *para mim*), estamos pressupondo que o ouvinte (ou os ouvintes) não apenas compreenda mas que também concorde com o nosso julgamento. Para Kant, as condições que tornam possível a percepção estética – a nossa estrutura sensível e a nossa faculdade da imaginação – são condições comuns a todos os seres humanos. Ora, se são condições que todos nós possuímos, é possível afirmar que há uma certa universalidade nos juízos de gosto. Os juízos de gosto possuem, assim, a peculiaridade de emitirem um julgamento universal, embora se refiram a algo singular e particular.



Figura 7.4: Apolo com uma *kithara*. Os gregos são responsáveis por uma série de avanços do ponto de vista técnico da produção artística. A arte grega por excelência foi a escultura: os gregos desenvolveram-na de forma impressionante, considerados os exemplares de outras culturas do mesmo período.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Apollo_Kitharoidos_Altemps_Inv8590.jpg

Mas nem sempre essa questão foi pensada desse modo. Retomando a análise da concepção platônica a respeito da arte, lembremos que, de acordo com o que foi mencionado no início desta aula, Platão também refletiu acerca da arte e do belo em seu pensamento filosófico embora a palavra "estética" como ciência do belo, só tenha aparecido a partir do século XVIII. Assim como Kant, Platão afirmava que nós somos capazes de reconhecer aspectos de beleza nas coisas ou nas pessoas. No entanto, para Platão, isso só acontece porque nós trazemos em nossa alma, desde que nascemos, a idéia de beleza. Isso significa dizer que, para Platão, a beleza existe em si mesma, reside no mundo das idéias e pode ser por nós percebida, uma vez que se manifesta na forma de atributos ou qualidades das coisas. Em vista disso, poderíamos perguntar: mas, há realmente beleza nas coisas? Ou ainda: o que Platão quer dizer é que a beleza existe de modo objetivo e independente do sujeito que as percebe? De certo modo, sim. Para ele, a beleza existe como uma essência ideal que serve de modelo e de critério de avaliação na elaboração de juízos. Em outros termos, para Platão, as idéias de beleza, de justiça, de bem, de liberdade etc. existem, mas não no mundo real e físico em que vivemos, e sim no mundo das formas (chamado também mundo supra-sensível das idéias). Trata-se de formas puras que se manifestam nas coisas como meras aparências e que são percebidas por nós por intermédio de nossos sentidos.



Após essa análise, como poderíamos sintetizar as explicações que nos oferecem os dois filósofos, Platão e Kant, acerca da capacidade que possui um sujeito de formular enunciados estéticos?

Para Kant, não há uma idéia de "belo em si". O belo é uma qualidade que conferimos às coisas para exprimirmos um certo estado da nossa subjetividade. Segundo ele, proferimos juízos de gosto porque possuímos iguais condições subjetivas da faculdade de julgar. Já Platão defende a idéia de que existe a "beleza em si" como uma essência que subsiste por si mesma em um mundo supra-sensível (o mundo dos seres totais e perfeitos: a bondade, a justiça, a coragem, a beleza, a sabedoria) e que se mostra de modo parcial e incompleto nos objetos. De acordo com

Platão, nós podemos identificar a beleza que se manifesta nas pessoas e nos objetos porque nossa alma já contemplou a idéia do belo antes de se conectar ao nosso corpo. Cabe destacar também que a beleza, para Platão, está associada ao bom. Para ele, o que é belo é bom e o que é bom é belo. Dessas afirmações podemos extrair que o significado da noção de beleza é uma questão filosófica que tem se destacado nas reflexões dos filósofos acerca da arte no decorrer da história.

ATIVIDADES



Atendem aos Objetivos 3 e 4

3. A partir do texto sobre a estética, explique a diferença entre um juízo estético e um juízo de realidade.

4. Gustavo e Miguel foram ao Museu de Arte e se detiveram diante de uma tela de um pintor desconhecido que havia chegado recentemente à cidade para uma exposição. Miguel, embevecido, exclamou: “Veja como essa obra é bela. Muito bela.” Gustavo, ainda concentrado em seus pensamentos, proferiu: “Diante de tanta beleza, Miguel, chego a conceber que a beleza mesma existe e que aqui posso reconhecer seus traços.”

Após a leitura da passagem precedente e considerando os dois pronunciamentos – de Miguel e de Gustavo – acerca da arte, identifique qual deles pode servir como exemplo de um juízo que corresponda à teoria platônica sobre a beleza e qual pode exemplificar a teoria kantiana acerca do belo. Justifique.

RESPOSTAS COMENTADAS

3. A resposta a essa questão é facilmente localizada no texto citado. Mas atente para a diferença principal entre os juízos, podendo complementar o seu comentário com o esclarecimento oferecido no verbete de explicação da expressão “juízos de fato”.

4. Para responder a essa pergunta é importante que você leia com atenção o texto sobre a estética procurando identificar os argumentos que fazem parte de cada concepção. Por exemplo:

Para Kant:

– o juízo estético é um juízo subjetivo, ou seja, a beleza não reside nas coisas, mas se trata de uma questão de gosto pessoal, subjetivo;
– há uma universalidade na afirmação de alguém de que algo é belo. Quando isso acontece, está se pressupondo que o ouvinte compreenda e concorde com a opinião emitida.

Para Platão:

– a beleza existe como uma essência ideal que serve de modelo e critério de avaliação na elaboração dos juízos;
– a beleza entendida como essência ideal se manifesta nas coisas como mera aparência que pode ser percebida por meio de nossos sentidos.

A QUESTÃO DO FEIO

Até este momento analisamos os conceitos de arte, de estética e de belo, procurando refletir em que medida a beleza é uma qualidade presente nos objetos ou um valor que conferimos às coisas como uma manifestação de um certo estado da nossa subjetividade, não havendo, por conseguinte, uma idéia de beleza em si e tampouco regras ou normas para produzi-la. Sabemos que existem pinturas, composições musicais ou mesmo poemas que alcançaram grande prestígio e se tornaram modelos dignos de imitação, conservando-se unânimes em seu valor estético. Mas, se há obras concebidas como *belas* pela maioria, há também obras consagradas como *feias* pela maioria? E mais: existe obra de arte feia? O que é o feio? Por que o feio é evitado pela arte?



Figura 7.5: *Vênus olhando-se ao espelho*, de Diego Velázquez. Esta obra, na época, deu origem a muita controvérsia, uma vez que não era comum retratar o nu feminino, nem mesmo de uma figura mitológica.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diego_Velazquez,_Venus_at_Her_Mirror_\(The_Rokeby_Venus\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diego_Velazquez,_Venus_at_Her_Mirror_(The_Rokeby_Venus).jpg)

Questões como essas são suscitadas no Capítulo 5 do livro de Charles Feitosa intitulado *Explicando a Filosofia com arte*, no qual o autor reflete acerca da noção de feio como algo que nos causa vergonha e que está associado às imperfeições físicas, ao mal, à falta de caráter, ao bárbaro, ao estrangeiro, enfim, a tudo que não se ajusta ou não se conforma às regras e normas instituídas socialmente. Além disso, Feitosa destaca a feiúra como algo que se mostra associado ao desejo. Na narrativa bíblica, os órgãos genitais e o ato sexual são nomeados como "vergonhas". A feiúra humana, desde a Antiguidade grega, foi interpretada como manifestação do irracional, como algo fora do comum, desmedido, repugnante. Alguém que padece de enfermidades, sofre dores ou que se encontra em estado de demência tende a apresentar suas feições embrutecidas e animalizadas. Tais situações, assim como a feiúra trazida à tona pelo sexo, nos escandalizam porque nos chamam a atenção para a possibilidade de perda da face humana. O autor também apresenta uma interpretação acerca da repulsa que sentimos diante do feio como um reflexo de nossa incapacidade de lidar com a perda do viço da juventude e, de modo equivalente, com o processo de envelhecimento que aponta impiedosamente para a nossa morte (cf. FEITOSA, 2004, p. 111-137).



Figura 7.6: Oscar Wilde (1854-1900). *O retrato de Dorian Gray* é um romance publicado por Oscar Wilde, considerado um dos grandes escritores irlandeses do século XIX.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Oscar_Wilde.jpg

Em meio a muitos exemplos encontrados na pintura, na escultura, na poesia etc., podemos debater essas questões focando a obra literária *O retrato de Dorian Gray*, do escritor Oscar Wilde, cujo enredo nos faz refletir a respeito de temas como a inevitável mortalidade, as convenções sociais, a noção de beleza associada à idéia de juventude, o envelhecimento identificado com a idéia de degradação moral etc. Seja por meio da pintura, da escultura, do teatro, da música ou da literatura, a produção artística abre a possibilidade de revelação de novos significados para as questões concernentes à nossa existência. Entretanto, nos dias atuais nos encontramos cada vez mais habituados com outras formas de expor a assinalada feiúra que nos causa mal-estar ou desprazer: a divulgação característica dos jornais sensacionalistas que tratam e divulgam imagens de sofrimento, de enfermidade, de dor, de tristeza, sem a sensibilidade e o primor característico de uma obra de arte.



ATIVIDADE

Atende ao Objetivo 4

5. Leia o trecho da narrativa a seguir:

Estive refletindo acerca das histórias que eu lia quando era criança. Na maioria das vezes eram relatos da vida de uma jovem pobre e boazinha que, após sofrer muito, terminava casando com um belo príncipe que a faria para sempre feliz. Algumas são bastante conhecidas: Cinderela, Branca de Neve, Gata Borralheira etc. As histórias descreviam as personagens boas e más como sendo, respectivamente, belas e feias. Quando os livros eram ilustrados, mostravam os personagens maus e cruéis com narizes grandes, corpo com formas desproporcionais, verrugas no rosto e expressões carregadas de rancor. Já as princesas boas, descritas como graciosas e generosas, eram retratadas com traços delicados, feições expressivas e formas harmônicas. Mesmo crescendo como criadas do castelo, apresentavam polidez e educação adequadas à nobreza. Atualmente temos muitos livros e contos infantis para oferecer aos nossos filhos e também senso crítico para debater com eles o significado da história. Contudo, quando assisto a uma novela na televisão, identifico alguns aspectos semelhantes: as personagens centrais apresentadas como boas e éticas geralmente não são gordas, míopes, não têm traços disformes e se mostram sensíveis e leais em suas atitudes; já as personagens centrais más são insensíveis e imorais, podendo ser gordas, possuir cacoetes, trejeitos ou serem afeitas ao vício.

Após a leitura dessa passagem, elabore uma pequena redação na qual você tematiza os conceitos de belo e de feio, podendo se valer ou não de argumentos presentes no texto "A questão do feio".

RESPOSTA COMENTADA

5. Você pode buscar inspiração para elaborar a sua redação de vários modos: na TV, em revistas, na moda, nos anúncios classificados de jornais etc. Por exemplo: a TV se utiliza cada vez mais de um realismo nas histórias e nas imagens. Mas será que tal "realismo" buscado corresponde mesmo à nossa "realidade"? A TV recorre a uma tecnologia com qualidade digital bastante

avançada para mostrar a imagem dos atores sem imperfeições, além da maquiagem que procura encobrir “defeitos” como as rugas e outras “imperfeições” presentes nas pessoas e nos cenários. Outro exemplo: ao anunciar vagas na vitrine, algumas lojas divulgam os requisitos que as candidatas devem cumprir: honestidade, simpatia e experiência. São mesmo exigências suficientes? Nem sempre. É muito comum a informação adicional de que o currículo deve incluir fotografia. Poderíamos, então perguntar: mas quais são os critérios para eleger a imagem física que deverá estar associada à honestidade, à simpatia e à competência exigidas? Existe nesse caso uma associação entre o bom (competente, simpático, honesto) com o que o padrão vigente de beleza considera belo? Essas são algumas questões que podem servir de exemplo em sua análise. A resposta é pessoal, mas seria interessante se você partisse de alguns exemplos concretos para interpretá-los segundo o seu ponto de vista, porém, retomando, sempre que possível, o texto “A questão do feio”.

A ARTE E A PEDAGOGIA



Figura: 7.7: O antigo teatro de Delfos (Grécia). De acordo com Aristóteles, a tragédia possuía um papel pedagógico. Sua função era ensinar as pessoas a encontrar a sua medida ideal, o seu equilíbrio. Essa função educativa da tragédia era chamada de catarse, descrita por ele como o processo de reconhecimento de si mesmo, como se estivesse frente a um espelho e ao mesmo tempo afastado do reflexo, isto é, como se pudesse observar a sua própria vida de fora. Tal processo permitiria que as pessoas lidassem com problemas não resolvidos exteriorizando suas emoções e internalizando pensamentos racionais.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Delphi_amphitheater_from_above_dsc06297.jpg

No pensamento filosófico de Platão e, mais tarde, em Aristóteles, encontramos as primeiras exposições de uma concepção pedagógica da arte. Em *A República*, ao propor a pedagogia para a criação da cidade ideal, Platão exclui de seu projeto os poetas, os pintores e os escultores, uma vez que, segundo ele, as obras de tais artistas são apenas imitação (em grego: *mimesis*) das coisas sensíveis. Tais imitações, de acordo com a teoria platônica, afastam os cidadãos das verdadeiras idéias, que só podem ser apreensíveis com o uso da razão. Para Platão, conhecer é recordar a verdade que já existe em nós. Ao distinguir entre mundo sensível (isto é, a esfera das impressões sensoriais e das opiniões) e mundo inteligível (o mundo das idéias, a esfera racional da sabedoria), Platão aponta para a existência, por um lado, de um domínio dos seres verdadeiros, singulares e que não estão sujeitos a mudanças (a idéia de árvore, de justiça, de casa etc.) e, por outro lado, de um mundo sensível, uma multiplicidade de coisas que aparecem na sua pluralidade e que podem deixar de existir (por exemplo, as muitas casas que existem diversas entre si e sujeitas à mudança e à extinção, as várias manifestações de atos justos ou os vários tipos de árvores que existem no mundo). De acordo com essa teoria, nosso espírito se eleva, por meio da razão, das coisas múltiplas e sensíveis para as idéias permanentes e imutáveis, isto é, os conceitos mais gerais e os primeiros princípios. Contudo, isso só acontece por meio do reconhecimento ou relembração (atingida de forma metódica e racional) das idéias perfeitas outrora contempladas por nossa alma.

Em vista disso, poderíamos nos perguntar: e a produção artística dos poetas, dos pintores e dos escultores não são também, segundo Platão, formas de conhecimento que podem nos conduzir às idéias permanentes e imutáveis? Antes de darmos início à resposta a essa pergunta, convém recordar que, para os gregos antigos, o termo "arte" dizia respeito a todo conjunto de regras capaz de dirigir uma atividade humana qualquer. Nesse sentido, a poesia, a medicina, a política etc. são, igualmente, atividades artísticas. No entanto, Platão distinguia a pintura, a escultura e a poesia, como sendo aquelas formas artísticas às quais é indispensável a inspiração divina e a participação das emoções na sua produção. Para Platão, a presença dessas atividades artísticas é condenada na cidade ideal porque, além de serem concebidas como imitações dos objetos sensíveis os quais, por sua vez, são cópias imperfeitas das idéias, elas também instigam as paixões penosas como o amor, a ira, a tristeza.

Tais paixões, de acordo com o filósofo, podem pôr em risco a harmonia em sociedade, harmonia que depende de uma certa apatia ou ausência de afetos (*a-pathia*) indispensável para que a cidade não se deixe conduzir pelos excessos de emoções e, sim, pela cautela racional. Sendo assim, tais formas de conhecimento, para Platão, não conduzem ao mundo das idéias permanentes e imutáveis dado que, consistindo-se em imitações das imitações, elas são inferiores e inadequadas tanto às coisas sensíveis quanto às idéias que lhes servem de modelo. A pintura, a escultura e a arte poética não devem, portanto, ser ensinadas na cidade ideal. Segundo Platão, não é possível a instrução pela arte porque ela não se fundamenta sobre nenhum conhecimento efetivo. Todavia, o filósofo propõe a dança e a música como disciplinas fundamentais para o desenvolvimento do corpo e da alma, isto é, para a formação do caráter dos cidadãos.

Ao contrário de Platão, Aristóteles valorizou o papel pedagógico e edificante das artes ao atribuir às atividades artísticas uma função que consiste em provocar um efeito de purificação espiritual, designado como *catarse*, mediante o qual os espectadores são levados – por meio do teatro, da música e da poesia – a sentir fortes emoções ou sentimentos (*páthos*) como o medo, a piedade ou o entusiasmo comovidos com as paixões que movem os personagens. Tão logo ocorrida a catarse vem o alívio e a sensação de equilíbrio e de estabilidade emocional. Na *Arte poética*, Aristóteles discorre acerca da função pedagógica das artes, particularmente o drama e a música, defendendo a contribuição da catarse para a manutenção e a harmonia do convívio social. Para compreendermos melhor a definição e o papel da catarse no pensamento aristotélico tentemos relacionar a explicação oferecida com aquilo que sentimos quando assistimos, por exemplo, a uma peça teatral ou a um filme no qual nos identificamos com os personagens e com seus dramas e experimentamos uma sensação de alívio ao perceber que aqueles problemas e comportamentos que pensávamos acontecer somente conosco podem ocorrer com outras pessoas. Além disso, muitas vezes nos sentimos melhor após rir (ou chorar) afetados pela história e pela satisfação em compartilhar essa emoção com outras pessoas.

Também Kant atribui um papel educativo à arte quando ele afirma que a função eminente da atividade artística é produzir o sentimento do sublime, isto é, a elevação e o arrebatamento de nosso espírito diante da beleza como algo terrível, espantoso, aproximação do infinito. Do mesmo modo, outros

filósofos como Hegel, Marx, Schiller etc. propõem – resguardando aqui as distinções de suas teorias – além da educação ética, também a educação estética como educação dos sentidos e da sensibilidade, contribuindo para a harmonização e o aperfeiçoamento do mundo na medida em que, servindo à necessidade do espírito humano, a arte pode permitir ao homem o alcance de sua liberdade.



Figura 7.8: Muro onde convivem vários tipos de grafites, no Rio de Janeiro. Grafite (em italiano, *graffiti*) é o nome dado às inscrições caligrafadas ou aos desenhos pintados sobre um suporte, normalmente em espaço público. Por muito tempo foi visto como um assunto irrelevante ou mera contravenção; atualmente, já é considerado como forma de expressão incluída no âmbito das artes visuais, mais especificamente, da *street art* ou arte urbana, em que o artista aproveita os espaços públicos, criando uma linguagem intencional para interferir na cidade. Entretanto, ainda há quem não concorde, equiparando o valor artístico do grafite ao da pichação, que é bem mais controverso (cf. [site http://pt.wikipedia.org/wiki/grafite_\(arte\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/grafite_(arte))).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Muro_jockey.jpg

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 5

6. Explique o papel pedagógico da arte nos pensamentos filosóficos de Platão e de Aristóteles, tendo como referência o texto sobre a arte e a pedagogia.

RESPOSTA COMENTADA

6. Para a resposta a essa questão, é importante destacar os argumentos presentes no texto “A arte e a pedagogia” que distinguem as duas concepções. Por exemplo:

Platão:

- censura a presença dos pintores, escultores e poetas da cidade ideal porque tais artes instigam as emoções pondo em risco a harmonia social;
- propõe a dança e a música como artes fundamentais para o desenvolvimento do corpo e da alma (ou caráter) dos cidadãos.

Aristóteles:

- valoriza o papel pedagógico das artes (teatro, música, poesia) justamente porque provocam emoções capazes de produzir a catarse, isto é, a purificação espiritual e a conseqüente estabilidade, ou harmonia, nas relações em sociedade.

Depois de realizar um levantamento dos argumentos principais (e secundários), você pode passar a elaborar um pequeno texto articulando tais informações.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5

Releia os textos desta aula e em seguida, posicione-se a respeito das definições de “arte” e de “belo” oferecidas pelos filósofos mencionados. Após, reflita acerca da associação entre a beleza e a idéia de juventude, analisando a frase: “Geralmente se diz que uma pessoa idosa é bonita quando ela aparenta ter bem menos idade.”

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.**RESPOSTA COMENTADA**

Esta atividade requer uma resposta mais ampla que, embora seja uma escolha pessoal, exige um trabalho de leitura e reconhecimento dos argumentos que sustentam as teorias dos principais filósofos aludidos: Kant, Platão e Aristóteles. Tais argumentos deverão ser analisados tendo em vista todos os textos apresentados nesta aula. Já a explicitação requerida a respeito da beleza e da idéia de juventude pode ser realizada retomando apenas o texto “A questão do feio”.



Figura 7.9: Quadro *O par de sapatos*, de Van Gogh. O filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) apresenta uma teoria acerca da obra de arte que se distingue da interpretação clássica de que tudo o que na obra está para além do caráter de “coisa” constituiria a sua dimensão artística. Para ele, a obra de arte institui a verdade como desocultamento daquilo que na representação permanece impensado. Segundo ele, quando nos aproximamos do quadro *O par de sapatos*, não vemos ali apenas arranjo e sobreposição de cores nem apenas uma reprodução mimética de algo real, mas vemos se mostrar o mundo do trabalhador, a dificuldade, a solidão do campo e o cansaço de seu trabalho. Nas palavras de Heidegger: “Por esse apetrecho passa o calado temor pela segurança do pão, a silenciosa alegria de vencer uma vez mais a miséria, a angústia do nascimento iminente e o temor ante a ameaça da morte” (HEIDEGGER, 1990, p. 25).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Scarpe.jpg>

RESUMO

Na antiguidade grega, “arte” é toda atividade orientada por regras. As atividades dos poetas, dos pintores e dos escultores se situam, segundo Platão, no nível mais inferior do conhecimento uma vez que são imitações das coisas sensíveis e essas, de modo semelhante, são imitações das essências inteligíveis. Para Kant, a arte estética é o ofício que tem por finalidade o sentimento do prazer. “Belas-artes” são, conforme Kant, aquelas representações cujo fim reside em si mesmas e, por isso, proporcionam prazer desinteressado. Em meados do século XVIII, o artista passou

a ser concebido como *gênio criador*, alguém que traz em si um talento natural de produzir sua obra com originalidade. Mais tarde surge a noção de produção artística como uma atividade criativa que não visa apresentar a realidade como ela é, mas atribuir outros significados para aquilo que existe no mundo, representando a realidade simbolicamente. Na produção de sua arte o artista pode lançar mão de conhecimentos e instrumentos técnicos, conjugando a arte e a técnica. O *design* é um bom exemplo de relação entre técnica e arte na produção de utensílios. Para Kant, os juízos estéticos se distinguem dos juízos de fato por serem orientados não pela razão, mas pela faculdade da imaginação. De acordo com Kant, a obra de arte oferece algo universal – a beleza – sem necessidade de demonstrações lógico-discursivas. Para Platão, somos capazes de reconhecer aspectos de beleza nas coisas ou nas pessoas porque nós trazemos em nossa alma a idéia de beleza. Segundo Platão, a beleza existe em si mesma, associa-se ao bom, reside no mundo das idéias e pode ser por nós percebida. Platão exclui do projeto pedagógico da cidade ideal os poetas, os pintores e os escultores porque, segundo ele, as obras de tais artistas são apenas *mimesis* que afastam os cidadãos das verdadeiras idéias. Aristóteles discorre acerca da função pedagógica das artes, defendendo a contribuição da catarse para a manutenção e a harmonia do convívio social. Kant atribui um papel educativo à arte afirmando que a função da atividade artística é produzir o sentimento do sublime.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, daremos continuidade a essa temática, procurando compreender a relação entre as noções de arte e de cultura, bem como distinguir as características e os usos de conceitos como “arte erudita”, “arte popular”, “cultura de massa”, “indústria cultural” etc.

Arte, cultura e meios de comunicação

AULA 8

Meta da aula

Apresentar o conceito de *obra de arte* em articulação com as noções de *indústria cultural* e de *cultura de massa*, tendo em vista o problema da informação e do acesso, em nossa sociedade, aos bens culturais.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a origem e o significado das expressões “cultura de massa” e “indústria cultural”;
2. analisar a noção de “cultura de massa”, presente nas teorias filosóficas de Adorno e Horkheimer, em conexão com as ideias de recriação, produção e divulgação das obras artísticas;
3. reconhecer a função do âmbito escolar e de outras esferas públicas como lugares de acesso, produção e divulgação das manifestações artísticas.

Pré-requisitos

Nesta aula, propomos a análise de temas que supõem a compreensão de conceitos já analisados nas aulas anteriores. Sendo assim, é importante que você tenha estudado as aulas que a precedem, sobretudo a Aula 7, cujo tema central diz respeito ao significado da obra de arte.

INTRODUÇÃO

De acordo com a análise realizada na Aula 7, a arte é uma expressão criativa humana que, sem necessidade de demonstrações conceituais, revela novos significados para as questões concernentes à nossa existência. Seja por meio da pintura, da escultura, do teatro, da música ou da literatura, a arte traz consigo um conhecimento acerca do mundo. Assim concebida, a obra de arte excede a função possível de “ornamentar” a casa ou o ambiente. E é porque ela ultrapassa essa função ao figurar entre as coisas do mundo que se convencionou chamar *cultura* às atividades ou produções artísticas e os significados que elas oferecem a cada indivíduo no interior de seu mundo. O termo “cultura” é geralmente usado em um sentido bem mais amplo, englobando todas as produções artísticas, hábitos, códigos e costumes de uma sociedade ou época histórica determinada. Nesse sentido mais abrangente, os traços comuns de um determinado grupo ou comunidade, como a linguagem, a vestimenta, a culinária etc., constituem aquilo que diferencia um grupo de outro. Para a finalidade desta Aula 8, porém, trataremos do termo “cultura” em uma acepção mais específica, uma acepção que exclui algumas manifestações concebidas como culturais tais como os ritos religiosos, a culinária, a linguagem, a vestimenta etc., nos limitando a analisar somente aquelas manifestações que, de algum modo, ultrapassam as contingências ou circunstâncias particulares nas quais foram produzidas, permanecendo vivas através dos tempos, despertando o fascínio de diferentes comunidades e épocas históricas. Temos muitos exemplos, conforme já foi tematizado na Aula 7, acerca de tais manifestações na pintura, na música, na poesia, no teatro etc. Tendo em vista alguns desses exemplos, essa noção de cultura será aqui analisada em articulação com uma outra noção que surgiu em meio ao debate filosófico contemporâneo acerca do significado e da “função” da arte: a ideia de *cultura de massa*. Nesta aula, abordaremos algumas questões referentes à chamada “cultura de massa”, a fim de questionarmos a possibilidade da adoção, por parte do ser humano, através da escola ou de outros âmbitos sociais, de uma postura mais crítica diante da produção industrial que se apropria das obras, dos estilos e das técnicas artísticas para novamente divulgá-los e vendê-los com um bem de consumo despojado de sua complexidade artística e totalmente desvinculado de seu significado original. Nesse contexto, convém destacarmos a importância da Educação como sendo um âmbito no interior do qual é possível promover a educação dos sentidos e a reflexão acerca do significado e da importância da produção artística em suas mais diversas manifestações.

CULTURA, ARTE E INDÚSTRIA CULTURAL



Figura 8.1: Estátua de Fernando Pessoa, de autoria de L. Henriques, no café A Brasileira, em Chiado, Lisboa. Fernando Pessoa (1888-1935) é considerado um dos maiores poetas de língua portuguesa do século XX. Por meio da criação de autores fictícios (heterônimos), Pessoa nos deixou várias obras poéticas de grande influência na literatura portuguesa e mundial.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lisboa-Pessoa-A_Brasileira-1.jpg

Conforme vimos na Aula 7, a arte vem sendo tematizada ao longo da tradição filosófica mediante diversos enfoques. No entanto, mesmo as mais distintas teorias acerca desse tema não deixariam de concordar com a afirmação de que a obra de arte é capaz de nos retirar das nossas relações cotidianas e banais com as coisas no mundo e nos revelar a singularidade de um momento histórico. Isso significa dizer que, na obra de arte, a realidade pode se revelar de um modo extraordinário, isto é, de um modo que não estamos acostumados a pensá-la. A arte desvenda o mundo por meio de uma experiência que recorre a símbolos e significados instituídos, para recriá-lo em outra dimensão. Entre as mais variadas manifestações artísticas existem obras que se consagraram como objetos de prazer e de reflexão universal produzindo um permanente fascínio nas mais distintas sociedades ou comunidades. Podemos exemplificar citando a Nona Sinfonia de Beethoven, a tela de Van Gogh *Vaso com três girassóis*, um poema de Fernando Pessoa, a escultura grega *Discóbolo* de Míron, o romance *O processo*, de Kafka etc.

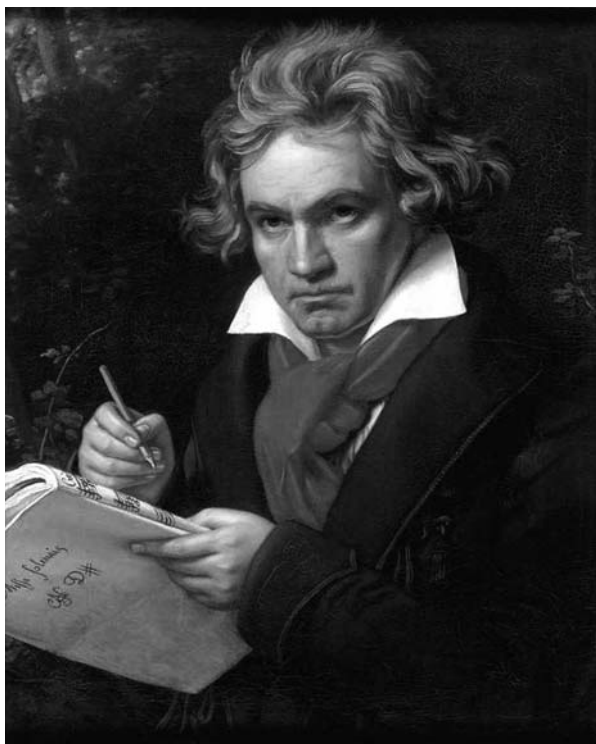


Figura: 8.2: Retrato de Ludwig van Beethoven feito por Joseph Karl Stieler em 1820. Beethoven (1770-1827) foi um grande compositor erudito alemão que exerceu grande influência sobre toda a música do século XX. Em 1824, completou uma de suas obras mais conhecidas, considerada monumental e inovadora: a Sinfonia nº 9.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Beethoven.jpg>

Conforme descrevemos no texto de introdução desta aula, essas obras constituem, entre outras, aquilo que designaremos como *cultura*. Para o propósito de nossa análise, o termo "cultura" não será aqui empregado na acepção usual do termo que o concebe como o conjunto de atitudes, linguagens e costumes de uma determinada sociedade. O sentido por nós adotado se refere a toda produção artística que é concebida como tal não apenas por perdurar ao longo do tempo, mas sobretudo por ser capaz de revelar, em sua manifestação, justamente um tal conjunto de símbolos, valores e atitudes que caracteriza cada mundo ou sociedade específica. Sendo assim, retomando alguns dos exemplos anteriormente mencionados, podemos agora introduzir os seguintes questionamentos: os quadros vendidos por um pintor que reproduz, de um modo bastante similar, a técnica usada por Van Gogh, com semelhantes cores e idênticos girassóis, podem ser considerados obras de arte, da mesma maneira que o modelo original? Ou ainda: réplicas da escultura de Discóbolo, produzidas em tamanho pequeno e vendidas no aeroporto de Atenas como lembrança daquele lugar, são consideradas, do mesmo modo, obras de arte? Uma novela transmitida por um canal de TV, cujo enredo traz uma adaptação da obra *O processo*, de Kafka, na qual o personagem principal

é um funcionário de um shopping center do Rio de Janeiro, é, da mesma forma que a obra de Kafka, considerada uma obra de arte? As respostas a essas questões podem se tornar bastante polêmicas, uma vez que muitos poderão defender e justificar afirmativamente, argumentando que aquilo que vemos como meras imitações pode significar novas interpretações de uma obra já produzida, além da possibilidade de divulgação das obras inspiradoras. No entanto, para a finalidade desta aula, que pretende analisar a reprodução e divulgação das manifestações artísticas do ponto de vista de uma crítica filosófica da produção de artigos a serem consumidos por um grande público, a resposta a esses questionamentos requer um esclarecimento prévio acerca de duas expressões: "cultura de massa" e "indústria cultural", adotadas e difundidas no início da década de 1920 pelos chamados filósofos da *Escola de Frankfurt*.



Figura 8.3: O escritor austro-húngaro Franz Kafka (1883-1924) é considerado um dos maiores escritores de ficção da língua alemã do século XX e um dos mais influentes da literatura ocidental. Kafka nasceu em Praga, na Áustria-Hungria (atual República Tcheca). Seu estilo literário presente em obras como *A metamorfose* (1915), *O processo* (1925) e *O castelo* (1926) descreve indivíduos vivendo um pesadelo de um mundo impessoal e burocrático.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kafka_1906.jpg

A expressão "Escola de Frankfurt" designava um grupo de filósofos que pertencia ao Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt. O grupo era formado por pesquisadores que realizavam investigações acerca de determinados problemas sociais perpassados por relações existentes entre os campos da Economia, da História, da Antropologia, da Psicologia e da Sociologia. Dentre os integrantes do grupo, destacaremos

os pensadores Max Horkheimer (1895-1973) e *Theodor Adorno* (1906-1969). Juntamente com Horkheimer, Adorno formulou o conceito de *indústria cultural* ao problematizar a crescente banalização comercial da cultura, uma banalização que, segundo o filósofo, é promovida pelos mais variados meios de comunicação de massa como o cinema, o rádio, a televisão, as revistas etc. De acordo com tais pensadores, no intuito de promover a indústria do consumo, os meios de comunicação de massa divulgam a reprodução das obras de arte em série, fazendo com que as reproduções se mostrem não a partir de suas regras internas, de suas configurações únicas tal como o modelo original, mas, ao contrário, se mostrem a partir de uma multiplicidade que não traz novas informações ou novos significados em sua exaustiva repetição.

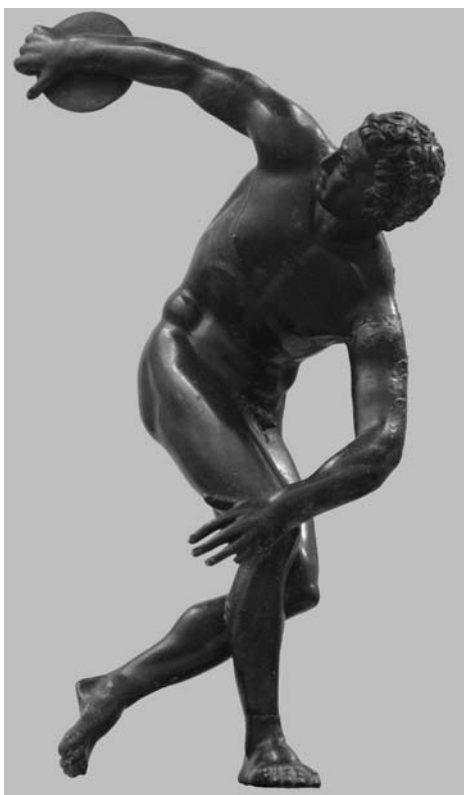


Figura 8.4: *Discóbolo* (Lançador de discos) é uma famosa estátua do escultor grego Míron, produzida em torno de 455 a.C – que representa um atleta momentos antes de lançar um disco. Míron representa o corpo em seu momento de máxima tensão. A escultura apresenta características como a harmonia, o balanceamento e a simetria das proporções corporais. Assim como tantas outras obras gregas, perdeu-se o original feito de bronze e restaram apenas cópias romanas.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Greek_statue_discus_thrower_2_century_aC.jpg

Nesse sentido, se seguirmos a linha interpretativa de Adorno e Horkheimer, as respostas às questões colocadas anteriormente são todas negativas. Tanto as reproduções das telas com os girassóis de Van Gogh, quanto as réplicas da escultura grega ou a adaptação para a telenovela do romance de Kafka não são, segundo essa concepção, consideradas obras de arte. Contudo, isso pode suscitar ainda uma nova pergunta: por que a reprodução em massa das obras de arte não poderia ser interpretada simplesmente como uma forma de divulgação ou mesmo de democratização da cultura, uma vez que, por exemplo, por meio da novela tomamos conhecimento da existência do romance de Kafka e por meio da aquisição da réplica da escultura nos inteiramos de que existe algo semelhante em um tamanho maior, produzido há séculos e que nos dá a conhecer aspectos relevantes do mundo grego? Na verdade, essa é uma possibilidade de pensar a reprodução técnica das artes. Contudo, essa reprodução tem acontecido no interior de uma dinâmica mercadológica que submete todas as manifestações artísticas às regras de um comércio cuja principal preocupação é o lucro financeiro, um lucro resultante de investimentos baratos e de produções de baixa qualidade. Essa dinâmica de produção e de incessante estímulo ao consumo não cumpre a função de promover o acesso às manifestações artísticas uma vez que, tanto a reprodução quanto a produção industrializada em massa, operada nesse âmbito, retira das obras o seu significado original e as homogeneiza, desprovendo-as da capacidade que elas têm de refletir as suas particularidades e, com isso, de abrir um mundo de significados para a nossa vida.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Leia o trecho a seguir e o comente, procurando articular o seu comentário à análise de uma ou mais passagens do texto “Cultura, arte e indústria cultural”.

Alguns biógrafos do romancista russo Fiódor Dostoievski (1821-1881) contam que o escritor afirmou ter sido pressionado a entregar o romance *O jogador* dentro de determinado prazo e conforme certas exigências que, segundo os editores, melhor agradariam ao público

quanto ao desenlace da trama. De acordo como tais relatos, o escritor se mostrou angustiado diante de tais circunstâncias e da dificuldade em não ceder a algumas dessas exigências em um momento de graves problemas financeiros.

RESPOSTA COMENTADA

A passagem que descreve a situação enfrentada pelo escritor pode ser analisada tendo em vista várias passagens do texto. Dentre as quais, você pode articular sua análise com o argumento textual de que a reprodução de obras de arte, própria de uma lógica de consumo, “submete todas as manifestações artísticas às regras de um comércio cuja principal preocupação é o lucro financeiro”. O texto sugere que não interessa a essa dinâmica de consumo a produção de uma obra em seu significado original, autêntico, principalmente se isso representar pouca aceitação e menor retorno financeiro. Para o editor, a obra do escritor russo deveria atender à demanda de um público homogêneo, que está acostumado a uma distração que não provoque um estranhamento diante dos significados que estão fixados e socialmente aceitos pela maioria no seu mundo.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 2 e 3

2. Após a leitura do texto “Cultura, arte e indústria cultural”, explique, de acordo com seu próprio julgamento, se as reproduções de manifestações artísticas (como, por exemplo: miniaturas de esculturas vendidas nos *shoppings*, inscrições em camisetas de trechos de poemas famosos,

publicações na internet de romances literários resumidos sob o título de “edições abreviadas” etc.) significam, de forma integral e positiva, a divulgação ou popularização das obras de arte a que fazem referência. Se você não concorda que tais manifestações possam difundir ou, ainda, dar lugar a uma divulgação em um sentido instrutivo mais rigoroso, apresente sugestões acerca de como poderíamos conhecer, divulgar, avaliar e compartilhar com os outros as obras artísticas de um modo mais isento, livre e esclarecedor.

COMENTÁRIO

Essa pergunta requer uma resposta pessoal, porém, com uma argumentação que a justifique tendo em vista a problematização dessa questão indicada no texto. Você pode concordar que em todos os casos – ou apenas em alguns – a reprodução de obras de arte (ou a produção em série de objetos artísticos) significa a divulgação ou a popularização de tais obras. Explique com suas palavras como ocorre essa divulgação. Porém, se você não concordar que a reprodução exerça adequadamente o papel de divulgação e propagação das artes, é preciso, do mesmo modo, explicar com argumentos que justifiquem sua resposta. Em qualquer dos casos, procure analisar um (ou mais) âmbito no interior do qual é possível ter acesso, conhecer e refletir sobre o significado da obra de arte. Como sugestão, mencionamos a Escola, os espaços públicos de televisão (canais que não visem ao lucro) e a própria internet. É importante que tais exemplos sejam apresentados juntamente com uma análise acerca de como eles podem ser utilizados a fim de que possam cumprir, de fato, com essa função.



Figura 8.5: A tela *Doze girassóis numa jarra* (1888) é considerada uma das melhores e mais famosas obras do pintor holandês Vincent van Gogh. Após a sua chegada à França, estabelecendo-se em Arles, Van Gogh “descobre” o sentido da cor e da luz. O conjunto de obras produzidas nesse período foi intitulado como “explosão da cor”. As sete telas de girassóis, pintadas em sua estada na França, possuem um efeito singular de luz e cor. Atualmente, *Doze girassóis numa jarra* é uma das telas mais conhecidas do mundo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vincent_Willem_van_Gogh_128.jpg

A CULTURA DE MASSA E A EDUCAÇÃO

Conforme você viu no tópico anterior, em uma sociedade baseada na produção e no lucro, o processo de reprodução ou criação de obras a partir de modelos já existentes não se constitui como divulgação ou democratização das obras de arte em seu caráter original. Isso porque, ao se apresentarem como meros artigos de consumo, transformando-se em mercadorias próprias para um consumo rápido, as manifestações artísticas perdem o seu caráter original e ressurgem como reproduções vazias de sentido e niveladas, uma vez que precisam se adequar às condições econômicas e sociais do grande público a que se destinam. A essa reprodução de obras artísticas e produção de artigos pela indústria cultural, destinada a um grande número de pessoas, Adorno denominou “cultura de massa”. A cultura de massa é constituída pelos produtos que a indústria cultural oferece a partir de elaborações que garantam a aceitação desses produtos pela maioria das pessoas.

A venda em larga escala depende, por sua vez, da divulgação por parte dos meios de comunicação de massa, uma vez que os bens produzidos pela indústria cultural precisam ser rapidamente consumidos. Tanto o rádio, a televisão, a internet, os jornais, as revistas etc. são responsáveis pela ampla e veloz difusão de informações que massificam e nivelam as pessoas, promovendo uma dissolução de suas diferenças individuais e fazendo com que cada vez mais elas compartilhem dos mesmos interesses, do mesmo imaginário e das mesmas necessidades. Ou seja, por meio dos meios de comunicação de massa, somos induzidos a nos orientarmos segundo padrões de comportamento que nos levam cada vez mais a um reconhecimento comum daquilo que devemos consumir, vestir, decorar nossa casa etc. No interior dessa dinâmica, somos impelidos a substituir rapidamente os nossos objetos de uso por outros mais "modernos", isto é, por outros cujas características reflitam as tendências dominantes atuais. O próprio termo "moda", que surgiu designando o gênero ou estilo predominante no vestuário de um grupo em um momento histórico específico, atualmente designa os mais diversos modos de agir, de sentir e de viver aceitos por um determinado grupo social. Podemos ouvir vendedores de lojas de artigos musicais sugerindo a compra de determinado CD porque "está na *moda*". É o que se ouve nas rádios" ou "é o que *todos* estão ouvindo e isso significa que é muito bom". Muitas vezes nos surpreendemos desejando adquirir novo aparelho de telefone celular após ouvirmos de nossos amigos que o aparelho que usamos "está ultrapassado, com *design* fora da moda".



Figura 8.6: Max Horkheimer (à esquerda), Theodor Adorno (à direita) e Jürgen Habermas ao fundo à direita em 1965 na cidade de Heidelberg.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Adornohorkhab1.png>

Contudo, diante desse cenário contemporâneo, como poderíamos pensar um movimento que estimule espíritos inovadores, criativos, e promova o questionamento dos valores vigentes e do uso dos meios de comunicação por parte de nossa sociedade? É possível discutir acerca de como podemos assistir criticamente à televisão sabendo selecionar e contextualizar os programas e as informações exibidas? Como podemos propiciar aos jovens momentos de reflexão e discussão acerca do significado de uma obra de arte? A instituição escolar é o espaço que deve promover essas reflexões, possibilitando ao indivíduo redescobrir suas faculdades criativas, suas habilidades imaginativas, enfim, sua capacidade de instituir novos significados para sua existência e para o mundo que o cerca. Podemos aceitar ou não os valores e os modelos que nos são propostos pela sociedade de consumo vigente, mas essa escolha vai depender da adoção de uma atitude crítica diante da cultura de massa veiculada pelos meios de comunicação. A leitura e o debate em sala de aula acerca dos valores, da produção e da formação cultural de uma sociedade devem ser incentivados pelos educadores como uma das tarefas que deve acompanhar toda e qualquer atividade docente. Só assim poderemos garantir esse âmbito como um espaço a partir do qual podemos trabalhar a imaginação, a sensibilidade, a inteligência e a reflexão que nos possibilitam reconhecer as obras de arte, acessá-las, incorporá-las em nossas vidas ou mesmo ultrapassá-las por meio da construção de novas produções artísticas.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

3. Explique o significado do termo “cultura de massa”, segundo a concepção de Adorno.

RESPOSTA COMENTADA

Para a análise dessa questão, é importante que você releia o texto “A cultura de massa e a educação” e analise os argumentos, principais e secundários, que melhor definem essa concepção. Lembre-se de mencionar argumentos relacionados à necessidade de aceitação, por parte da maioria das pessoas, dos bens produzidos pela indústria cultural.

ATIVIDADE**Atende ao Objetivo 3**

4. Você concorda que todas as pessoas têm acesso à informação e à formação cultural, podendo escolher livremente o que deseja ver e ouvir em relação às produções artísticas?

COMENTÁRIO

A resposta é pessoal, mas atente para a ideia central, pressuposta na abordagem dos dois textos desta aula, de que vivemos em uma época em que, apesar da presença de iniciativas políticas e sociais de educação e informação, as manifestações artísticas tornam-se eventos para o consumo, sendo rapidamente incorporadas pelas indústrias e, logo em seguida, redistribuídas como se fosse um processo de democratização da cultura. Nesse contexto, as manifestações artísticas que resistem a se transformarem meramente em artigos de consumo, permanecem muitas vezes inacessíveis pela maioria da população, tornando-se símbolo de status ou prestígio social de uma minoria da população.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A partir dos textos lidos nesta Aula 8, analise a noção de indústria cultural em sua relação com a noção de cultura de massa. De acordo com sua opinião, quais seriam os produtos mais vendidos no Brasil por essa indústria cultural?

RESPOSTA COMENTADA

Esta questão exige uma leitura detida dos dois textos desta aula, a fim de que você possa não apenas identificar e analisar os argumentos que melhor descrevem os dois conceitos, mas também oferecer exemplos que ajudem a esclarecer os seus significados. Quanto à resposta acerca dos produtos mais vendidos no Brasil, você pode buscar inspiração nos comerciais da TV, na internet e até mesmo nas livrarias, as quais vendem camisetas com pequenas frases ou fotografias impressas de escritores e filósofos famosos. Você pode enriquecer sua resposta com uma justificativa pessoal acerca da banalização ou não de tais manifestações artísticas.

RESUMO

A arte é capaz de nos retirar das nossas relações cotidianas e banais com as coisas no mundo e nos revelar a singularidade de um momento histórico. Por meio da arte podemos desvendar o mundo e recriá-lo em outra dimensão. Entre as mais variadas manifestações artísticas existem obras que se consagraram como objetos de reflexão, produzindo um permanente fascínio nas mais distintas sociedades ou comunidades. Juntamente com Horkheimer, Adorno formulou o conceito de *indústria cultural* ao tematizar a banalização comercial da cultura, promovida pelos mais variados meios de comunicação de massa como o cinema, o rádio, a televisão, as revistas etc. Com o objetivo de promover a indústria do consumo, os meios de comunicação de massa divulgam a reprodução das obras de arte, fazendo com que elas se mostrem não a partir de suas regras internas, mas a partir de uma repetição desprovida de valor estético. Segundo Adorno, a dinâmica de produção e de incessante estímulo ao consumo não cumpre a função de promover o acesso às manifestações artísticas. Tanto a reprodução quanto a produção industrializada em massa retira das obras artísticas o seu significado original e as homogeneiza. Isso ocorre no interior de um processo de banalização que as torna incapazes de revelar novos significados à nossa existência. A adoção de uma atitude crítica diante da cultura de massa e dos valores vigentes, incentivada por educadores em sua atividade docente, pode nos possibilitar a informação, o acesso e a construção de novas produções artísticas.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na aula seguinte, tematizaremos o processo de construção social do conhecimento, a partir da análise de algumas teorias que abordam essa questão, procurando identificar as distintas formas de divulgação e de produção do conhecimento em seus principais momentos históricos.

A construção social do conhecimento

AULA 9

Meta da aula

Apresentar o problema da construção social do conhecimento tendo em vista o percurso desenvolvido na sua produção e difusão em diferentes momentos históricos.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o processo de divulgação da informação e do saber produzidos no período homérico;
2. identificar as relações de poder e de controle do conhecimento, presentes na Idade Média;
3. analisar a noção de saber como um produto das práticas discursivas, tendo em vista a concepção de Foucault a respeito dessa problemática.
4. explicar a relevância da prensa móvel e da enciclopédia para a história social do conhecimento, bem como a importância da internet, na atualidade, como meio crescente de divulgação dos saberes.

Pré-requisitos

A análise do tema proposto nesta aula pressupõe a compreensão de alguns conceitos que já foram estudados nas aulas anteriores. Portanto, é importante que você releia os textos precedentes, sobretudo as Aulas 2, 3 e 4, cujos conteúdos tratados são frequentemente aludidos nos textos e exercícios desta exposição.

INTRODUÇÃO

Você sabe quais são os ideais de conhecimento de nossa época? Você já se questionou se o saber possui um papel pedagógico ou emancipador? Na sua opinião, existem interesses de natureza política que incentivam (e se beneficiam) a produção e a difusão do saber? O historiador Peter Burke, em seu livro *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, analisa a reorganização do saber e o percurso desenvolvido pelo conhecimento nos seus diferentes momentos sociais. Nesta aula, examinaremos o problema da construção social do conhecimento, tendo como fio condutor de nossa análise o estudo realizado por Peter Burke. Buscaremos, porém, retroceder ainda mais na análise acerca da produção e da divulgação do conhecimento, procurando abordar essa questão a partir de alguns recortes temporais do mundo grego, do período medieval e da modernidade. Após, retornaremos aos discursos contemporâneos que ressaltam o caráter político e mercantil da produção do conhecimento na atualidade. Com esse propósito e sob a influência das teorias de pensadores como Thomas Kuhn (1978), Karl Popper e, sobretudo, de Michel Foucault, procuraremos apontar os interesses existentes na construção e organização social do conhecimento como decorrência de outros interesses socialmente situados em cada período histórico.

A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NA GRÉCIA ANTIGA

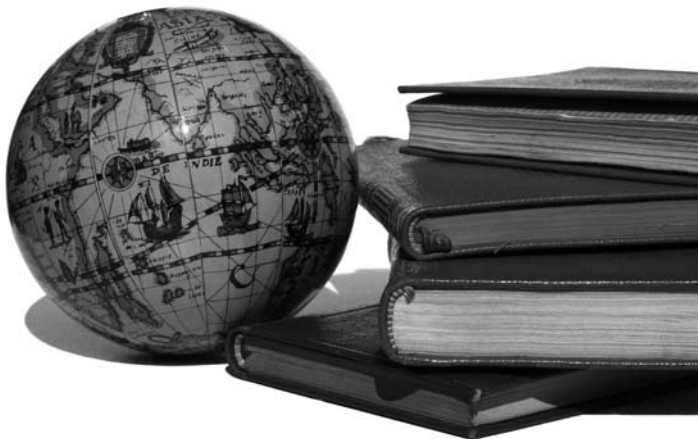


Figura 9.1: O conhecimento é aquilo que o homem absorve de alguma maneira, por meio de informações que de alguma forma lhe são apresentadas, para um determinado fim ou não. O conhecimento distingue-se da mera informação porque está associado a uma intencionalidade. Tanto o conhecimento como a informação consistem de declarações verdadeiras, mas o conhecimento pode ser considerado informação com um propósito ou uma utilidade. O conhecimento pode ainda ser aprendido como um processo ou como um produto. Quando nos referimos a uma acumulação de teorias, ideias e conceitos, o conhecimento surge como um produto resultante dessas aprendizagens. Fonte textual: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conhecimento>.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/970346>

Os conceitos de ciência e conhecimento científico são conceitos historicamente construídos, ou seja, tiveram mudanças ao longo da história. Para os gregos, a ciência ou conhecimento (*episteme*) representava o saber mais elevado, o saber teórico e contemplativo. A *episteme* designava o conhecimento verdadeiro, universal e necessário, e opunha-se ao domínio da opinião (*doxa*), isto é, ao conhecimento adquirido pelo senso comum, pelos sentidos. Já para os romanos, a Ciência (*Scientia*) possuía o sentido de “aprender” ou “conhecer”. Contudo, para ambas as culturas, o conhecimento científico era concebido como o resultado de uma investigação reflexiva, metódica e sistemática da realidade, uma investigação que resultava do estabelecimento de conexões causais entre os fenômenos estudados. Apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, aspectos fundamentais dessa noção de conhecimento permanecem na atualidade como o modo predominante de compreender e oferecer explicações para o mundo que nos cerca. Contudo, conforme vimos na Aula 2, essa noção de conhecimento filosófico-científico como um saber racional e argumentativo não se constituiu, desde sempre, como a única forma de explicação do real. Muito antes de o discurso epistemológico se tornar predominante, havia uma outra forma de explicar a realidade caracterizada como *explicação mítica*. Tal explicação se apresentava na forma de narrativas produzidas não por um indivíduo determinado, mas como expressão de toda uma tradição cultural. A narrativa mítica diz respeito a um tipo bastante especial de discurso, um discurso fictício cuja explicação para os fenômenos do mundo não residia no próprio mundo, mas fora dele, em realidades misteriosas e inacessíveis.

Mas como era transmitido esse saber mitológico? A forma de transmissão do mito era basicamente oral. A oralidade constituiu a marca da cultura grega antiga. Na Grécia homérica, por exemplo, a oralidade era o instrumento de formação das novas gerações. É possível constatar, mediante a leitura das principais fontes de nosso conhecimento acerca dos mitos gregos, como em Homero, com a *Ilíada* e a *Odisséia*, e em Hesíodo, com a *Teogonia*, que a produção poética trazia consigo conhecimentos úteis e preceitos sobre os mais diversos aspectos da vida social: políticos, históricos, éticos, místicos e até mesmo técnicos. Lembremos que na Aula 3, na qual analisamos a *Paideia* grega, vimos que a educação dos cidadãos se fazia ouvindo e memorizando trechos de poemas que eram declamados pelos *aedos* e *rapsodos*. Com base nessas práticas, é possível

afirmar, para além de uma abordagem que enfatize qualquer uma das funções dos mitos e poemas homéricos – seja educativa, política, ética ou estética –, que os costumes, as ações e os procedimentos típicos registrados pelas narrativas poéticas acabavam se convertendo em paradigmas (modelos) gerais e no único meio de preservação e divulgação daquela estrutura de conhecimento.

A partir do século VI, no entanto, o mito vai deixando de satisfazer às necessidades de uma nova organização social mais preocupada com a atividade política e com as práticas comerciais e, aos poucos, cede lugar a uma outra forma de explicação que predomina até hoje: o conhecimento científico. Os gregos passam a explicar a realidade recorrendo a teorias justificadas por argumentos procedentes da própria razão humana e não mais por explicações derivadas de revelações ou inspirações divinas. A influência do mito ainda permanece, mas a oralidade como característica de sua transmissão aos poucos vai sendo substituída pela palavra escrita. Convém lembrar que, de acordo com a análise realizada na Aula 3, no período socrático, Sócrates e os sofistas compartilham, embora com visões diferentes, um interesse fundamental pela problemática ético-política, isto é, pela problemática do homem enquanto cidadão da *pólis*. Surgem no interior dessa conjuntura a arte do discurso e da oratória, a ciência física, a astronomia, a medicina, iniciando-se uma fase progressiva de construção e divulgação do conhecimento associada à preparação do cidadão para a vida política.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

1. Na Aula 3, intitulada “O processo de educação na Grécia antiga”, analisamos o caráter educativo dos poemas homéricos. Nesta aula, porém, o enfoque é dado à construção social do conhecimento. Considerando essa perspectiva, responda, de acordo com o texto “A produção e a difusão do conhecimento na Grécia antiga”, as seguintes questões:

a. Você concorda que há na narração poética do período homérico uma preocupação com a difusão de informação e saberes variados? Procure justificar sua resposta com base no texto citado.

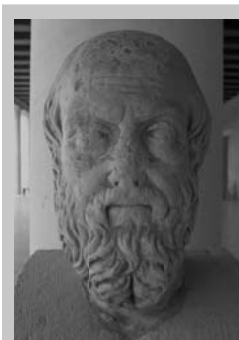
b. “Surgem no interior dessa conjuntura a arte do discurso e da oratória, a ciência física, a astronomia, a medicina, iniciando-se uma fase progressiva de construção e divulgação do conhecimento associada à preparação do cidadão para a vida política.” Essa é uma passagem do último parágrafo do texto “A produção e a difusão do conhecimento na Grécia antiga”. Analise a passagem procurando responder em que medida o saber está articulado com o poder no período socrático.

COMENTÁRIOS

a. Você pode responder a esta questão buscando identificar os argumentos do próprio texto, que indicam a possibilidade de uma resposta afirmativa. Contudo, para enriquecer ainda mais sua resposta, você pode recorrer aos textos já estudados acerca dessa temática, na Aula 3.

b. Esta questão aponta, em sua própria formulação, para a possibilidade de pensar a articulação entre o poder e a construção (e difusão) do conhecimento. A resposta pode ser formulada procurando mostrar quais eram os interesses de natureza política que incentivavam (e de que modo se beneficiavam) a difusão da escrita e da arte da argumentação na pólis grega. Lembre-se de que, nessa época, o pequeno número de cidadãos (não eram considerados cidadãos os estrangeiros, os escravos e as mulheres) devia estar preparado para participar e defender os interesses das minorias das quais faziam parte, minorias que detinham poder financeiro e político. Você pode também buscar mais informações nas Aulas 2 e 3, cujas problemáticas aludem ao contexto de surgimento da pólis grega.

PRODUÇÃO, DIVULGAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO: DO PENSAMENTO PLATÔNICO À MODERNIDADE



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/icheiro:AGMA_H%C3%A9rodote.jpg

HERÓDOTO

Historiador grego nascido no século V a.C., em Halicarnasso, que escreveu a história da invasão persa da Grécia nos princípios do século V a.C., conhecida como As histórias de Heródoto. Antes de Heródoto, tinham existido crônicas e épicos, e também estes haviam preservado o conhecimento do passado. Mas Heródoto foi o primeiro não só a registrar o passado, mas também a considerá-lo um problema filosófico ou um projeto de pesquisa que podia desvendar o conhecimento da existência humana. A sua obra deu-lhe o título de “pai da história”, e, graças a ele, o termo “história”, que antes significava meramente “pesquisa”, tomou a conotação que lhe damos atualmente.

O pensamento platônico se caracteriza mais intensamente como a síntese de uma preocupação com a política, a moral e a ciência. Se revisarmos a Aula 3, veremos que, no contexto da *pólis* democrática, a filosofia assume para si a função de educação do cidadão. E é nesse contexto que Platão (1993) reivindica, em seu projeto político, a primazia da educação e questiona o papel de principal representante da formação do homem grego, que antes a tradição grega reservava à poesia. Para Platão (1993), o filósofo é amante da verdade e da sabedoria, já o poeta é amante dos espetáculos e da opinião. No *Fedon*, ao expor a sua teoria das Ideias, Platão afirma que o conhecimento da verdade reside na reminiscência ou reconhecimento. Além disso, Platão (1993) demonstrava uma certa desconfiança com relação à palavra escrita, uma vez que ela remetia aos deslocamentos e às transformações que a divulgação do texto escrito provocava nos modos de vida e de conhecimento das pessoas, banalizando a atividade de reconhecimento das verdadeiras ideias. Todavia, aos poucos o conhecimento e as habilidades de escrita vão sendo difundidos, apesar do acesso restrito e do lento movimento de expansão da alfabetização.

Já Aristóteles, ao distinguir entre a memória entendida como a capacidade de conservar o passado (*mneme*) e a memória como reminiscência (*mamnesi*) ou faculdade de invocar voluntariamente o passado, concebe a imitação da Natureza (*mímesis*) como uma forma de conhecimento. A poesia, entendida como imitação, catarse e prazer, diversamente de Platão, é valorizada por Aristóteles. Tendo em vista essas distinções, Aristóteles escreve no Capítulo IX da *Poética*, que a oposição entre o poeta e o historiador não se reduz à distinção entre verso ou prosa, mas se explica pela oposição entre o que aconteceu e o que poderia acontecer. Na poesia, o âmbito do que poderia acontecer excede o acontecido, isto é, ultrapassa a história ao narrar não o que sucedeu, mas o que poderia ter sucedido no tempo. Nesses textos, a palavra “História”, mencionada por Aristóteles, alude ao testemunho ou narração dos fatos humanos. Trata-se, contudo, de uma narração de caráter diverso da narrativa mítica. Segundo Aristóteles, **HERÓDOTO** narra aquilo que foi observado por alguém. Sua narrativa é resultado de uma investigação que quer resguardar o passado, preservando a memória dos

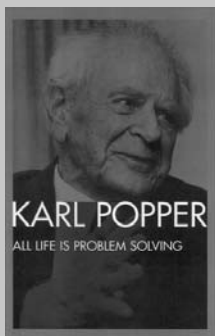
acontecimentos testemunhados para que eles não caiam no esquecimento. Todavia, a História, entendida como esse esforço racional do *logos* em oposição ao *mythos*, não consiste apenas em preservar a memória dos acontecimentos passados, mas também em procurar pelas verdadeiras razões dos acontecimentos por meio de testemunhos ou depoimentos.

Esse empenho na construção de um conhecimento baseado em explicações racionais e argumentativas é abalado, séculos depois, pelo pensamento medieval. O pensamento cristão desvia a concepção do conhecimento racional para o campo da fé. Sob a hegemonia da fé, essa forma de conhecimento se torna apenas um complemento, um modo de ratificar a verdade divina. A tradição cristã vai se fortalecendo centrada em sistemas de memorização, utilizados para lembrar o céu e o inferno. A transmissão desses sistemas tinha por base o exercício da imaginação e a prática de leitura repetida de textos sagrados. No período medieval, ao longo do século V d.C., a Igreja e o Estado passaram a exercer, progressivamente, grande influência e controle sobre o conhecimento. Essas relações de poder ocorriam com a concentração, por parte da máquina administrativa, de informações sobre a população como uma importante forma de dominação e controle. A Igreja exercia a função de detentora de informações e o fazia associada aos interesses do Estado pelas descobertas marinhas na competição por novas rotas e terras.

Com o início da modernidade, surge uma nova revisão no conceito de conhecimento e na concepção de ciência, ocasionada pelas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais provocadas pelo **RENASCIMENTO**. Como consequência desse processo, delimita-se de forma objetiva o espaço de ação entre ciência e filosofia, questionando-se o estatuto de cientificidade da Filosofia. Para os modernos, a partir do século XVII, o conhecimento científico deve ser estruturado com base em procedimentos lógicos que nos permitam a observação racional e controlada dos fenômenos, assim como a verificação e a explicação adequadas, positivados pela observação e experimentação. Surgem as objeções afirmando que nenhuma experiência, contudo, nos garante que uma dada teoria é verdadeira, mas apenas se a mesma é ou não refutável. Assim sendo, o conhecimento científico só pode ser considerado válido apenas enquanto não for refutado pela experiência. De acordo com o

O termo **RENASCIMENTO** diz respeito ao período histórico de transição entre a Idade Média e a Modernidade (séculos XV e XVI). O traço característico fundamental desse período é a perspectiva humanista que rompe com a visão teocêntrica medieval e passa a valorizar o homem considerado em si mesmo e a partir de uma visão de mundo não mais voltada para o sagrado. Nesse período, os filósofos e artistas plásticos passam a atribuir ao homem uma dignidade natural, inerente à sua própria natureza enquanto ser humano. Entre os grandes renascentistas destacam-se, entre outros, William Shakespeare, Dante Alighieri, Miguel de Cervantes, Thomas Morus, Erasmo de Rotterdam, Leonardo da Vinci.

filósofo britânico **KARL POPPER**, uma teoria é considerada verdadeira até que seja contestada, mostrando-se sua falsidade, suas falhas, seus limites. Popper destaca, assim, a condição transitória da validade de uma teoria científica.



KARL POPPER (1902-1994)

Foi um físico britânico, matemático e filósofo da ciência que criticou o critério de validação de uma teoria científica e propôs como único critério a não-refutabilidade ou falseabilidade, afirmando que só podemos provar a falsidade de uma teoria e nunca a sua veracidade absoluta.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Karl_Popper.jpg

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1 e 2

- 2.
- a. A partir do texto “Produção, divulgação e acesso ao conhecimento: do pensamento platônico à modernidade”, explique em que se distinguem a narrativa mítica e a narrativa histórica, tendo em vista a concepção aristotélica de história.

- b. Descreva o modo como ocorriam as relações de poder e de controle sobre o conhecimento, por parte da Igreja e do Estado, durante a Idade Média.

COMENTÁRIOS

a. Para responder corretamente a essa questão, identifique no texto "Produção, divulgação e acesso ao conhecimento: do pensamento platônico à modernidade" a passagem na qual a noção de história é concebida por Aristóteles como uma narrativa que visa preservar a memória dos acontecimentos testemunhados para que eles não caiam no esquecimento. Após, procure apontar as distinções existentes entre essa forma de preservação e de divulgação dos acontecimentos e a narrativa mitológica. Não esqueça que se trata, de um lado, de uma narrativa que se inscreve em um esforço do logos, isto é, de um discurso que procura descrever as causas racionais dos acontecimentos vividos ou observados, e, de outro, de uma narrativa que recorre aos deuses e ao mistério para explicar a realidade. Lembre-se também de que, na Aula 3, analisamos o mito como uma explicação que se baseia não na argumentação e no debate teórico, mas na autoridade derivada da crença em uma revelação divina.

b. Os argumentos que servem de base para a construção de sua resposta são facilmente encontrados no texto "Produção, divulgação e acesso ao conhecimento: do pensamento platônico à modernidade". Você pode destacar as passagens que fazem referência às relações de poder e de controle manifestadas na centralização, por parte da Igreja e do Estado, de informações e de novas descobertas científicas. Esse era um dos meios, mais frequentes naquele período, de dominação e de controle interno. Você também pode analisar frases como "A Igreja exercia a função de detentora de informações e registros destinados à Inquisição e o fazia associada ao interesse do Estado pelas descobertas marinhas na competição por novas rotas e terras".

A DIFUSÃO E A REORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DA MODERNIDADE AOS TEMPOS ATUAIS

O físico, filósofo e historiador **THOMAS KUHN** (1922-1996) sustenta que a história da ciência se desenvolve por meio de mudanças de paradigmas, isto é, modelos aceitos pelos membros de uma comunidade científica. Quando o paradigma se altera e entra em crise, provoca uma revolução científica.

No texto anterior, vimos que a teoria científica, embora baseada em procedimentos que possibilitam a observação racional e controlada dos fenômenos, pode ser contestada, e isso revela o caráter transitório de sua validade. Nesse contexto, ao objetar a tese de que as teorias científicas são construídas no interior de uma dinâmica pensada em termos de progresso científico, o filósofo norte-americano **THOMAS KUHN** (1978) propõe pensar a ideia de progresso não como acúmulo de conhecimento, mas como mudanças sucessivas de novos modelos científicos. Mas como são produzidas a difusão e a reorganização de um conhecimento em que novos saberes vão se construindo e um campo novo se constitui a cada rompimento com os conhecimentos anteriores? A resposta a essa pergunta requer um esclarecimento mais detalhado acerca da teoria de Thomas Kuhn (1978), segundo a qual a história da ciência não deve ser concebida como um processo linear e evolutivo, mas como uma sucessão de *paradigmas*. O termo “paradigma” designa o conjunto de teses, valores e categorias partilhadas por determinada comunidade. Segundo Thomas Kuhn (1978), é sempre no interior de um paradigma que a ciência se move e desenvolve o seu trabalho. Contudo, chega um momento em que esse paradigma entra em crise e se altera, provocando uma revolução científica e abrindo caminho para um novo tipo de desenvolvimento científico. Sendo assim, retomando a pergunta acerca da difusão e da reorganização do conhecimento, podemos respondê-la com mais precisão, tendo em vista o seu caráter social, articulando-a com a concepção de **MICHEL FOUCAULT** acerca dessa problemática.

O filósofo **MICHEL FOUCAULT** (1926-1984) tematiza em suas obras aspectos da dominação social, presentes em diversas instituições, desenvolvendo a ideia dos *micropoderes*, disseminados por toda a estrutura social.

De acordo com Foucault, o saber é um produto das práticas discursivas. Desse modo, para compreendermos como ele é socialmente instituído, precisamos identificar as relações que determinam essas práticas, isto é, as relações que escolhem o que e a quem dizer, enfim, é necessário identificar o poder que dá o caráter de positividade à prática discursiva. Para Foucault, a construção do conhecimento se dá socialmente, isto é, surge no interior de um campo perpassado por relações entre indivíduos em um processo de realização de suas existências. Esse processo se efetiva em meio a um espaço de comunicação que supõe ao mesmo tempo um intercâmbio entre indivíduos e a sedimentação de categorias e

significados que fundamentam a compreensão dessas relações. É preciso, portanto, sabermos analisar criticamente a formação de determinados discursos que constituem um saber, ou saberes, buscando conhecer as relações que tais discursos possuem com as formas difusas de exercício do poder em um contexto social específico. Vivemos em uma sociedade que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por verdadeiros e, por isso, detêm poderes específicos. O poder, segundo Foucault, está em toda parte não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares.

Peter Burke (2003), ao analisar o percurso social do conhecimento no período da modernidade, destaca dois importantes referenciais históricos desta época: o surgimento da prensa tipográfica e a publicação da primeira **ENCICLOPÉDIA** na França. Burke (2003) justifica uma tal delimitação pelo fato de a imprensa agir como elemento de transformação social, provocando mudanças expressivas na forma de perceber, apresentar, difundir e recobrar informações. Já a Enciclopédia é destacada por Burke (2003) como um marco na história do conhecimento por se tratar de uma das precursoras das inúmeras obras de referência hoje existentes que emergiram como solução para o problema da “recuperação da informação”. A primeira *Encyclopédie* resultou de uma iniciativa, por parte de uma equipe de eruditos como D’Alembert e Diderot, de elaboração de uma coleção de livros em formato de verbetes que discorriam sobre os conhecimentos teóricos e empíricos disponíveis na época. Juntamente com a imprensa e a Enciclopédia, as universidades também tiveram importante papel na busca de conhecimento de forma metódica e sistemática. A partir do século XVI, houve a reestruturação dos currículos nas universidades com a finalidade de gerar uma interdependência do saber, criando uma maior conexão entre os diversos saberes. Nesse processo foram se agregando, cada vez mais, termos como pesquisa, investigação e experimentos, uma vez que o **ILUMINISMO** apontava para uma necessidade de reorganização do sistema de conhecimento e de reprodução cultural. Com a invenção da imprensa, as bibliotecas não apenas ampliaram seus acervos, como também passaram a desempenhar as funções de sedes de conhecimento e espaços de socialização de ideias e troca de informações.

A **ENCICLOPÉDIA** foi editada no século XVIII pelos pensadores Denis Diderot (1713-1784) e D’Alembert (1717-1783), constituindo-se o mais importante e decisivo de todos os instrumentos para a divulgação da propaganda iluminista. Tratava-se de uma obra com 28 volumes que sintetizava o conceito científico, dando ênfase às artes mecânicas e aos saberes práticos. Essa obra serviu de modelo para todas as demais publicações semelhantes que mais tarde foram sendo publicadas com esse fim.

O termo **ILUMINISMO** designa uma época da história intelectual ocidental que teve início na França no século XVIII e se prolongou até meados de 1815. Os chamados filósofos iluministas defendiam o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que dominava a Europa desde a Idade Média.



Figura 9.2: Brockhaus Enzyklopädie, enciclopédia de língua alemã, publicada por Brockhaus, em 1902.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brockhaus_Lexikon.jpg

Do período medieval em que dominava o controle e o acesso restrito às informações, passando pela modernidade até os dias atuais, podemos afirmar que houve amplas e decisivas mudanças no processo de comercialização do conhecimento por meio da proliferação da produção e venda de livros, revistas, atlas, periódicos, jornais e enciclopédias. Essa difusão de informações, baseada na mercantilização da informação, resultou em relatos e descrições divergentes dos mesmos fenômenos, dando origem, por um lado, a uma crise do conhecimento e,

por outro, a uma certa banalização do conhecimento. Com relação aos tempos atuais, é possível dizer que, do mesmo modo como a mercantilização e a vulgarização da informação se fizeram presentes após o surgimento da imprensa, enfrentamos em nossa época, ainda que de maneira distinta e baseada em uma nova estrutura político-econômico-social, uma nova conjuntura advinda da explosão informacional intensificada pelo surgimento da internet.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 4

3. Construa um pequeno texto analisando os argumentos usados por Peter Burke (2003) para afirmar que a prensa tipográfica e a enciclopédia são dois relevantes marcos na história social do conhecimento na modernidade.

COMENTÁRIO

Para realizar esta atividade, leia o texto “A difusão e reorganização do conhecimento: da Modernidade aos tempos atuais”. Após, selecione os argumentos (explícita e implicitamente apontados no texto) que melhor respondem à questão, compondo um pequeno trecho escrito no qual você analisa tais argumentos. Você pode também acrescentar comentários pessoais em sua resposta.

O PODER E A INFORMAÇÃO

Atualmente, por meio de novas tecnologias audiovisuais, as redes de comunicação projetam um encadeamento de informações que nos une a qualquer parte do mundo. No entanto, a sociedade informatizada precisa tornar essas informações acessíveis a todos, possibilitando a seleção e o controle desses dados a fim de evitar a sua manipulação a serviço do poder. Torna-se necessário analisar as motivações que regulam a elaboração dos enunciados e o modo como isso acontece na construção de um conjunto de proposições aceitáveis que gera efeitos de poder. Tal como afirma Foucault, sempre deve haver pontos de insubordinação em que é possível escapar à estratégia particular da relação de poder que orienta a nossa conduta. Retrocedendo na história cultural do Ocidente, vemos que, na Grécia arcaica, eram as oligarquias que comandavam e acessavam o conhecimento proveniente de inspiração divina. De modo semelhante, ao pretender instaurar uma república ideal, Platão pregava a eleição de homens esclarecidos para decidir acerca dos altos valores inalcançáveis pela maioria. Na Idade Média, os processos de armazenamento, recuperação, uso e supressão de diferentes tipos de informação estavam subordinados aos interesses da Igreja, que controlava toda a produção intelectual, decidindo as obras que podiam ou não ser divulgadas. A invenção da prensa tipográfica em 1450 e a publicação da primeira enciclopédia, iniciada em 1751, possibilitaram um avanço na democratização do conhecimento. Contudo, a seleção de materiais a serem impressos ficava por conta de quem detinha o poder sobre as prensas, filtrando a divulgação de acordo com seus interesses.



Figura 9.3: A sociedade contemporânea é bastante marcada pelos meios de comunicação social. A internet é a principal das novas tecnologias de informação e comunicação. Constitui-se como um conglomerado de redes que liga milhões de computadores, permitindo o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1116171>

Mas e hoje, como é exercido o poder sobre a informação? Essa pergunta pode ser respondida em conformidade com a teoria do filósofo Michel Foucault, segundo a qual o termo “poder” não possui necessariamente o significado de Estado. O poder se apresenta também como práticas dissociadas do Estado, cuja dinâmica permeia toda a sociedade e suas instituições, manifestando-se não como algo que se encontra acima da sociedade, mas que se manifesta na própria existência cotidiana, sendo, por isso, caracterizado como *micropoder*. Em conformidade com essa noção de poder, é fundamental a existência da liberdade para garantir a possibilidade de reação por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta, afirma Foucault. Tendo em vista a tese de Foucault, podemos dizer acerca de nossa época atual, levando em conta o legado dos séculos passados, que é preciso renovar a nossa capacidade crítica para questionar as construções intelectuais e unilaterais que existem em torno da globalização, do mercado, das novas tecnologias e formas de poder. Se, por um lado, novas tecnologias ampliam e aprofundam os poderes na sociedade em que vivemos, por outro, indivíduos cada vez mais conscientes são capa-

zes de lutar contra as múltiplas formas de dominação, continuamente criativas e renovadas, por meio da reflexão crítica sobre as conquistas científicas e tecnológicas.



ATIVIDADE

Atende aos Objetivos 3 e 4

4. De acordo com Foucault, a construção do conhecimento é um fenômeno social e, como tal, supõe a interação entre indivíduos e a fixação de significados que fundamentem a compreensão dessas relações. Para ele, faz-se necessário analisar criticamente a formação de determinados discursos que constituem um saber, relacionando-os com as diversas formas de poder presentes em um contexto social específico. A partir da interpretação de Foucault, o que você propõe como tarefa das instituições de ensino para auxiliar e estimular os alunos a identificar, selecionar e analisar criticamente as informações que eles recebem dos meios de comunicação jornalísticos, enciclopédias, revistas e internet?

COMENTÁRIO

Esta é uma resposta de cunho pessoal, mas que requer uma posição bem fundamentada a respeito da questão levantada. Você pode começar verificando sua própria forma de pesquisar e de obter informações em sua vida pessoal e em sua experiência acadêmica. Pergunte-se: Como estou adquirindo conhecimentos? As informações extra-acadêmicas que recebo de jornais, revistas ou internet, são todas confiáveis? Tenho sido estimulado a questionar e a averiguar as origens do saber que a mim está sendo ensinado? Sou informado a respeito das razões pelas quais determinados conteúdos são escolhidos como prioridades para minha formação e não outros? Sou informado sobre quais são os objetivos de cada aula? Após esses questionamentos, você pode estabelecer estratégias que poderão ser utilizadas tanto em sua experiência docente quanto em sua vida pessoal. Um bom exemplo para a última é você comparar as

informações recebidas com outras fontes diversificadas. E isso pode funcionar muito bem no âmbito acadêmico na forma de debates, leituras comparativas e no exercício da interdisciplinaridade. Não existe neutralidade na atividade de produção e difusão de informações e de saberes. É importante, portanto, que o professor tenha clareza quanto à escolha do programa e à maneira de ensinar. E, uma vez esclarecido o programa, é igualmente importante que o aluno perceba esse posicionamento como um elemento importante e vital do ser humano.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Tendo em vista o fio condutor desta aula – a construção social do conhecimento –, exponha com suas palavras o modo como você vê a divulgação da informação nos dias de hoje. Juntamente com sua apreciação acerca do tema central, analise também alguns argumentos, relacionados à tese de Foucault, que podem ser aplicados ao pensamento grego e ao período da Idade Média.

RESPOSTA COMENTADA

Para responder a esta questão você precisa ler atentamente todos os escritos desta aula. Após a realização de uma leitura ampla de toda a aula, detenha-se um pouco no texto final, uma vez que ele sintetiza alguns pontos importantes acerca da temática central.

RESUMO

A noção de conhecimento filosófico-científico como um saber racional e argumentativo não se constituiu, desde sempre, como a única forma de explicação do real. O mito é um discurso fictício cuja explicação para os fenômenos do mundo não reside no próprio mundo, mas em realidades misteriosas e inacessíveis. Os costumes e os procedimentos típicos, registrados pelas narrativas poéticas nos tempos homéricos, acabavam se convertendo em paradigmas gerais e meios de preservação e divulgação do conhecimento. A partir do século VI, o mito deixa de satisfazer as necessidades de uma nova organização social. Inicia-se uma fase de construção e divulgação do conhecimento associada à preparação do cidadão para a vida política. Segundo Platão (1993), o conhecimento da verdade reside na reminiscência. Aos poucos, o conhecimento e as habilidades de escrita são difundidos, em uma tensão entre o acesso restrito e o lento movimento de expansão da alfabetização, associados à universalização das letras. Para Aristóteles (1993), a oposição entre o poeta e o historiador se explica pela oposição entre o que aconteceu e o que poderia acontecer. Nesse contexto, a palavra “história” alude a uma narração distinta da narrativa mítica. O esforço na construção de um conhecimento baseado em explicações racionais e argumentativas é abalado, séculos depois, pelo pensamento medieval. No período medieval, a Igreja e o Estado passam a exercer influência e controle sobre o conhecimento. Com o início da modernidade, surge uma nova revisão no conceito de conhecimento e na concepção de ciência. Karl Popper (1975) destaca a condição transitória da validade de uma teoria científica. Thomas Kuhn (1978) concebe a história da ciência não como um processo linear e evolutivo, mas como uma sucessão de *paradigmas* (modelos). Segundo Foucault (2005), é preciso analisar criticamente a formação de determinados discursos que constituem os saberes. Peter Burke (2003) destaca o surgimento da prensa tipográfica e a publicação da primeira enciclopédia na França como marcos importantes na construção social do conhecimento. Na atualidade, vivemos uma nova conjuntura advinda da explosão informacional intensificada pelo surgimento da internet. Em conformidade com a teoria de Foucault (2005), faz-se necessário renovar a nossa capacidade crítica para questionar os edifícios intelectuais e visões unilaterais acerca da construção e difusão do conhecimento.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, examinaremos o modo como os principais representantes das teorias antigas, modernas e contemporâneas procuraram responder à pergunta sobre a origem do conhecimento humano.

As fontes do conhecimento

AULA

10

Meta da aula

Apresentar o modo como alguns dos principais representantes das teorias antigas, modernas e contemporâneas expõem suas teses acerca das fontes do conhecimento humano.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o modo como, segundo Platão e Aristóteles, podemos conhecer o real;
2. explicar a diferença entre racionalismo e empirismo;
3. analisar a proposta kantiana para o problema do inatismo e do empirismo;
4. reconhecer a crítica de Heidegger às teorias modernas centradas nas noções de consciência e de subjetividade.

Pré-requisitos

Para um maior aproveitamento desta aula, é importante que você tenha estudado as aulas anteriores, sobretudo a Aula 9, que tem como tema central o problema da construção social do conhecimento.

INTRODUÇÃO

Você já se perguntou pela origem do conhecimento? O que você responderia se alguém lhe perguntasse qual é a origem dos conceitos, das representações ou do vasto conjunto de idéias existentes em nossa mente? Você acredita que, ao nascermos, já trazemos conosco, de alguma forma, idéias e conceitos ainda que não de um modo claro ou evidente? Ou será que nascemos como um papel em branco sobre o qual, aos poucos, os objetos e as experiências vão imprimindo suas marcas? Nesta Aula 10, analisaremos duas correntes filosóficas que procuram responder a esses questionamentos: o racionalismo e o empirismo. Para isso, abordaremos, inicialmente, as contribuições dos filósofos gregos, Platão e Aristóteles, para a teoria do conhecimento. Após, realizaremos um exame do modo como dois importantes filósofos da Idade Moderna, Descartes e Locke, trataram esta temática.

Ainda tendo em vista estas questões, abordaremos uma outra perspectiva filosófica que aponta para um meio-termo entre estas duas concepções divergentes: a teoria do conhecimento desenvolvida pelo filósofo alemão Immanuel Kant. Veremos como esse filósofo procura equacionar o impasse criado pelos racionalistas e empiristas. No decorrer dos séculos XIX e XX surgem outras teorias que procuram responder a essas mesmas indagações acerca da origem do conhecimento, algumas elaboradas em sintonia com as novas descobertas científicas. Juntamente com essas doutrinas filosóficas, surgem também teorias que apontam objeções a todas as doutrinas (tanto à vertente racionalista quanto à empirista) que concebem o conhecimento como fundado a partir de uma subjetividade considerada autônoma e independente, no sentido de um “eu” individual, que é capaz de explicar a relação entre a consciência (ou mente) e o real. Por fim, analisaremos como essas objeções se apresentam no interior do pensamento filosófico de Martin Heidegger e qual é a alternativa de explicação de nossa relação com a realidade para tal concepção filosófica.

PLATÃO E AS IDÉIAS INATAS



Figura 10.1: Papiro Oxyrhynchus, com trecho de *A República*, de Platão. *A República* é um diálogo socrático escrito por Platão no século IV a.C. O diálogo é narrado em primeira pessoa por Sócrates e tem como tema central da obra a idéia de justiça. No decorrer da obra são questionados os assuntos referentes à organização social e política de uma república fictícia: a cidade de Callipolis.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:POxy3679_Parts_Plato_Republic.jpg

O filósofo grego Platão (427-347 a.C.) desenvolveu, na obra *A República*, uma importante teoria acerca do processo de desenvolvimento do conhecimento humano. De acordo com Platão, o mundo se divide em *mundo sensível* e *mundo inteligível* (ou mundo das idéias). O mundo sensível é o mundo das opiniões, da multiplicidade, do ilusório. Ele denomina esse mundo de mundo das sombras ou aparências. Mas são sombras de quê? São sombras (ou cópias) das coisas reais, do mundo verdadeiro, uno e permanente, uma vez que não está sujeito a mudanças. A esse último Platão chama *mundo inteligível*. Acima do mundo sensível, portanto, está o mundo inteligível, isto é, o mundo das idéias gerais e imutáveis. Para Platão, as idéias gerais existem e são, na verdade, a única realidade que permanece, que não se altera como as coisas sensíveis. Para compreendermos melhor a teoria de Platão, podemos perguntar: como fazemos para dizer o que uma coisa é? Ou seja: como fazemos para definir alguma coisa qualquer, uma casa ou uma árvore, por exemplo? Sabemos que à nossa volta existem milhares

de casas com características distintas. Então, o que fazemos? Retiramos aquilo que há de particular e apontamos somente as características que toda casa deve possuir para ser definida como casa. Dizemos: uma casa é algo que serve de abrigo, que possui abertura para entrar, telhado e outros atributos necessários a toda e qualquer casa. Ao lermos a palavra “casa”, sabemos o que ela significa mesmo que não tenhamos nenhuma casa específica em mente. Se todas as casas do mundo desaparecessem repentinamente, mesmo assim, teríamos a idéia do que significa “casa”. Pois bem, essa idéia (a idéia de casa ou de beleza, de liberdade, de justiça etc.) é sempre igual a si mesma e é permanente. Já no mundo sensível as casas são múltiplas e diferentes e não são permanentes, pois podem deixar de existir por alguma razão qualquer.

Em sua obra *A República*, Platão criou um mito (também chamado alegoria), isto é, um discurso simbólico para ilustrar o tema acerca da evolução do processo do conhecimento. Nesse mito, intitulado **MITO DA CAVERNA**, ele propõe imaginar indivíduos que desde o nascimento se encontram prisioneiros de uma caverna. Tais indivíduos contemplam as sombras da realidade projetadas por uma luz que entra no fundo da caverna. Acostumados com as sombras, tomam-nas como se fosse a verdadeira realidade. Platão, então, propõe imaginarmos como seria o processo de libertação de um deles. Segundo o filósofo, seria um processo penoso e difícil, fazendo com que o prisioneiro prefira permanecer na condição em que se encontra. No entanto, ao atingir a luz, a clareza, o prisioneiro faria qualquer coisa a voltar à situação inicial (Cf. *A República*, 1973, VII, 514a – 517d).

Platão quer dizer com tudo isso que a *idéia* de casa (ou de beleza, de liberdade etc.), sim, é a verdadeira realidade. Mas como nós atingimos a idéia de belo, de árvore ou de liberdade? Segundo ele, por meio da contemplação teórica e da educação de nossos sentidos. Só assim podemos passar do mundo das sombras ao mundo do verdadeiro conhecimento, isto é, das idéias mais gerais e dos primeiros princípios. A questão decisiva aqui é que, para Platão, o mundo inteligível, no qual residem as idéias como modelos perfeitos de tudo o que percebemos no mundo sensível, é um mundo supra-sensível para o qual tende nossa alma, uma vez que provém desse mundo e já contemplou as idéias em si mesmas. Isso, em outros termos, significa dizer que nossa alma, tal como as idéias também é eterna, traz consigo alguma lembrança dessas idéias. Por já ter contemplado as idéias de justiça, de belo, de árvore, de casa, do bem etc., é que nossa alma é capaz de identificar aspectos de beleza ou de bem e de definir o que é uma casa, uma árvore, um triângulo etc. Nossa alma já conheceu o que é a beleza, o que é a justiça, o que é a árvore e o que é a bondade em si mesma. E por isso o conhecimento, para Platão, deve ser entendido como reconhecimento, como recordação. O filósofo recorre ao **MITO DA CAVERNA** e também ao *Mito de Er* para explicar tais teorias. Contudo, importa retermos aqui que, de acordo com o pensamento platônico, conhecer é relembrar a verdade que já trazemos conosco ao nascer e despertar a razão para que ela nos conduza às verdadeiras idéias. Esse processo de reconhecimento se dá na medida em que ultrapassamos o âmbito das impressões sensíveis e penetramos na esfera inteligível, ou seja, no mundo das idéias.

Para que você compreenda bem o *Mito de Er*, é importante que antes você tenha lido o verbete *Mito da Caverna*, no qual Platão propõe uma analogia entre os olhos do corpo e os olhos do espírito com a descrição da passagem da obscuridade à luz: assim como os olhos do corpo ficam ofuscados pela luminosidade, também o espírito sofre um ofuscamento no primeiro contato com a luz que ilumina o mundo das idéias. A trajetória do prisioneiro descreve o homem como um ser dotado de corpo e alma, e que tende, naturalmente, para o conhecimento das idéias. Contudo, seria preciso explicar como, vivendo no mundo sensível, alguns homens sentem atração pelo mundo inteligível. Caberia perguntar: se nunca tiveram contato com o mundo das idéias, se jamais saíram da caverna, isto é, se jamais conheceram as idéias, como algumas almas as procuram? De onde vem a suposição de que pode existir um mundo fora da caverna? De onde vem a aspiração por sair do mundo das sombras? As respostas a essas questões são encontradas no *Mito de Er* (ou Mito da Reminiscência). De acordo com esse mito, o pastor Er, da Panfília, é conduzido até o Reino dos Mortos, para onde, segundo a tradição grega, são conduzidos os poetas e adivinhos. Ele encontra as almas dos mortos serenamente contemplando as idéias. Ao chegar o momento de reencarnar, tais almas são levadas a escolher a nova vida que terão na Terra. Após a escolha, são conduzidas por uma planície onde correm as águas do rio *Lete* (esquecimento). As almas que escolheram uma vida de poder, glória, fama ou vida de prazeres, bebem bastante água, o que as faz esquecer as idéias que contemplaram. As almas que escolhem a sabedoria bebem pouca água e por isso, na vida terrena, poderão lembrar-se das idéias que contemplaram e alcançar, nesta vida, o conhecimento verdadeiro. Desejarão a verdade, serão atraídas por ela, sentirão amor pelo conhecimento, porque, vagamente, lembram-se de que já a viram e já a tiveram. Por isso, para Platão, conhecer é recordar, lembrar, reconhecer. Sendo assim, segundo ele, cabe ao filósofo suscitar nos outros a lembrança do verdadeiro, ajudando-os a sair do mundo das sombras. Nesse sentido, o *Mito de Er* pode ser interpretado como um modo de dizer que os homens nascem dotados de razão, que as idéias são inatas ao seu espírito, que a verdade não pode vir da sensação, mas apenas do pensamento. Além disso, é importante destacar que Platão precisa recorrer aos mitos para explicar por que, sem possuímos conhecimentos verdadeiros, desejamos o conhecimento verdadeiro. Ele precisa explicar que, de algum modo, já estamos na posse de alguma noção (embora ainda vaga) da verdade e que é ela que nos impulsiona para a filosofia (Cf. *A República*, 1973, X, 614b – 621b).



Figura 10.2: *Hermes Psicopompo*: sentado numa pedra, o deus se prepara para levar a alma de um morto para o mundo inferior. O *mundo inferior* é um termo utilizado para descrever diversos reinos da mitologia grega que se localizavam sob a superfície terrestre. Alguns deles eram: O *Poço do Tártaro* onde se aprisionavam as almas amaldiçoadas; a *Terra dos Mortos*, governada pelo deus Hades, Érebo, os campos de Asfodel, Estígia e Aqueronte; as *Ilhas dos Abençoados*, governadas por Crono, e os *Campos Elísios*, governados por Radamanto, onde viviam as almas dos homens virtuosos. Os cinco rios do Hades eram o Aqueronte (o rio da dor), Cócito (lamento), Flegetonte (fogo), Lete (esquecimento) e Estige (ódio), que faziam a fronteira entre os mundos superiores e inferiores.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Hermes_Psykhopompos_Staatliche_Antikensammlungen_2797_n2.jpg

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 1

1. Após ler o texto “Platão e as idéias inatas”, assim como o verbete e o boxe explicativo sobre o *Mito da Caverna* e o *Mito de Er*, comente a seguinte passagem: “O Mito de Er pode ser interpretado como um modo de dizer que os homens nascem dotados de razão, que as idéias são inatas ao seu espírito, que a verdade não pode vir da sensação, mas apenas do pensamento.”

RESPOSTA COMENTADA

Entre outras formas de esclarecimento, a passagem pode ser explicada por meio de uma análise da teoria platônica acerca da essência humana que, segundo Platão, constitui-se de corpo e alma. A esse respeito você pode mencionar que, recorrendo à idéia de uma alma imortal que já contemplou as verdadeiras idéias, Platão explica por que, mesmo vivendo no mundo das sombras, absorvidos pelo mundo das aparências e das ilusões, almejamos o conhecimento verdadeiro. Nesse sentido, os dois mitos são utilizados para afirmar que nascemos do verdadeiro e somos destinados a ele. O conhecimento, para Platão, ocorre na medida em que relembramos a verdade que já nasce conosco e despertamos nossa razão para que ela nos conduza às verdadeiras idéias. Uma tal relembração ou reconhecimento se dá quando ultrapassamos o âmbito das impressões sensíveis e penetramos na esfera inteligível, ou seja, no mundo das idéias.

ARISTÓTELES E O PROCESSO DE CONHECIMENTO

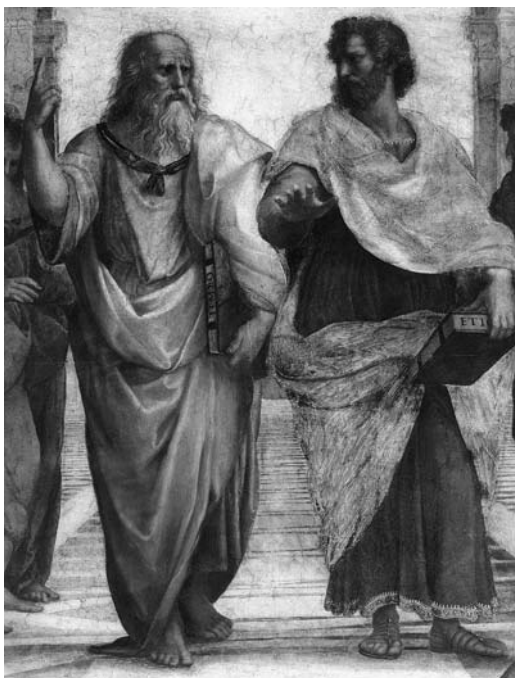


Figura 10.3: Platão e Aristóteles, pintados por Raphaël, na *Stanza della Segnatura*. A filosofia aristotélica é um sistema, isto é, consiste na relação e conexão entre as várias áreas pensadas pelo filósofo. Suas obras versam sobre praticamente todos os ramos do conhecimento de sua época (com exceção das matemáticas). Embora sua produção tenha sido bastante extensa, apenas uma parcela foi conservada. Seus escritos dividiam-se em dois tipos: os "exotéricos" e os "acromáticos". Os *exotéricos* eram destinados ao grande público e geralmente escritos na forma de diálogo. Os *acromáticos* eram destinados aos discípulos do Liceu e elaborados na forma de tratados. Praticamente tudo que se conservou de Aristóteles faz parte das obras acromáticas. Das exotéricas, restaram apenas fragmentos.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sanzio_01_Plato_Aristotle.jpg

Aristóteles elabora sua teoria do conhecimento a partir de uma crítica à teoria das idéias de Platão, sobretudo à divisão entre mundo sensível e mundo inteligível no processo de evolução do conhecimento. Para Aristóteles, nós adquirimos conhecimento por meio de uma operação mental que vai do particular para o geral, denominada *indução*. A indução nos permite atingir conclusões científicas, de âmbito universal, a partir de fatos particulares. Aristóteles rejeitava a teoria platônica segundo a qual o conhecimento se desenvolve por meio de um abandono de uma esfera inferior (os dados dos sentidos, chamados por Platão de sombras ou cópias imperfeitas da verdadeira realidade existente no mundo das idéias) em proveito de um âmbito superior (a realidade

inteligível). Ele concebia, por conseguinte, o processo do conhecimento de uma forma mais linear do que Platão.

Sendo assim, ao retomar a problemática acerca da origem do conhecimento, Aristóteles não desprezou a experiência sensível, mas, ao contrário, considerou os sentidos como sendo importantes pontos de partida para esse processo. De acordo com o filósofo, o desenvolvimento do conhecimento ocorre por meio de uma operação cumulativa em que cada etapa alcançada pressupõe o estágio anterior. Os estágios são a sensação, a percepção, a imaginação, a memória, a linguagem, o raciocínio e a intuição. Há, porém, na teoria aristotélica uma distinção entre os seis primeiros níveis e o último (a intuição intelectual), uma vez que este diz respeito a um ato intelectual que não se oferece por meio dos sentidos, da imaginação ou do raciocínio (por meio de demonstrações e provas), mas, antes, é condição de todas as demonstrações e raciocínios. Na intuição intelectual temos o conhecimento puro das causas e princípios. Cabe destacar, ainda, que o estágio mais elevado do processo de conhecimento, conforme a concepção aristotélica, consiste em um conhecimento da realidade em seu sentido mais abstrato e genérico: o conhecimento das causas primeiras e universais, chamado metafísica ou filosofia primeira.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Na Antiguidade, não há discordância sobre a possibilidade de se conhecer o real. Entretanto, o modo como chegamos ao conhecimento é distinto para Platão e Aristóteles. Após ler os textos “Platão e as idéias inatas” e “Aristóteles e o processo de conhecimento”, explique como, para Platão, a alma atinge o conhecimento verdadeiro. Por fim, explique a crítica aristotélica à teoria platônica das idéias.

RESPOSTA COMENTADA

Ao responder a esta questão, lembre-se de que a tese central de Platão é a de que podemos conhecer as verdadeiras idéias, o conhecimento verdadeiro, universal. No entanto, para Platão, isso ocorre porque as idéias em si mesmas existem como modelos perfeitos de tudo o que percebemos no mundo sensível. Além disso, de acordo com Platão, podemos atingir esse conhecimento puro porque nossa alma, de algum modo, traz consigo essas idéias, uma vez que já as contemplou no mundo supra-sensível. Já para Aristóteles, nosso conhecimento é adquirido mediante uma operação mental – a intuição –, que nos permite chegar a conclusões de âmbito universal, a partir da observação de fatos particulares. Ou seja, para Aristóteles, o processo de conhecimento se desenvolve não pelo abandono da experiência sensível, mas como um somatório de todos os modos de conhecimento, sem rupturas ou descontinuidade entre eles. Pode ser destacado também que se, para Platão, é por meio do exercício racional que nos libertamos da caverna das ilusões e despertamos nossa alma para o conhecimento que já fora contemplado no mundo das idéias, do mesmo modo, para Aristóteles, é por meio de um processo de abstração racional que chegamos às idéias mais gerais. Essas idéias, no entanto, não existem em si mesmas num mundo independente do mundo empírico. O conhecimento, para Aristóteles, é gerado pela generalização, a partir de observações perceptuais.

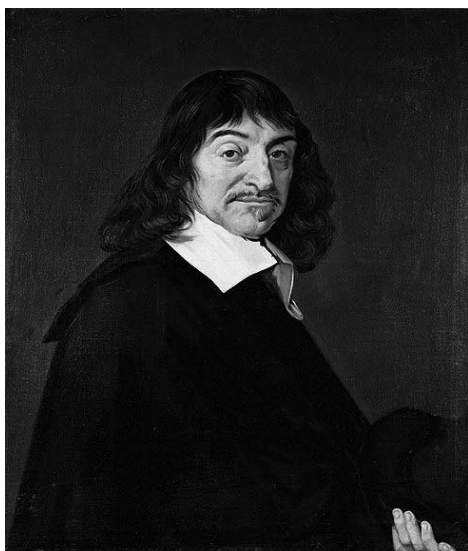
DESCARTES E LOCKE: O RACIONALISMO E O EMPIRISMO

Figura 10.4: René Descartes (1596-1650), filósofo francês em pintura de Frans Hals.

Descartes, considerado por muitos “o fundador da filosofia moderna” e o “pai da matemática moderna”, é um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental. Inspirou contemporâneos e várias gerações de filósofos posteriores. Alguns especialistas afirmam que a partir de Descartes inaugurou-se o racionalismo da Idade Moderna. Tempos depois, surgiria nas Ilhas Britânicas um movimento filosófico que, de certo modo, seria o seu oposto – o empirismo, com John Locke e David Hume.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Frans_Hals_-_Portret_van_Ren%C3%A9_Descartes.jpg

Retomando o que vimos até agora acerca da origem do conhecimento, podemos dizer que, de acordo com Platão, ao nascermos trazemos conosco um conhecimento prévio, isto é, um conhecimento inato, resultante da contemplação de nossa alma das idéias ou essências das coisas. Ao se vincular ao corpo, porém, nossa alma passa a ter a visão das idéias obscurecida, cabendo ao filósofo despertar esse conhecimento esquecido. Já para Aristóteles, não existem idéias em si mesmas, independentemente dos objetos materiais concretos. O conhecimento ocorre por um processo intelectual humano que, por abstração, separa matéria e forma (ou idéia), isto é, prescinde das características particulares de cada objeto individual, ficando apenas com as mais gerais. Segundo Aristóteles, a idéia de casa ou de árvore não pode existir isoladamente, uma vez que se trata apenas de uma classe comum a todas as casas, resultante de um processo de abstração intelectual. Propomos, agora, compararmos essas duas teorias, que exerceram grande influência nas doutrinas posteriores acerca do conhecimento, com as teses apresentadas por dois importantes filósofos da Filosofia Moderna: *René Descartes* (1596-1650) e *John Locke* (1632-1704).

Conforme vimos na Aula 9, no século XVII desenvolveu-se uma grande difusão do conhecimento. Antes do século XV, os livros eram reproduzidos à mão e isso levava muito tempo. Depois que Guttenberg inventou a prensa móvel, contudo, tais publicações se multiplicaram vertiginosamente. O conhecimento circulava com maior liberdade e rapidez. Em um contexto de grandes avanços científicos e no qual se exigiam explicações racionais para o universo, as certezas e as incertezas também passaram a se entrecruzar. A própria razão passou a ser questionada. A insegurança se manifestava em torno de uma mesma opinião: qualquer verdade poderia ser afirmada, do mesmo modo que qualquer verdade poderia ser negada. É no interior de uma tal conjuntura de crise das ciências e do saber em sua época, que o filósofo Descartes, rejeitando o conhecimento mais tradicional, desconfiando das aparências, se propôs a encontrar um fundamento para o conhecimento, uma base da qual não houvesse a possibilidade de duvidar. Sobre essa base, Descartes construiria a ciência. Na verdade, Descartes pretendia fortalecer a razão como um instrumento confiável para o ser humano poder intervir na realidade.

Mas onde Descartes foi buscar um fundamento seguro e necessário para edificar o conhecimento, um ponto de partida que fosse confiável e certo? Na dúvida. Descartes se propôs a duvidar de todas as convicções e certezas anteriores e de todas as aparências. Ele resolveu fazer de conta que tudo o que existe é tão ilusório (ou irreal) quanto os seus sonhos. Ao fazer isso, percebeu que enquanto pensava sobre a falsidade de seu conhecimento, era necessário que pelo menos o “eu” que pensava fosse alguma coisa. Descartes poderia duvidar da existência de tudo, mas não podia duvidar do fato de que pensava, pois se assim o fizesse, estaria duvidando da própria existência. Por mais paradoxal que pareça, a dúvida, para Descartes, era a primeira certeza com a qual ele podia contar. Foi justamente por meio da dúvida, isto é, por meio de uma atitude de radical **CETICISMO** em que se colocou em questão todo o conhecimento adquirido até então, que Descartes chegou a uma certeza indubitável: “Duvido, logo penso”. A primeira certeza, portanto, foi a evidência de que ele pensava. Mas, o que significa pensar? Qual é a importância do pensamento? De acordo com o filósofo, é o pensamento, isto é, a capacidade racional que expressa a existência humana. A razão (ou pensamento), para Descartes, é a característica humana fundamental. A racionalidade é natural ao homem e compartilhada por todos. Daí a conclusão: “Penso, logo existo.”

Mas, por que, então, mesmo sendo igualmente racionais, nós erramos e nos enganamos facilmente, precisando muitas vezes voltar atrás e refazer, recalcular ou re-elaborar nossas teorias e produções intelectuais? Segundo Descartes, isso acontece sempre que usamos mal nossa capacidade intelectual. Para que isso não ocorra, ele propôs, então, um método que não apenas servisse para todos, mas que também evitasse o erro, conduzindo todos os homens a verdades e certezas válidas universalmente. A elaboração desse método, porém, deveria partir de algo que todas as pessoas possuíssem naturalmente, isto é, deveria partir de capacidades inatas aos seres humanos. O método precisa, assim, ter seu ponto de partida nas certezas mais simples e evidentes, isto é, naquelas certezas que não provêm de nossas sensações, percepções, fantasias ou lembranças. Mas que certezas são essas? Descartes se refere às certezas oriundas das idéias inatas, idéias que trazemos conosco desde que nascemos como, por exemplo, as noções de infinito, de perfeição ou de liberdade. De acordo com Descartes, tais idéias são inatas porque não

O termo **CETICISMO** tem sua origem no termo grego *skeptikós* (que examina, que observa, que considera) e nomeia as correntes filosóficas que pregam a impossibilidade de conhecermos a verdade. De acordo com os céticos, o espírito humano nada pode conhecer com certeza. Contudo, há gradações no ceticismo. Temos na história da filosofia tanto o ceticismo absoluto, que nega toda e qualquer possibilidade de conhecimento da verdade, quanto o ceticismo moderado, que admite uma forma relativa de conhecimento. Convém destacar, contudo, que a “atitude de radical ceticismo”, adotada por Descartes, foi tomada inicialmente como uma atitude metódica de adotar a mesma postura dos céticos (que afirmavam não podermos ter certeza de nada, uma vez que nossas faculdades de conhecimento e as teorias que formulamos a partir delas são falhas e sujeitas ao erro) para, só assim, encontrar um ponto de partida que pudesse servir de base para o processo de conhecimento.

temos nenhuma experiência sensorial delas. Elas provêm da razão, da iluminação natural que nos permite conhecer a verdade. Outra idéia inata é a própria conclusão “eu penso, logo existo”. Conforme o pensamento cartesiano, se não possuíssemos em nosso espírito a razão com seus princípios e leis das quais outras dependessem, jamais teríamos como saber se um conhecimento é verdadeiro ou falso. Jamais teríamos um critério que pudesse servir de garantia de avaliação de nossos conhecimentos.

Desse modo, Descartes desenvolveu um método de raciocínio com regras e princípios, que teria como propósito garantir o sucesso de uma tentativa de conhecimento ou elaboração de uma teoria científica. A primeira regra é a da evidência: jamais aceitar como verdadeiro aquilo que não estiver claro e evidente para mim; a segunda, a regra da análise: dividir cada uma das dificuldades estudadas por mim em tantas partes quantas forem necessárias; a terceira, a síntese: colocar meus pensamentos em uma ordem que parte do mais simples ao mais complexo, de modo que uns possam ser deduzidos a partir dos outros; e, por fim, a quarta: repassar tudo o que foi examinado de modo a ter certeza de que nada foi omitido ou esquecido. Mas por que o método é tão importante? Por que Descartes quer encontrar fundamentos seguros para o saber em uma época histórica em que há uma desconfiança geral dos conhecimentos sensíveis e dos conhecimentos herdados da tradição. Torna-se decisivo para o conhecimento humano encontrar algo que possa orientar o pensamento em direção aos saber verdadeiro. O método cartesiano quer cumprir com esse objetivo inspirando-se no ideal matemático, uma vez que esse modelo visa ao conhecimento completo, exato e inteiramente racional.

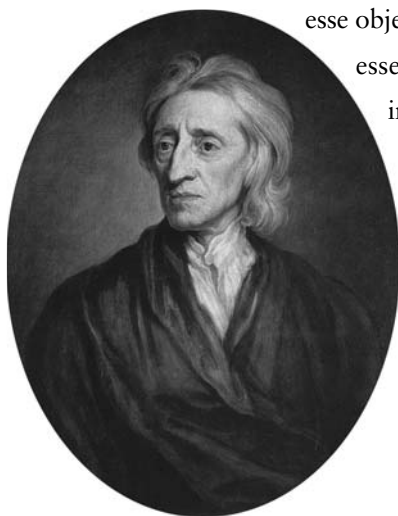


Figura 10.5: John Locke (1632-1704), filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, é considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:JohnLocke.png>

Em oposição ao racionalismo de Descartes, que atribuía confiança exclusiva na razão, o filósofo inglês John Locke, escreveu, em 1690, *Ensaio sobre o entendimento humano*, no qual comparava nossa mente a um papel em branco, totalmente desprovida de idéias. Mas, de onde surgem, então, as nossas idéias, para esse filósofo? Segundo Locke, elas derivam da experiência sensível. É por meio da observação dos dados sensoriais que, por abstração, o entendimento produz as idéias. Em outros termos, todas as nossas idéias decorrem de duas fontes: da sensação, responsável pela apreensão das impressões vindas do mundo externo; e da reflexão, isto é, do ato mediante o qual a mente conhece as suas próprias operações. A posição filosófica adotada por Locke é chamada de “empirismo”. Essa palavra deriva do termo grego *empeiria*, denotando um modo de saber que tem como fonte a experiência sensível. Se, para o racionalismo cartesiano, a razão, tomada em si mesma e sem o apoio da experiência sensível, deve ser considerada como a fonte básica do conhecimento, para o filósofo empirista John Locke, todo conhecimento resulta de uma base empírica, de percepções ou impressões sensíveis sobre o real. Ou, como afirma Marilena Chauí (2004, p. 130), se para o racionalismo o sentido, a utilização e o valor da experiência sensível na produção de conhecimentos dependem de princípios, regras e normas estabelecidas pela razão, para o empirismo, o valor e o sentido da atividade racional dependem do que é determinado pela experiência sensível.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 2

3. Com base na leitura do texto “Descartes e Locke: o racionalismo e o empirismo”, explique a principal diferença entre o empirismo e o racionalismo.

RESPOSTA COMENTADA

Esta questão já é em parte abordada nos textos anteriores ao mencionado, contudo, para uma resposta correta, atente para aqueles argumentos presentes no texto que sustentam a tese de que a razão é a fonte do conhecimento verdadeiro (tese própria da vertente racionalista) e a afirmação de que é a experiência sensível a fonte de todo e qualquer conhecimento (tese empirista). Convém destacar que, para o empirismo, todas as idéias têm origem na experiência sensorial. Já para o racionalismo, embora se admita a existência de idéias difusas e duvidosas, defende-se sobretudo a existência daquelas idéias (as mais fundamentais) que não se originam do particular, mas que já se encontram em nosso espírito, servindo de fundamento para outras verdades.

A TEORIA DO CONHECIMENTO KANTIANA



Figura 10.6: Heróis da paz: Kant esculpido na estátua eqüestre.

Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão, considerado por muitos o último grande filósofo dos princípios da era moderna e um dos seus pensadores mais influentes.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Unter_dem_Popo-Mutter_Erde_fec.jpg

Retomando o que foi analisado acerca do pensamento dos filósofos modernos, Descartes e Locke, o racionalismo cartesiano afirma ser a razão humana a fonte de todo conhecimento, já a teoria empirista de Locke considera ser a experiência sensorial a origem do conhecimento. Buscando responder a esse mesmo problema, o filósofo alemão Immanuel Kant apresenta uma teoria que procura tomar em consideração essas duas perspectivas. Kant realiza um exame dos conhecimentos que a razão é capaz de alcançar antes de qualquer experiência. Ao indagar acerca das condições necessárias e universais de todo conhecimento antes da experiência, Kant conclui que nossos conhecimentos começam com a experiência, mas que a experiência sozinha não nos dá conhecimento. É necessário que certas estruturas (ou faculdades) existentes em todos os seres humanos, ou seja, estruturas inatas a todos nós, possibilitem a experiência.

Em suma, para Kant, a razão é uma estrutura vazia, isto é, uma forma que não possui conteúdos. Assim sendo, para que a razão possa conhecer, é preciso que a experiência forneça o conteúdo ou matéria do conhecimento, ou seja, a experiência fornece os conteúdos, enquanto a razão fornece a forma universal e necessária do conhecimento, organizando esses conteúdos de acordo com suas formas próprias. De acordo com Kant, portanto, o conhecimento do mundo não depende nem inteiramente da experiência, nem inteiramente de uma intuição intelectual. Para ele, a produção do conhecimento depende, por um lado, de uma estrutura denominada *entendimento*, isto é, da faculdade humana que organiza os dados oferecidos pela experiência e, por outro, da *sensibilidade*, a faculdade humana responsável pela percepção sensível ou sensorial. É somente por meio da conjugação dessas duas estruturas de nossa mente que podemos, segundo Kant, ter a experiência do real.

ATIVIDADE



Atende ao Objetivo 3

4. A partir do texto “A teoria do conhecimento kantiana”, explique o que é necessário para conhecer.

RESPOSTA COMENTADA

Para a resposta a essa questão, lembramos que a teoria do conhecimento elaborada por Kant afirma que o conhecimento resulta da contribuição das faculdades da sensibilidade e do entendimento. Para Kant, o conhecimento do mundo não depende nem totalmente da experiência, nem inteiramente de uma intuição intelectual. O conhecimento depende, por um lado, de uma estrutura denominada entendimento, isto é, da capacidade humana que organiza os dados oferecidos pela experiência e, por outro, da sensibilidade, a capacidade humana responsável pela percepção sensorial.

A CRÍTICA À NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE

De acordo com o que já foi discutido até o momento a respeito das principais teses acerca da origem do conhecimento desenvolvidas no período da filosofia moderna e aqui representadas por Descartes, Locke e Kant, o pensamento moderno pode ser caracterizado, de um modo geral, pela procura por uma fundamentação da possibilidade do conhecimento. Podemos perceber também que, tanto em Descartes quanto em Kant ou Locke, essa busca se apresenta centrada na análise da subjetividade, ainda que de diferentes maneiras: como um sujeito pensante, como uma estrutura cognitiva ou, ainda, na forma de um “eu” que se define por ser capaz de ter experiências empíricas sobre a realidade. Contudo, essas pressuposições, admitidas por tais teorias, passam a receber críticas por parte de algumas doutrinas filosóficas contemporâneas que afirmam ser problemática e insatisfatória a tese que supõe a existência de um sujeito do conhecimento, no sentido de uma subjetividade isolada que se coloca frente a um mundo tomado como um conjunto de objetos passíveis de serem conhecidos.

A principal objeção pode ser traduzida com o seguinte questionamento: será que podemos falar dos fundamentos do conhecimento a partir de uma consciência individual capaz de conhecer os objetos e de

explicar a relação entre o mundo e a mente? A suposição de um sujeito do conhecimento que tem acesso aos objetos do mundo tais como eles são encontra algumas dificuldades. Uma delas é a possibilidade de acesso da mente ao real, uma vez que se trata de naturezas bastante distintas. Quanto a isso, poderíamos também perguntar: será que a realidade pode se reduzir à experiência que temos dela? Será que a ênfase na subjetividade deve mesmo ser o ponto de partida para a procura de fundamentação do conhecimento? Temos várias tentativas de resposta para essas questões. Algumas delas buscam a solução na investigação acerca da natureza da linguagem. A problematização da linguagem, o questionamento acerca de como a linguagem fala do real e a investigação sobre o sentido das palavras e das proposições constituem uma nova via na busca de uma fundamentação para a problemática do conhecimento. Entre outros filósofos contemporâneos que refletiram sobre o conhecimento humano, o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) atenta para o fato de que a explicação para nossa relação com a realidade pode ser buscada na própria concepção de mundo. Nesse caso, porém, não na idéia de mundo como um conjunto ou somatório de objetos, mas como o campo de manifestação dos entes no real, campo aberto pela compreensão e cuja abertura traz consigo uma relação de significação entre o existente humano e o seu próprio mundo.



Figura 10.7: A cabana onde Heidegger escreveu a maior parte de *Ser e Tempo*. Martin Heidegger (1889-1976) foi um filósofo alemão que atualmente é considerado um pensador de grande relevância do século XX – ao lado de Bertrand Russell, Wittgenstein, Adorno e Foucault – quer pela recolocação do problema do ser e pela refundação da Ontologia, quer pela importância que atribui ao conhecimento da tradição filosófica e cultural.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Heideggerrundweg0013.JPG>

Para Heidegger, as teorias filosóficas da tradição, ao caracterizarem a relação do homem com a realidade como uma relação entre um sujeito representacional e um objeto representado, concebem o homem como uma consciência que tem acesso à exterioridade e que tem condições de perguntar por ela. Em sua objeção, Heidegger afirma que essa relação entre um sujeito do conhecimento e um objeto cognoscível pressupõe uma relação ainda mais originária que é a relação do homem não como uma estrutura do conhecimento ou como uma espécie biológica entre outras que se diferencia das demais por ser dotado de razão. A relação mais originária do que o relacionamento entre um sujeito do conhecimento e um objeto cognoscível, segundo Heidegger, é o homem no seu caráter de *ser-no-mundo*. A noção de *ser-no-mundo* diz respeito não a um sujeito separado do objeto por uma barreira e que tem seu acesso às coisas como elas são por meio de uma representação. O conceito heideggeriano de *ser-no-mundo* refere-se a uma precondição dos nossos encontros com objetos enquanto tais, uma dimensão no interior da qual lidamos com os entes sem um questionamento acerca do ser desses entes, simplesmente lidamos com eles como algo que serve para alguma coisa, a partir de uma familiaridade com o nosso mundo.

A fim de ser mais facilmente compreendida, essa concepção necessitaria de uma análise mais detalhada. Contudo, o intuito de nossa abordagem é apenas expor brevemente uma outra via de interpretação para o modo como nos relacionamos com a realidade. O que precisamos reter desse ponto é que, para Heidegger, o conhecimento não consiste em uma relação entre um sujeito e um objeto exteriores um ao outro. Os objetos que o existente humano conhece fazem parte dele enquanto *ser-no-mundo*. Em outros termos, o mundo não se junta de fora ao existente humano, como um objeto se junta a outro objeto, mas, antes, pertence à sua própria constituição fundamental. Ou seja, por meio do conceito de *ser-no-mundo*, Heidegger procura mostrar que há um liame mais originário e fundamental do que o nexo entre sujeito e objeto admitido pela teoria do conhecimento. Trata-se de um espaço de compreensão que intercambia, na prática cotidiana, as dimensões da ação, de lida, de trato, por meio de um entrelaçamento de significações do qual são inseparáveis o mundo e o existente humano.

ATIVIDADE**Atende ao Objetivo 4**

5. Leia com atenção o texto “A crítica à noção de subjetividade” e, após, explique qual é a crítica de Heidegger às teorias da modernidade acerca da fundamentação do conhecimento.

RESPOSTA COMENTADA

A resposta a essa questão requer uma análise das passagens que descrevem a crítica à idéia de conhecimento concebida como uma relação entre um sujeito e um objeto exteriores um ao outro. Entre outros filósofos contemporâneos que apresentam objeções às teorias modernas centradas nas idéias de consciência e subjetividade, Heidegger apresenta uma teoria filosófica que procura romper com a oposição entre o sujeito do conhecimento, por um lado, e o objeto a ser conhecido, por outro. Para Heidegger, o mundo não se junta de fora ao existente humano, como um objeto se junta a outro objeto. A relação entre existente e realidade ocorre no interior de um campo mais originário e fundamental do que o nexo entre sujeito e objeto. Ela ocorre em meio a um espaço de compreensão que liga, na prática cotidiana, as dimensões da ação, de lida, de trato, por meio de um entrelaçamento de significações do qual são inseparáveis o mundo e o existente humano.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Tendo em vista o tema desta aula, “As fontes do conhecimento”, responda à seguinte questão: o que você responderia se alguém lhe perguntasse qual é a origem dos conceitos, das representações ou do vasto conjunto de idéias existente em nossa mente?

RESPOSTA COMENTADA

Trata-se de uma questão bastante abrangente que, embora apresente um enfoque pessoal, requer para sua elaboração uma leitura detida de todos os textos desta aula. A leitura deve ser seguida de uma análise das teorias acerca dos fundamentos do conhecimento, apresentadas pelos representantes do realismo, do empirismo, da teoria do conhecimento kantiana, assim como da crítica às concepções modernas de consciência e subjetividade. Após a análise, ficará mais clara sua posição pessoal acerca do problema.

RESUMO

De acordo com o pensamento platônico, o mundo se divide em *mundo sensível* e *mundo inteligível* (ou mundo das idéias). Para Platão, o mundo inteligível é um mundo supra-sensível para o qual tende nossa alma, uma vez que provém dele e nele já contemplou as idéias em si mesmas. Por já ter contemplado as idéias de justiça, de belo, de árvore, de casa, do bem etc. é que nossa alma é capaz de identificar aspectos de beleza ou de bem e de definir o que é uma casa, uma árvore, um triângulo etc. O conhecimento, segundo Platão, deve ser entendido como reconhecimento, como recordação. O processo de reconhecimento ocorre na medida em que ultrapassamos o âmbito das impressões sensíveis e penetramos na esfera inteligível, o mundo das idéias. Aristóteles elabora sua teoria do conhecimento a partir de uma crítica à teoria das idéias de Platão. Para Aristóteles, o processo do conhecimento ocorre por meio de uma operação cumulativa em que cada etapa alcançada pressupõe o estágio anterior. Os estágios são a sensação, a percepção, a imaginação, a memória, a linguagem, o raciocínio e a intuição. O estágio mais elevado consiste em um conhecimento da realidade em seu sentido mais abstrato e genérico. Para Descartes, a razão é a característica humana fundamental. Segundo Descartes, desde que nascemos trazemos conosco idéias inatas, ou seja, idéias que provêm da razão, da iluminação natural que nos permite conhecer a verdade. Em oposição ao racionalismo de Descartes, o filósofo inglês John Locke afirmava que todas as nossas idéias provêm da experiência sensível. Para Locke, é por meio da observação dos dados sensoriais que o entendimento produz as idéias. De acordo com Kant, o conhecimento do mundo não depende nem inteiramente da experiência, nem inteiramente de uma intuição intelectual. Para ele, a produção do conhecimento depende de duas estruturas: o *entendimento* e a *sensibilidade*. Segundo Martin Heidegger, a explicação para nossa relação com a realidade pode ser buscada na própria concepção de mundo tomado como o campo de manifestação dos entes no real. Heidegger afirma que a relação entre um sujeito do conhecimento e um objeto cognoscível pressupõe uma relação ainda mais originária, uma dimensão no interior da qual lidamos com os entes como algo que serve para alguma coisa, a partir de uma familiaridade com o nosso mundo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na aula seguinte estudaremos a origem e a função do Estado, tendo como fio condutor de nosso estudo algumas destacadas teorias que nos oferecem explicações filosóficas para a organização política e social humana.

Filosofia e Educação

Referências

Aula 1

ALMEIDA, Aires et al. *A arte de pensar*. Lisboa: Didáctica, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

REZENDE, Antônio (Org.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Aula 2

ARANHA, M. Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 71.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 10. ed. São Paulo: Bertrand, 1999.

BORNHEIM, G. A. (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 424.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 336.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 298.

REZENDE, Antônio (Org.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Aula 3

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HOMERO. *Ilíada*. Trad. Haroldo de Campos. Trajano Viera (Org.). São Paulo: Arx, 2003. 2 v.

JAEGGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEBRUN, Gerard. *O que é poder?* 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena R. Pereira. Lisboa: Gulbenkian, 1990.

_____. *Defesa de Sócrates*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

_____. *Fédon*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

Aula 4

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2005. 71 p.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. 424 p.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 336 p.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Aula 5

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 71.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 424.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. História e grandes temas. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 336.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1987.

PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, [19--].

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Aula 6

AGOSTINHO, Santo. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ARISTÓTELES. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 71.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. *Nietzsche e a liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 424.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 336.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

HEGEL, W. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MARX, K. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NIETZSCHE, F. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 2000.

Aula 7

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 71.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 424.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 336.

FEITOSA, Charles. *Explicando a filosofia com arte*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Lisboa: Edições 70, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, M. Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Fédon*. Lisboa: Lisboa Editora, 1996.

Aula 8

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Tradução: Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 71.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 424.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 336.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *O jogador*. Tradução: Roberto Gomes. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

FEITOSA, Charles. *Explicando a filosofia com arte*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Fernando Pessoa. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Lisboa: Edições 70, 1990.

KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Aula 9

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 71.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 424.
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 336.
- EIZIRIK, Marisa F. *Michel Foucault: um pensador do presente*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Miguel S. Pereira. Coimbra: Almedina, 2005.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 7. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1975.

Aula 10

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. 71 p.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004. 424 p.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 336 p.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores).

_____. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores).

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2002. 2 v.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Gulbenkian, 1989.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

PLATÃO. *A República*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973.

ISBN 978-85-7648-608-4



9 788576 486084



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

